

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO INTEGRADO – UMA PROPOSTA
PARA O TURISMO: O CASO DA BACIA DO CÓRREGO FUNDO,
AQUIDAUANA-MS**

PRISCILA VARGES DA SILVA

**AQUIDAUANA/MS
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PRISCILA VARGES DA SILVA

**PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO INTEGRADO – UMA PROPOSTA
PARA O TURISMO: O CASO DA BACIA DO CÓRREGO FUNDO,
AQUIDAUANA-MS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Planejamento e Gestão Ambiental, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Pinto

**AQUIDAUANA/MS
2007**

PRISCILA VARGES DA SILVA

**PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO INTEGRADO – UMA PROPOSTA PARA O
TURISMO: O CASO DA BACIA DO CÓRREGO FUNDO, AQUIDAUANA-MS**

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. André Luiz Pinto (Presidente da Banca)

Professora Dr. Mercedes Abid Mercante

Professor Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade,
renunciando aos seus sonhos para que eu pudesse realizar os meus.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pela força e por iluminar meus caminhos, e a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho. Em especial :

Ao meu querido orientador, Professor André Luiz Pinto, que além de orientador foi um grande amigo e a sua família, que nas alegrias e tristezas me estenderam a mão para auxiliar minha caminhada.

Ao meu amigo Marcos Pereira Campos, que além de ser companheiro para todos os momentos, auxiliou no desenvolvimento da minha pesquisa.

A minha amiga Elisangela Martins de Carvalho, que com carinho e paciência me apoiou na pesquisa auxiliando nas dificuldades enfrentadas, e esteve presente em muitos momentos importantes.

Aos meus companheiros de grupo de pesquisa Luciana Lijeron, Daniel Darbello e Gustavo da Silva.

Ao colega Valdecy Oliveira de Souza que contribuiu para a realização dos trabalhos de campo na bacia.

Aos professores do Programa de Mestrado em Geografia, que contribuíram para meu embasamento teórico.

Ao meu amigo Noslin de Paula Almeida, aos meus colegas de trabalho e aos meus alunos do curso de Turismo da UFMS, pelo carinho e paciência para comigo nessa etapa tão importante na minha vida.

Aos meus familiares e amigos que me deram apoio e estiveram presentes nos momentos de dificuldades e conquistas.

Aos membros da banca que enriqueceram meu trabalho com suas sugestões.

“A vida só pode ser compreendida
olhando-se para trás;
mas só pode ser vivida olhando-se
para a frente.”

Soren Kierkegaard

RESUMO

O planejamento é a busca pelo ordenamento dos sistemas, buscando futuro desejado, estabelecendo formas de intervenção, gestão e controle. Nos últimos anos as bacias hidrográficas têm se tornado importante unidade de estudo e planejamento, devido seus precisos limites naturais, palco das relações sociais de produção, que geram espaços construídos, que refletem os momentos históricos. Na busca do desenvolvimento sustentável de bacias hidrográficas é fundamental o planejamento das atividades produtivas, para que não provoquem desequilíbrios no sistema. O turismo, se for desenvolvido na ótica da sustentabilidade, de forma integrada e participativa, pode vir a ser, uma atividade que proporciona sensibilização da comunidade, conservação ambiental e desenvolvimento. Para tanto, a presente pesquisa toma a bacia do Córrego Fundo como unidade de estudo, para estar modelo sistêmico de Planejamento Participativo Integrado do Turismo em Bacias Hidrográficas, visando o seu aprimoramento e contribuir o planejamento participativo integrado sustentável desta bacia. Tendo o turismo como potencial atividade econômica que gere renda complementar e que auxilie na conscientização e conservação ambiental. A bacia do Córrego Fundo localiza-se no município de Aquidauana, à leste da cidade. Ocupa uma área de 4.609 ha, que drenam terrenos do Planalto de Maracajú/ Campo Grande em direção à Depressão do rio Aquidauana, englobando 14 propriedades que utilizam suas águas superficiais e subterrâneas. A principal atividade sócio-produtiva desenvolvida na bacia é a pecuária extensiva de corte, para engorda. A partir do modelo de planejamento participativo integrado de bacias hidrográficas foram aplicados questionários aos moradores e proprietários da bacia para caracterização e análise dos elementos dos subsistemas natural, construído, social e produtivo e suas interações e elaborou-se uma carta base. Para o planejamento turístico participativo integrado da bacia utilizou-se de duas metodologias, a técnica Delfos e a execução de oficinas de sensibilização, apresentação, construção e consolidação do plano. A metodologia utilizada proporcionou diversas reflexões e contribuições dos participantes das oficinas e dos questionários Delfos. Informações estas, possibilitaram a construção do plano.

Palavras Chaves: Planejamento participativo, turismo sustentável, bacia hidrográfica.

ABSTRACT

The planning is the search for the order of the systems, searching future desired, establishing forms of intervention, management and control. In the last years the hydrographic basins if have become important unit of study and planning, which had its necessary natural limits, place of the social relations of production, that generate constructed spaces, that reflect the moments historical. In the search of the sustainable development of hydrographic basins the planning of the productive activities is basic, so that they do not provoke disequilibria in system. The tourism, will have been developed in the optics of the sustainability, of integrated and participant form, can come to be, an activity that provides sensitization of the community, ambient conservation and development. For in such a way, the present research takes the basin of the Deep Stream (Córrego Fundo) as unit of study, to be systemic model of Participant Planning Integrated of the Tourism in Hydrographic Basins, aiming at its improvement and to contribute the sustainable integrated participant planning of this basin. Having the tourism as potential economic activity that generates complementary income and that it assists in the awareness and ambient conservation. The basin of the Deep Stream (Córrego Fundo) is situated in the city of Aquidauana, to the east of the city. The basin occupies an area of 4.609 hectares that they drain lands of Plateaus of Maracajú/ Campo Grande in direction to the depression of the river Aquidauana, comprises 14 properties that use its superficial and underground waters. The main developed partner-productive activity in the basin is cattle the extensive one of cut, for fattening. From the model of integrated participant planning of hydrographic basins questionnaires to the inhabitants and proprietors of the basin for characterization and analysis of the elements of the subsystems natural, constructed, social and productive and its interactions had been applied and elaborated a letter base. For the integrated participant tourist planning of the basin it was used of two methodologies, the Delfos technique and the execution of sensitization workshops, presentation, construction and consolidation of the plan. The used methodology provided to diverse reflections and contributions of the participants of the workshops and the Delfos questionnaires. Information these, make possible the construction of the plan.

Keys Words: Participant planning, sustainable tourism, hydrographic basin.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização da bacia do Córrego Fundo, Aquidauana/MS.....	16
Figura 02 – Modelo Simplificado de Análise Sistêmica	27
Figura 03 – Modelo de Análise, Gestão e Controle de Bacias Hidrográficas	32
Figura 04 – Modelo simplificado de Sistema Turístico Sustentável em Bacias Hidrográficas	37
Figura 05 – Modelo Simplificado de Planejamento Participativo Integrado em Bacias Hidrográficas	71
Figura 06 – Pluviosidade Média do Município de Aquidauana-MS, período de 1931 e 1990.....	90
Figura 07 – Paisagem da Front da Cuesta Arenítica da Serra de Santa Bárbara/Maracaju na Fazenda UEMS	92
Figura 08 – Carta de Vegetação Primitiva da Bacia do Córrego Fundo	96
Figura 09 – Carta Fundiária da Bacia do Córrego Fundo.....	100
Figura 10 – Instalações do GEMAP na Fazenda Escola da UEMS.....	106
Figura 11 – Sítio Arqueológico Localizado na UEMS.....	106
Figura 12 – Foz do Córrego Fundo no Rio Aquidauana	107
Figura 13 – Interior do Apartamento do Sítio Tavares.....	108
Figura 14 – Espaço destinado para camping no Sítio Tavares	108
Figura 15 – Barracão de Alvenaria do Sítio Tavares	109
Figura 16 – Churrasqueira Sítio Tavares.....	109
Figura 17 – Fachada do Chalé da Chácara Aniz.....	110
Figura 18 – Interior do apartamento B, no chalé da Chácara Aniz.....	111
Figura 19 – Espaço na sede da Chácara Aniz, com churrasqueira, e forno à lenha.	111
Figura 20 – Área da Piscina na sede da Chácara Aniz	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Área das propriedades que tem sede na bacia	85
Tabela 02 – Área total das propriedades.....	85
Tabela 03 – Classificação da Declividade da Bacia do Córrego Fundo	93
Tabela 04 – Uso e Ocupação do solo da Bacia do Córrego Fundo, em 1966 e 2004	94
Tabela 05 – Formas de Abastecimento de Água da Bacia do Córrego Fundo.....	103
Tabela 06 – Número de Domicílios, Habitantes e Estrutura Etária na Bacia do Córrego Fundo.....	114
Tabela 07 – Características Produtivas da Bacia do Córrego Fundo	120
Tabela 08 – Preços do Pesqueiro Tavares	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Tipologia da Participação das Pessoas nos Projetos de Desenvolvimento.....	50
Quadro 02 – Abordagens de Planejamento Turístico.....	55
Quadro 03 – Níveis de Intensidade da Participação da Comunidade	66
Quadro 04 – Fases Metodológicas do Planejamento.....	67
Quadro 05 – Fases Metodológicas do Planejamento Participativo.....	69
Quadro 06 – Programa: Degradação Ambiental	139
Quadro 07 – Programa: Políticas Públicas e Gestão	142
Quadro 08 – Programa: Educação e Sensibilização	144
Quadro 09 – Programa: Produção.....	146
Quadro 10 – Programa: Integração entre os Proprietários.....	148
Quadro 11 – Programa: Sensibilização e Diagnóstico da Potencialidade Turística	150
Quadro 12 – Programa: Desenvolvimento do Turismo.....	152

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 – SISTEMAS E TURISMO.....	20
2 – PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO INTEGRADO	44
2.1 – Planejamento Turístico Participativo e Integrado em Bacias Hidrográficas.	53
3 – CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO INTEGRADO	65
4 – SISTEMA BACIA DO CÓRREGO FUNDO, AQUIDAUANA-MS	84
4.1 – Dinâmica do Meio Biofísico do Sistema Bacia do Córrego Fundo	86
4.1.1 – Subsistema Natural	86
4.1.1.1 – Hidrografia	87
4.1.1.2 – Clima	89
4.1.1.3 – Geologia e Solos	90
4.1.1.4 – Geomorfologia	92
4.1.1.5 – Vegetação	94
4.1.1.6 – Fauna	97
4.1.2 – Subsistema Construído	98
4.1.2.1 – Infra-Estrutura de Acesso	101
4.1.2.2 – Infra-Estrutura de Comunicação e Energia.....	101
4.1.2.3 – Infra-Estrutura Domiciliar	102
4.1.2.4 – Infra-Estrutura Sanitária.....	102
4.1.2.5 – Infra-Estrutura Produtiva.....	104
4.1.2.5.1 – Infra-estrutura Turística	105
4.2 – Dinâmica do Meio Sócio-Organizacional do Sistema Bacia	112
4.2.1 – Subsistema Social	113
4.2.2 – Subsistema Produtivo.....	117
4.2.2.1 – Turismo.....	121
4.3 – Interação entre os Subsistemas do Sistema Bacia do Córrego Fundo	124
4.4 – <i>Inputs</i> e <i>Outputs</i> do Sistema Bacia do Córrego Fundo.....	127
5 – PLANO PARTICIPATIVO INTEGRADO - UMA PROPOSTA PARA O TURISMO NA BACIA DO CORREGO FUNDO	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
APÊNDICE	168

INTRODUÇÃO

A forma com que o homem se apropria da natureza e utiliza os recursos é objeto de estudo para diversos ramos da ciência, que geram riquíssimo volume de conhecimento e apontam para a necessidade do homem de planejar e ordenar do uso e ocupação do solo, no intuito de minimizar impactos, otimizar o uso de recursos disponíveis e equilibrar as relações homem X natureza.

“As preocupações com a questão ambiental existem desde que a relação entre o homem e a natureza, impôs a esta, limite para o seu consumo, porem os sistemas econômicos pregam consumo desenfreado da natureza sem grandes preocupações com até quando a natureza suportaria tal apropriação. O fato é que os recursos da natureza são esgotáveis e sua utilização deve respeitar a capacidade de suporte do planeta” (VALENTE, 1999).

Espíndola (2000) afirma que:

“Em decorrência do acelerado processo de apropriação dos recursos naturais para atender à demanda das atividades humanas, tem – se verificado, cada vez mais, alterações ambientais significativas, produzidas pela ação antrópica, as quais não encontram precedentes no decorrer do processo evolutivo da humanidade. Uma análise desta ação antrópica, revela que a forma atual de apropriação da natureza ocorre de maneira rápida e desordenada, ocasionando danos, muitas vezes irreversíveis, ao meio ambiente”.

O turismo é uma atividade que se apropria dos recursos naturais para atender as necessidades humanas.

A apropriação da natureza de forma desordenada vem trazendo uma preocupação ambiental em todo o mundo. Petrocchi (1998) afirma que “a partir da década de 80, a questão ambiental vem crescendo e assumindo caráter ideológico, influenciando a política, a cultura e a ciência e contribuindo para a formação de novos paradigmas”.

O turismo deve ser planejado com a preocupação de buscar a conservação dos recursos. Neste sentido, Lage e Milone (2000) ressaltam que “o turismo também pode atuar como instrumento de sensibilização, de orientação e de equilíbrio entre o desgaste que nós estamos causando com o desenvolvimento econômico e a necessidade de preservar nosso patrimônio”.

O presente trabalho visa o aprimoramento do modelo de elaboração de planejamento participativo integrado sustentável em bacias hidrográficas, utilizando-

se da bacia do Córrego Fundo como estudo de caso, e tendo o turismo como potencial forma de atividade econômica complementar, que auxilia na renda e na conservação ambiental.

A fundamentação teórica basear-se-á na Teoria Geral dos Sistemas. Entendendo sistema como conjunto de partes que complexamente se interagem entre si, formando uma totalidade dinâmica, em constante transformação de sua estrutura, devido aos diversos fluxos de energia e matéria, ao longo do tempo e do espaço.

Para o entendimento do sistema é fundamental considerar que “existem 03 princípios básicos de funcionamento de um sistema a unidade, a totalidade e a complexidade” (CHRISTOFOLETTI, 1999). As unidades podem ser entendidas como os elementos do sistema ou como subsistemas que interagem entre si. A complexidade é a forma de interação entre essas unidades e a totalidade é o sistema todo.

Desta forma, vale ressaltar que no presente, na busca de entender a totalidade do sistema, considera-se tanto as relações entre os elementos, quanto à relação entre os subsistemas. Os quais serão agrupados em subsistemas natural, construído, socioeconômico e produtivo.

A bacia hidrográfica, nas últimas décadas, tem sido utilizada como unidade de estudo e planejamento, em especial devido a facilidade de interação da paisagem visível do meio biofísico, que engloba os subsistemas natural e construído, com os agentes sócio-organizacionais, subsistemas socioeconômico e produtivo, que modelam a paisagem ao longo do tempo histórico e nelas deixam suas marcas. Dentre elas da atividade turística.

O papel social e ambientalista da ciência, força que o planejamento se torne ferramenta de busca se não totalmente prática, mas filosófica, pela sustentabilidade ambiental, visando otimizar a utilização dos recursos e minimizar os impactos nocivos aos ecossistemas terrestres. Mesmo entendendo-se que qualquer atividade humana gera transformações no sistema, buscando-se então, atividades que gerem transformações, que sejam de interesse da comunidade local, que valorizem e preservem sua cultura e costumes, e que interfira o mínimo possível no equilíbrio dinâmico da natureza.

O planejamento participativo impulsiona o desenvolvimento da localidade e o desenvolvimento sustentável, pois a comunidade local e de seu entorno, ao

participarem das decisões, tornam-se cúmplices delas, se envolvendo para a operacionalização e êxito, fixando o homem ao campo com dignidade.

Vale ressaltar, que quando se fala em entorno, é na perspectiva de que vários sistemas estão inseridos num sistema maior, e quando, esses sistemas são abertos e existe troca de energia com o sistema maior, é relevante que agentes externos (do entorno) participem do planejamento. O entorno nesse sentido é encarado como agentes ou elementos que estabelecem relação com o sistema.

Na presente pesquisa, optou-se por utilizar a metodologia de planejamento participativo já utilizada com sucesso pelo PDR - Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável, realizado no Mato Grosso do Sul pelo IPLAN/MS - Instituto de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul e instituições parceiras. A metodologia do PDR foi proposta por um grupo de pesquisadores que dividiu o estado em 05 regiões e desenvolveu oficinas e aplicação da metodologia Delfos em cada uma das regiões.

Assim, a metodologia do PDR foi adaptada, e foi proposto e testado um modelo de planejamento turístico participativo integrado sustentável que foi adaptado de Kullock (1994).

Considerando modelo como forma de representar os elementos e as interações do sistema, para facilitar sua visualização, análise e busca de decisões mais precisas. E que contribua para o planejamento turístico em bacias hidrográficas.

Vale salientar, que esta pesquisa faz parte de uma maior, financiado pela FUNDECT e que visa a elaboração do Plano de Gestão e Manejo da Bacia do Córrego Fundo, Aquidauana-MS, na qual o turismo tem papel de fundamental importância.

A bacia do Córrego Fundo localiza-se no município de Aquidauana, à leste da cidade. Ocupa uma área de 4.609 ha e distancia-se apenas 140 km da capital do estado, Campo Grande. Apresenta riquíssimo sistema natural com paisagens cênicas, corredeiras, vegetações e feições geomorfológicas.

A principal atividade sócio-produtiva desenvolvida na bacia é a pecuária extensiva de corte, em pequenas e médias propriedades e que devido ao potencial do sistema natural podem obter com o turismo complemento de renda, valorização da cultura local e conservação da biodiversidade de suas reservas legais e áreas de preservação permanente.

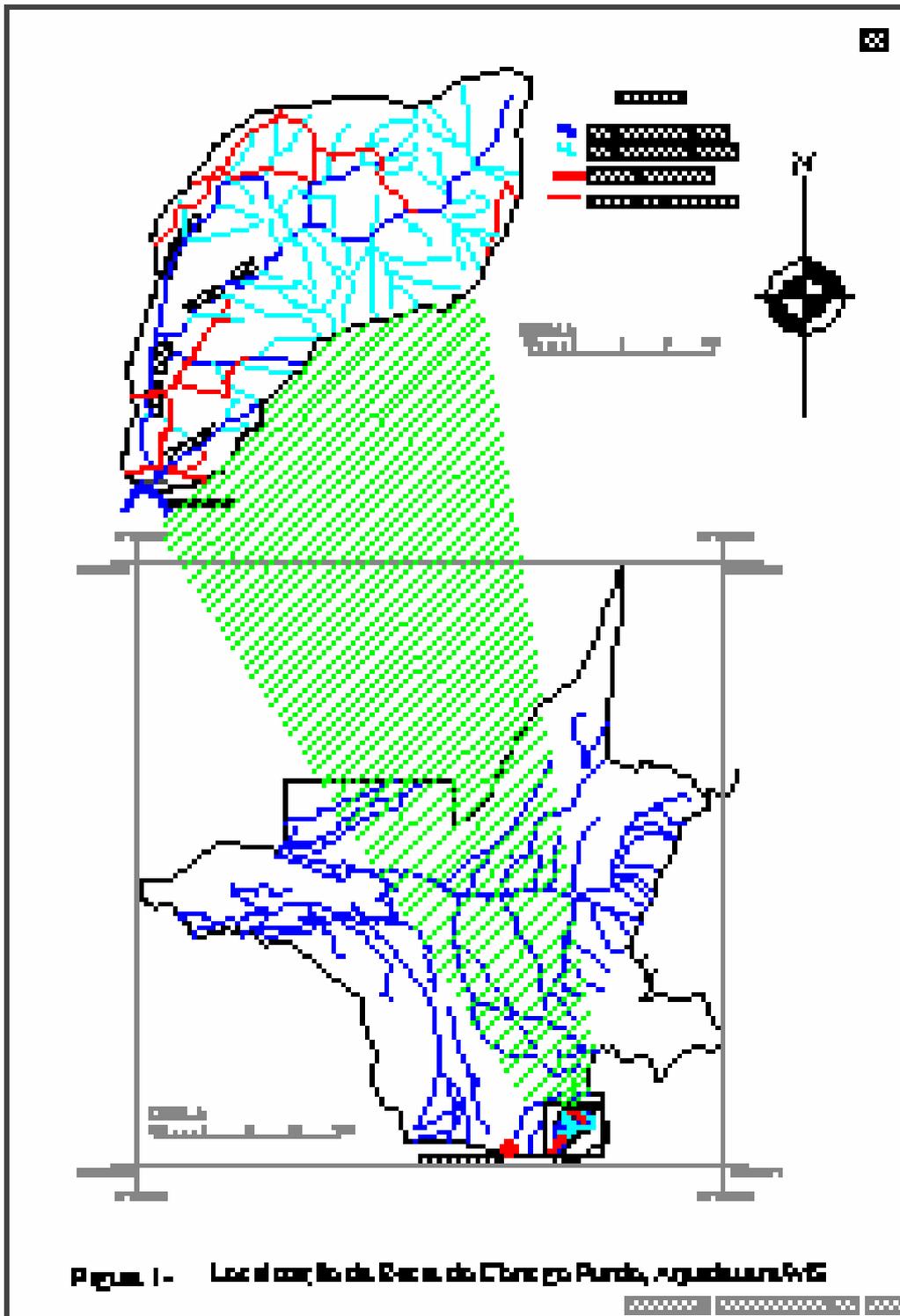


Figura 1.- Localización de Estero de Cincograndes, Aguascalientes, A.G.

A bacia do Córrego Fundo possui um total de 14 propriedades, sendo que as maiores em área encontram-se no alto e médio curso da bacia. No baixo curso encontram-se as pequenas propriedades com áreas não superiores a 20 ha.

A área de pesquisa é de grande relevância, pois a foz da bacia do Córrego Fundo no rio Aquidauana localiza-se a cerca de 12 km do ponto de captação de água, que abastece a cidade de mesmo nome. Tem como principal atividade econômica a pecuária extensiva de corte, e em menor escala a suinocultura, piscicultura, turismo e agricultura de subsistência. As atividades desenvolvidas na bacia refletem na qualidade de suas águas, que por sua vez irá refletir na qualidade de vida da população da bacia e da cidade de Aquidauana.

Dentre as 14 propriedades da bacia, apenas 03 desenvolvem atividade turística: a Fazenda UEMS, Sítio Tavares e Chácara Aniz. O turismo na Fazenda UEMS é desenvolvido pelo GEMAP - Grupo de Estudo e Manejo de Áreas protegidas e é voltado ao ecoturismo e turismo científico. O Sítio Tavares é um pesqueiro e possui área de camping para os turistas e a Chácara Aniz é uma pousada que recebe uma demanda principalmente estrangeira e oferece atividades na propriedade e passeios no município de Aquidauana.

Para o planejamento participativo integrado de bacias hidrográficas, é imprescindível considerar as relações que existem dentro do sistema e os in puts (entradas do sistema) e out puts (saídas do sistema). Assim, se torna importante a utilização de metodologia de pesquisa que relacione todas essas variáveis. Desta forma, para a realização do planejamento turístico participativo integrado da bacia do córrego Fundo utilizou-se de dois instrumentos, a técnica Delfos e oficinas.

As oficinas para o planejamento turístico participativo foram divididas em Oficina de Sensibilização, Oficina de Apresentação, Oficina de Construção do Plano e Oficina de Consolidação. As oficinas visaram a participação da comunidade local e dos proprietários no planejamento do turismo na bacia.

A oficina de Sensibilização teve por objetivo sensibilizar os moradores da bacia para a participação na construção do plano. A oficina de Apresentação teve o intuito de apresentar a bacia do Córrego Fundo aos participantes e foi realizada juntamente com a oficina de Construção do plano. A oficina de Construção do Plano teve como objetivo construir de forma participativa um Plano Turístico da Bacia do Córrego Fundo, a partir do levantamento dos problemas e potencialidades. A oficina

de Consolidação consiste na discussão, ajustes e aprovação do plano. As oficinas foram desenvolvidas de maio a dezembro de 2006.

A técnica Delfos foi desenvolvida com aplicação de questionário Delfos para pessoas ou instituições/empresas, que tem ligação direta ou indireta com a bacia e para pessoas de relevância que moram dentro da bacia e que não poderiam comparecer as oficinas.

Além das oficinas e questionários Delfos, para o diagnóstico preliminar da bacia do Córrego Fundo, foram desenvolvidas atividades de gabinete, utilizando o Multireferencial (1990), o RADAMBRASIL (1982), Cappi (2002), Silva (2004), Pinto et al (2005), dentre outros trabalhos desenvolvidos na área, elaborando assim, o mapa base e os questionários de coleta de dados que auxiliaram na construção do conhecimento de cada subsistema para a elaboração do planejamento turístico participativo integrado, considerando ainda as informações relevantes ao fluxo de energia de sistema.

O diagnóstico preliminar foi operacionalizado com a aplicação de questionários aos proprietários e funcionários, e trabalho de campo. Elaborou-se a carta base, onde foram plotadas informações relevantes para a visualização da área como, a rede hidrográfica, a sede das propriedades, a rede viária, etc, na escala de trabalho de 1:100.000.

Pensando no planejamento turístico participativo da bacia do Córrego Fundo é fundamental o diagnóstico preliminar realizado pelo planejador.

Para o planejamento do sistema bacia hidrográfica, não se pode pensar no turismo como uma atividade isolada do contexto em que se insere, assim, é importante realizar levantamento de dados dos subsistemas que a compõem e só após o conhecimento da dinâmica de seu funcionamento, possa planeja-lá.

Assim, a dissertação foi dividida em cinco capítulos, com o intuito de melhor apresentar a proposta metodológica e os resultados do estudo de caso.

No 1º capítulo discute-se a abordagem sistêmica e o turismo em bacias hidrográficas, trazendo discussões sobre a abordagem sistêmica, a proposta de um modelo sistêmico de análise de bacias hidrográfica e o turismo nessa perspectiva.

No 2º capítulo é realizada uma discussão sobre o planejamento participativo integrado e o turismo.

O 3º capítulo apresenta a proposta metodológica de planejamento participativo e a aplicação dessa proposta na bacia do Córrego Fundo.

No 4º será apresentado o Sistema Córrego Fundo e suas relações com a atividade turística, partindo da relação estabelecida entre os subsistemas (natural, construído, social e produtivo), analisando as unidades do sistema e suas interações, na busca do entendimento do sistema em sua totalidade a partir da complexidade do Sistema Bacia do Córrego Fundo.

No capítulo cinco foi apresentado o Plano Turístico Integrado da Bacia do Córrego Fundo e discutiu-se a metodologia de construção do plano. No capítulo seis apresenta-se a conclusão e as sugestões.

1 – SISTEMAS E TURISMO

A busca pelo entendimento detalhado das relações sociais, econômica, políticas e ambientais de uma determinada área, faz com que diversas pesquisas sejam desenvolvidas, a fim de desenvolver metodologias de análise. Essa busca passou, entre outras, pela visão mecanicista, visão organicista e visão sistêmica.

A abordagem sistêmica de análise biofísica e de fenômenos sociais é derivada da Teoria Geral dos Sistemas, da busca da quebra do positivismo/imperialismo e da amarração quantitativa e qualitativa ambiental.

A abordagem sistêmica se caracteriza mais completa quando associada à visão holística. Já que a visão holística é a forma de interpretar a interação dos elementos ou das partes, buscando o entendimento da totalidade. Nessa perspectiva a totalidade vai depender da percepção e da visão de mundo do pesquisador.

A visão de mundo é construída a partir das experiências que cada indivíduo passou, das influências psicológicas, fisiológicas, sociais, ambientais, econômicas que transformam a personalidade e determinando a forma que cada um entende o mundo.

Alves Mazzotti *apud* Petrocchi (1998) afirma que “a visão holística parte do princípio de que a compreensão do significado de um comportamento ou evento só é possível em função da compreensão das inter-relações que emergem de um dado contexto”.

De acordo com Capra (1982) *apud* Mattos e Perez Filho (2005) “devido a grande complexidade de inter-relações entre homem e natureza, entre fenômenos e elementos em seus diversos níveis, tais as estruturas organizacionais devem ser compreendidas dentro de uma concepção holística ou sistêmica”.

Enquanto a visão sistêmica parte do entendimento das unidades buscando a totalidade, a visão holística parte do todo para entender as partes, de forma que, quanto mais abrangente for a visão do pesquisador maior será a chance de compreensão desse todo. Associando essas duas visões consegue-se então compreender tanto o todo como as partes.

O objetivo de trabalhar com a visão sistêmica holística é compreender o sistema como um todo, estudando os elementos ou partes, buscando o

entendimento a partir de variáveis do sistema, entendendo as seqüências dos processos que envolvem que são desencadeados por diversos fluxos de energia.

Segundo Bertalanffy (1975) apud Faria e Carneiro (2001):

“O pensamento sistêmico surge, na biologia, a partir da consideração dos organismos vivos como totalidades integradas. A idéia de que a natureza funciona como um sistema, já era considerada pelos biólogos no início do século XX, mas foram às concepções de Ludwig von Bertalanffy de um sistema aberto e de uma Teoria Geral de Sistemas que estabeleceram o pensamento sistêmico no âmbito da ciência”.

“A Teoria Geral dos Sistemas trouxe uma importante contribuição para a teoria da organização e o exercício da administração e permitiu a unificação de conhecimentos, em um universo ilimitado de aplicação” (PETROCCHI, 1998). Desta forma, as análises que estudavam um aspecto de uma área (social, ambiental, econômico e política), puderam ser unidas numa mesma forma de análise, entendendo então as relações existentes nesse ambiente.

“A teoria geral dos sistemas afirma que cada variável, em um sistema, interage com as outras variáveis de forma tão completa que causa e efeito não podem ser separados. Uma única variável pode, ao mesmo tempo, ser causa e efeito. A realidade não permanecerá imóvel. Mas não pode ser desmembrada. Não será possível entender uma célula, a estrutura de um cérebro, a família, uma cultura ou o turismo se forem isolados de seus contextos. O relacionamento é tudo” (BENI, 2002).

A abordagem sistêmica vem se expandindo em todas as ciências, pela busca do entendimento de diversas questões.

Para tanto, é importante entender o significado do termo sistema. Capra (1996) salienta que “a palavra sistema deriva do grego *synhistanai* (colocar junto). Entender as coisas sistêmicas significa, literalmente, coloca-las dentro de um contexto e estabelecer a natureza de suas relações”.

Se pensarmos na visão sistêmica a partir do significado da derivação da palavra do grego, *synhistanai* (colocar junto), percebe-se que a busca desde o princípio, da utilização do termo sistema, era o entendimento das relações entre elementos que estão dentro de um mesmo contexto.

Tricart (1976) afirma que:

“o conceito sistema é, atualmente, o melhor instrumento lógico de que dispomos para estudar os problemas ambientais, definindo-o

como: um conjunto de fenômenos que se processam, mediante fluxos de matéria e energia, e que esses fluxos originam relação de dependência mútua entre fenômenos”.

Beni (2002) define sistema como:

“um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo”

Já Bertalanffy (1975) apud Faria e Carneiro (2001) define um sistema como “um complexo de elementos em interação, fazendo com que um sistema seja sempre mais que a soma de suas partes porque estas relações são diferentes dentro do sistema”.

“Sistema também pode ser definido como uma área ou região onde a energia, os materiais e população fluem, em maior medida, no seu interior do que fora dela (ou seja, entrando ou saindo). Este é um dado essencial para um sistema possa ser dimensionado. Além das variadas dimensões, os sistemas também possuem dinâmicas próprias e, portanto, não poderão ser compreendidos sem o entendimento de sua composição integrada com a dinâmica das variáveis que sobre ele atuam” (FARIA e CARNEIRO, 2001).

Segundo Haigh (1985) apud Christofletti (1999):

“Um sistema é uma totalidade que é criada pela integração de um conjunto estruturado de partes componentes, cujas interrelações estruturais e funcionais criam uma inteireza que não se encontra implicada por aquelas partes componentes quando desagregadas. Não se trata somente da soma das partes, mas sim da totalidade a partir das relações estabelecidas no sistema”.

Desta forma, segundo Capra (1996), a visão sistêmica tem em comum uma série de critérios:

- a) O primeiro e mais geral afirma: “...é a visão de mudança das partes para o TODO ... as propriedades essenciais ou sistêmicas são propriedade do TODO que nenhuma das partes possui. Elas surgem das relações da Organização”.
- b) Um segundo critério chave é: “A capacidade de deslocar a própria atenção de um lado para outro entre diferentes níveis sistêmicos ... portanto, diferentes níveis sistêmicos representam níveis de diferentes complexidades” .
- c) O terceiro critério afirma: “... as propriedades das partes não são propriedades intrínsecas, mas só podem ser entendidas dentro do contexto do TODO MAIOR ... aquilo que denominamos parte é um padrão numa teia inseparável de relações” .

“Para entender o sistema é necessário considerar que existem 03 princípios básicos de funcionamento de um sistema, a unidade, a totalidade e a complexidade” (CHRISTOFOLETTI, 1999).

Como unidade pode-se entender os elementos ou partes do sistema. De acordo com Beni (2002):

“A estrutura do sistema é constituída pelos elementos e suas relações, expressando-se através do arranjo de seus componentes. O elemento é sua unidade básica e o problema de escala é importante quando se quer caracterizá-lo. Em determinado nível de tratamento, as unidades do sistema são indivisíveis e consideradas entidades. Quando se deseja mudar o nível de tratamento, passando para outra escala analítica, a unidade anteriormente discernida pode passar a ser considerada um sistema particular, em que se deve estabelecer seus componentes e suas relações. Conforme a escala que se deseja analisar, deve-se ter em vista que cada sistema pode ser um subsistema (ou elementos), ao se procurar analisar a categoria de fenômeno em outro nível de abordagem, estabelecendo-se interpenetração e alinhamento hierárquico”.

A totalidade é o conjunto de elementos ou conjunto das partes de um sistema, considerando o ambiente como um todo.

A complexidade não se refere a algo complexo, no sentido de complicado, mas sim, no que tange a quantidade de elementos do sistema e a forma e intensidade da interação destes, considerando a complexidade a partir das variáveis do sistema. Neste sentido, a complexidade vai apresentar não somente a soma desses elementos, como também a hierarquia e o peso que cada um tem no sistema. Analisando também a hierarquia de complexidade do sistema se comparado com outros sistemas ou no contexto dos sistemas que estabelece relação ou que este esta inserido.

Segundo Mattos e Perez Filho (2005):

“a relação sociedade-natureza, segundo o paradigma da complexidade, pode ser representada como sistemas com organização dinâmica de funcionamento e especificidades próprias de cada um, ao se inter-relacionarem, formam um sistema de maior nível hierárquico”.

Na busca pelo entendimento da complexidade da realidade e de sua estrutura organizacional Capra (1982) apud Mattos e Perez Filho (2005) afirma que “deve-se compreender o mundo enquanto um sistema em constante mudança e evolução,

que se caracteriza principalmente pelas infinitas inter-relações dinâmicas entre seus elementos constituintes”.

Chorley e Kennedy (1971) *apud* Troppmair (2004) ”O mundo real pode ser encarado como um conjunto constituído de sistemas interligados em várias escalas e complexidades que estão aninhados e interligados entre si formando um sistema de hierarquia”.

Tricart (1976) “Cada um dos fenômenos incorporados num sistema, geralmente pode ser analisado, ele mesmo, como um sistema. Convencionalmente denomina-se subsistema. Nesse sentido o sistema poderá apresentar subsistemas de acordo com a escala que se deseja analisar”.

Buscando o entendimento da complexidade do sistema, vale ressaltar que o sistema é composto por matéria e energia conforme enfatiza Beni (2002):

“quando afirma que depois da matéria, a energia constitui o segundo elemento de maior importância na composição dos sistemas; a esta corresponde as funções que fazem o sistema funcionar, gerando a capacidade de realizar trabalho. Todos os processos atuam em função da energia que lhes é fornecida, que pode ser potencial ou cinética”.

Desta forma, a composição básica do sistema se dá a partir da matéria e da energia. A matéria corresponde ao material que vai ser mobilizado através do sistema, e a energia corresponde às forças que fazem o sistema funcionar, gerando a capacidade de realizar trabalho e/ou transformações na matéria. Assim, é importante a compreensão dos fluxos de energia, tanto os internos como os externos, que influenciam no sistema como um todo, e promovem alterações nos elementos.

É importante salientar que todo sistema aberto apresenta entrada e saída de matéria e energia. Para Christofletti (1999):

“cada sistema é alimentado por determinado tipo de entrada, denominada in put. As entradas recebidas pelo sistema sofrem transformações em seu interior e, depois, são encaminhadas para fora, sendo assim, todo produto fornecido pelo sistema representa um tipo de saída chamada out put”.

Faria e Carneiro (2001) salientam que:

“a abordagem sistêmica impõe alguns requisitos para que possa ser eficiente na representação do sistema, sem o que não conseguimos identificar as variáveis que nele atuam e, menos ainda, as relações

entre elas; sem isso, não será possível acompanhar seu funcionamento e corrigir desvios que possam comprometer a sua atuação adequada”.

Faria e Carneiro (2001) ainda afirmam que como requisitos essenciais para a abordagem sistêmica pode-se identificar:

- A. Determinar se a região é ou não um sistema (onde é maior o fluxo interno de energia, materiais ou população);
- B. Estabelecer a abrangência do sistema (quais são seus limites);
- C. Determinar as limitações do sistema (capacidade de suporte do meio ambiente);
- D. Conhecer a dinâmica do sistema (interações e temporalidade das variáveis que nele atuam);
- E. Descobrir as conexões do sistema com outros sistemas (relações entre sistemas);
- F. Determinar se o sistema tolera as atividades que se pretende realizar (resistência).

Vários autores buscam entender quais requisitos ou estruturas básicas de um sistema. Beni (2002) apresenta a estrutura que o sistema deve ter:

- Meio ambiente – conjunto de todos os objetos que não fazem parte do sistema em questão, mas que exercem influências sobre a operação do mesmo;
- Elementos ou unidades – as partes componentes do sistema;
- Relações – os elementos integrantes do sistema encontram-se inter-relacionados, uns dependendo dos outros, através de ligações que denunciam os fluxos;
- Atributos – são as qualidades que se atribuem aos elementos ou ao sistema, a fim de caracterizá-los;
- Entrada (input) – constituída por aquilo que o sistema recebe. Cada sistema é alimentado por determinado tipo de entradas;
- Saída (output) – produto final dos processos de transformação a que se submete o conteúdo da entrada;
- Realimentação (feedback) – processo de controle para manter o sistema em equilíbrio;
- Modelo – é a representação do sistema. Constitui uma abstração para facilitar o projeto e/ou análise do sistema. É utilizado por dois motivos básicos: porque simplifica o estudo do sistema, permitindo a análise de causa e efeito entre os seus elementos para conclusão de maior precisão; e pela impossibilidade de abranger a complexa totalidade das características e aspectos da realidade objeto de estudo.

Vale ressaltar que, o modelo é peça fundamental para o entendimento da estrutura e dinâmica do sistema.

“Quando se conceituam os fenômenos como sistemas, uma das principais atribuições e dificuldades está em identificar os elementos, seus atributos (variáveis) e suas relações, a fim de delinear com clareza a extensão abrangida pelo sistema

em foco” (CHRISTOFOLETTI,1999). A partir dessa afirmação, percebe-se então a importância da modelagem de sistemas, já que o modelo propicia o entendimento do sistema.

Para Chistofoletti (1999):

“os modelos procuram sintetizar os sistemas e tem como finalidade fornecer quadro global da totalidade do sistema, estabelecendo o grau de conhecimento sobre as partes componentes, interação entre os elementos e funcionamento interativo entre os in puts e out puts do sistema. O objetivo é compreender o sistema como um todo em vez de se basear no estudo detalhado de elementos individuais do sistema ou numa determinada seqüência encadeante dos processos envolvidos em uma categoria de fluxo”.

Beni (2002) enfatiza que:

“O modelo tem sua construção baseada em informações obtidas da realidade através da observação e/ou da medição. É dessa forma, o instrumento mais útil para o estudo de sistemas. Afirma-se que a ciência será tanto mais exata quanto maior for a correspondência entre os modelos que usa e a realidade”.

Para Tuan (1980) é importante considerar que:

“As informações inseridas no modelo devem ser tratadas quantitativa e qualitativamente, representando não somente a predominância de um ou outro elemento no sistema, como também a forma como este se apresenta, analisando o peso, a reincidência neste no sistema, a correlação com outros elementos, etc. Para tanto, existe a necessidade de coleta de dados, que pode ser operacionalizada tendo como instrumento a percepção”.

Desta forma, propõe-se o Modelo Simplificado de Análise Sistêmica (Figura 02).

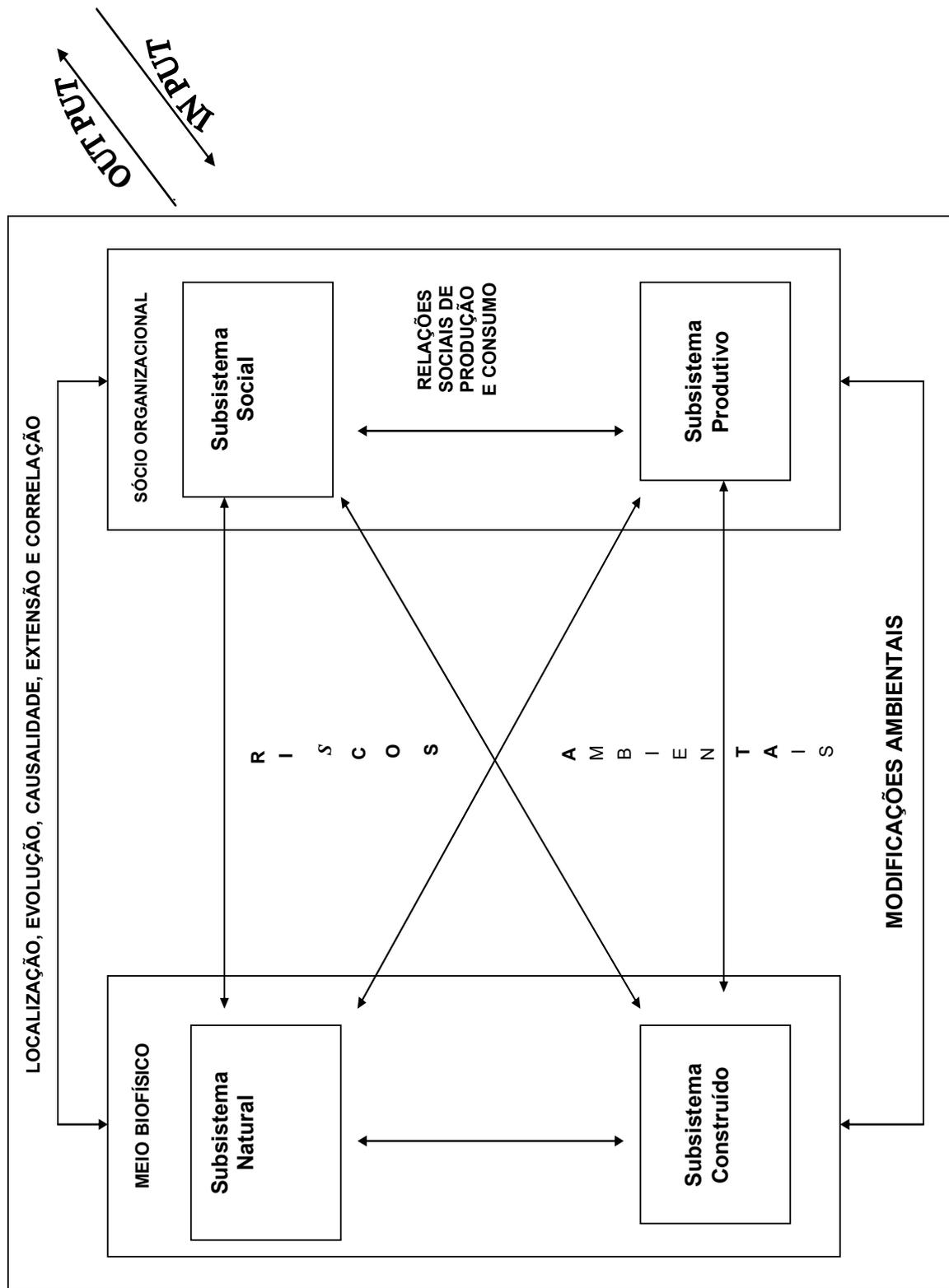


Figura 02 – Modelo Simplificado de Análise Sistêmica
Fonte: PINTO, CARVALHO e SILVA (2005) Adaptação: KULLOCK (1994).

O modelo é dividido em dois grandes blocos, o meio biofísico e o sócio organizacional e em 04 subsistemas, o social, o produtivo, o natural e o construído.

O meio biofísico é resultante da interação entre o subsistema natural, que compreende as características naturais do sistema, como a geologia, a geomorfologia, o clima, a vegetação, a hidrografia, etc., e o construído, representando as edificações e infra-estruturas: de acesso, sanitária, de comunicação, domiciliar, produtiva, de educação, etc.

No segundo bloco, o sócio organizacional é resultante da interação entre o subsistema social, que abrange informações referentes aos proprietários, funcionários, turistas e estudantes, buscando dados sobre escolaridade, idade, sexo, renda, cultura, etc. E o subsistema produtivo, que compreende informações referentes às atividades econômicas, como a agricultura, pecuária, suinocultura, ovinocultura, turismo; o modo e as relações sociais de produção e as atividades não-econômicas.

Mesmo existindo no sistema a divisão entre o meio biofísico e o sócio organizacional, existe uma correlação entre todos os subsistemas, não impedindo assim que existam relações entre os subsistemas de blocos diferentes. A partir dessas relações ocorrem modificações ambientais.

Mattos e Perez Filho (2005) dividem o sistema em 02 subsistemas, o subsistema físico-natural (natureza) e o subsistema socioeconômico (sociedade). Essa divisão é baseada a partir da idéia de Christofolletti (1996) e Casseti (1991). “Nessa inter-relação, o subsistema físico-natural funciona como suporte para as atividades humanas, fornecendo as potencialidades e limitações dentro das quais estas atividades podem ser desenvolvidas” (CHRISTOFOLLETTI, 1999 apud TROPPIAIR, 2004). “Já o subsistema socioeconômico pode impor mudança ao subsistema físico-natural conforme a sociedade transforma suas propriedades geológicas em recursos naturais dos quais se apropria” (CASSETI, 1991 apud TROPPIAIR, 2004).).

Mattos e Perez Filho (2005) ainda afirmam que “com as inovações tecnológicas, é possível a sociedade alterar os limites e potencialidades do subsistema físico-natural”.

A proposta de análise sistêmica de Mattos e Perez Filho (2005) vem de encontro com base da interpretação do modelo de análise sistêmica holística que se propõe no presente trabalho.

Para analisar o funcionamento e a dinâmica dos sistemas, propõe-se a utilização de 5 princípios de análise, apontados por Silva e Souza (1996): Localização, extensão, correlação, evolução e causalidade. Todos esses princípios referem-se tanto aos elementos, quanto ao sistema em si.

Não há um fenômeno sem uma *localização* no tempo e no espaço. A partir da localização dos elementos ou partes de um sistema, pode ser feitas relações de acordo com o arranjo espacial em que se encontram, e de acordo com a localização do próprio sistema pode-se entender o contexto em que o mesmo se insere e as relações que podem ser estabelecidas com um sistema maior e com sistemas adjacentes (*in put e out put*).

A *extensão* corresponde ao espaço que o elemento ou o sistema ocupa, compreendendo a extensão consegue-se identificar alguns aspectos, como o peso (relevância para o sistema) e características desses elementos no sistema, e a partir da extensão do sistema, pode-se mensurar o tamanho do mesmo, assim como o espaço que este ocupa e a importância dentro de um sistema maior e comparar com outros sistemas.

A *correlação* acontece a partir das relações entre as variáveis internas e entradas e saídas de energia do sistema quando estabelece interações com sistemas vizinhos, entendendo então os fluxos de energia.

Para análise do sistema é importante entender que não há condição estática absoluta na natureza, isto é, todos os fenômenos estão em constante modificação. Partindo disso, a *evolução* corresponde às modificações ocorridas ao longo do tempo, sendo que da compreensão dessa evolução pode-se dar a partir de vários aspectos do presente, buscando no passado informações que justifiquem as características atuais e a partir desta análise planejar e gerir de forma mais adequada o sistema, pensando no futuro.

O próprio termo *causalidade* já indica a análise de causa e efeito dentro do sistema, entendendo então os fluxos de energia, partindo do princípio de que a relações de causa e efeito desencadeiam uma malha de ligações entre os fenômenos.

Os *in puts* (entradas) e *out puts* (saídas) do sistema vão variar de acordo com a área e as variáveis de análise do sistema.

Os limites de um sistema podem ser político-institucionais ou naturais (físicos). O limite proposto no modelo de sistema acima apresentado é político-

institucional, podendo ser delimitado baseando-se em limites políticos e administrativos, como o caso de um município, estado ou país, ou até mesmo a nível institucional e empresarial, tratando da questão de mercados e abrangência das relações de uma instituição, sendo que esses limites estão ligados a territorialidade (relações de poder e identidade) da área de abrangência do sistema. O limite natural (físico) está ligado aos limites que a própria natureza estabelece, considerando aspectos físicos da área, como é o caso de bacias hidrográficas, que tem limites a partir dos recursos hídricos, outra forma de delimitação natural é por características da vegetação, ou da geomorfologia e geologia, etc.

Conforme afirma Espíndola (2000) a bacia hidrográfica corresponde a:

“um sistema biofísico e sócio econômico, integrado e interdependente, contemplando atividades agrícolas, industriais, comunicações, serviços, facilidades recreacionais, formações vegetais, nascentes córregos e riachos, lagoas e represas, enfim todos os habitats e unidades da paisagem. Seus limites são estabelecidos topograficamente pela linha que une os pontos de maior altitude e que definem os divisores de água entre uma bacia e outra adjacente”.

Portanto, como ressalta Botelho (1999): “os limites da bacia hidrográfica corresponde à área da superfície terrestre drenada por um rio principal e seus tributários, sendo limitada pelos divisores de águas, porém, recebem intensa interação e troca de energia e matéria com outros sistemas”.

A forma de delimitar um sistema não determina de que forma a análise vai se dar, se o limite de um sistema é determinado pelos aspectos naturais, isso não exclui a necessidade de análise dos aspectos sociais, produtivos e construídos do sistema. A forma de delimitação de um sistema se dá a partir do tipo de análise que se pretende fazer.

Para Christofolletti (1980):

“a bacia de drenagem fluvial é composta por um conjunto de canais de escoamento inter-relacionados que formam a bacia de drenagem, definida como a área drenada por um determinado rio ou por um sistema fluvial. A quantidade de água que atinge os cursos fluviais está na dependência do tamanho da área ocupada pela bacia, da precipitação total e de seu regime, e das perdas devidas a evapotranspiração e à infiltração”.

Desta forma, se toda a água é drenada para o canal principal da bacia hidrográfica, pode-se entender a dinâmica dessa bacia a partir da qualidade da água, utilizando-se a água como indicador de qualidade ambiental (Figura 03).

Machado (1998) apud Carvalho (2004) ressalta que:

“a bacia hidrográfica tem sido adotada internacionalmente como unidade físico-territorial básica para o planejamento e a gestão de recursos naturais, principalmente hídricos. Sendo a água de um manancial o resultado da drenagem de sua bacia, sua qualidade e, portanto, suas características físicas, químicas, biológicas e ecológicas encontram-se sempre na dependência direta das ações (uso e ocupação) que se realizam no solo dessa bacia, bem como o grau de controle que se tem, sobre essas fontes”.

Assad e Sano (1993) salientam que:

“é de fundamental importância o estabelecimento de uma unidade básica de planejamento no que diz respeito aos parâmetros ambientais e objetivos que se desejam atingir em uma determinada região, sendo neste caso a bacia hidrográfica a unidade básica ideal”.

Propõe-se então o Modelo de Análise Sistêmica de Bacia Hidrográfica.

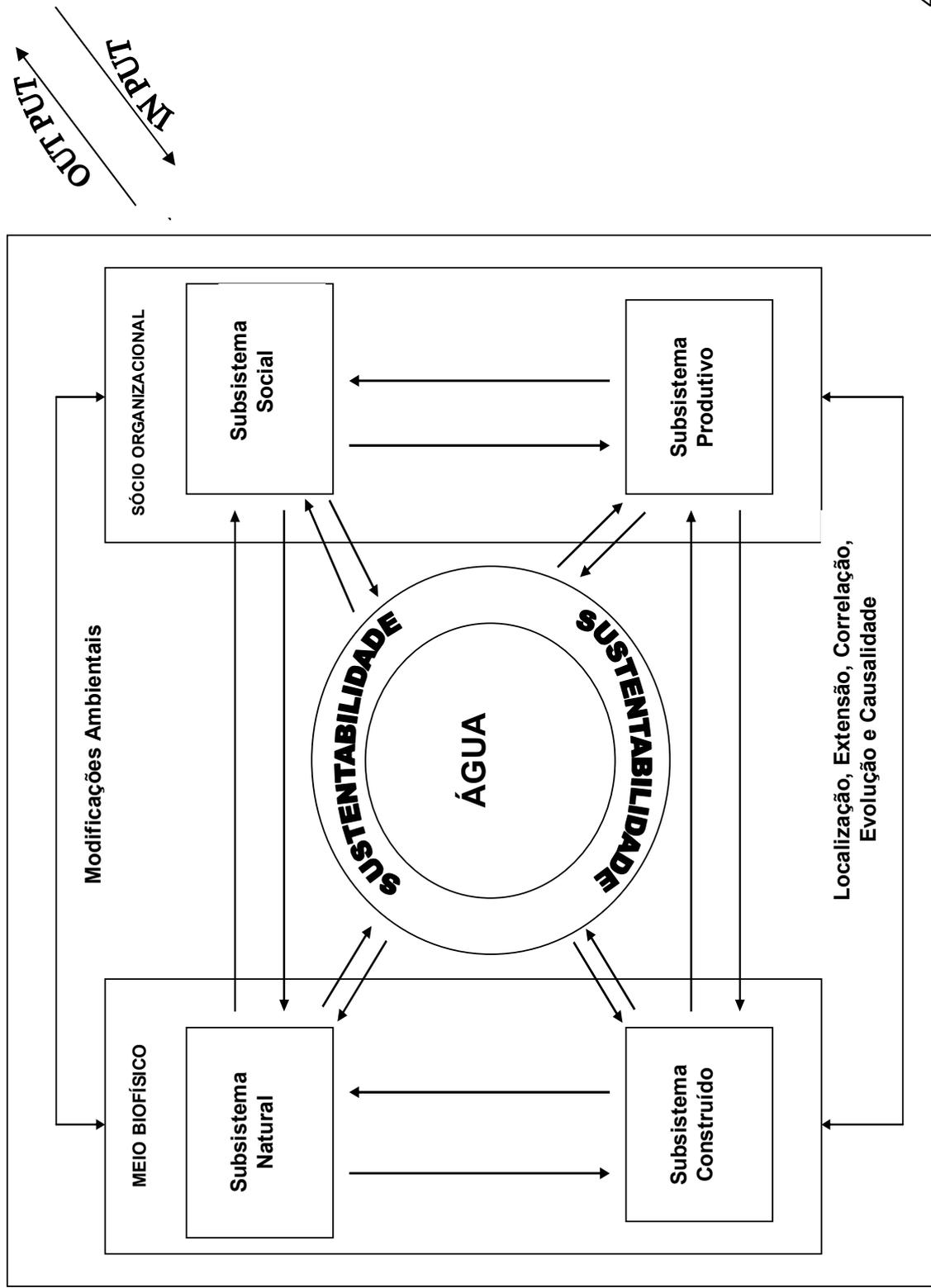


Figura 03 – Modelo de Análise Gestão e Controle de Bacia Hidrográfica
Fonte: PINTO, CARVALHO e SILVA (2005) Adaptação: KULLOCK (1994).

No Modelo Simplificado de Análise, Gestão e Controle de Bacias Hidrográficas, a delimitação da unidade de estudo e análise é natural (física), e o princípio de análise e interpretação do sistema é a qualidade da água, buscando a sustentabilidade a partir do planejamento, gestão e controle do sistema.

“A utilização da bacia hidrográfica como unidade de estudo e planejamento tem sido adotada em inúmeros estudos recentes em todo o país e os resultados obtidos têm reforçado a idéia de que esta é a abordagem mais adequada para diferentes tipos de estudo, planejamento e aplicações práticas” (ESPÍNDOLA, 2000).

Espíndola (2000) ainda afirma que:

“o uso da bacia hidrográfica como unidade de planejamento nas investigações e no gerenciamento dos recursos hídricos originou-se da percepção de que os ecossistemas aquáticos são essencialmente abertos, trocam energia e matéria entre si, com os ecossistemas terrestres adjacentes, sofrem alterações de diferentes tipos em virtude dos usos do solo e das atividades antropogênicas nele desenvolvidas”.

Assim, a bacia hidrográfica é uma ótima unidade de estudo e planejamento se pensarmos na questão da qualidade ambiental e sustentabilidade do sistema.

A atividade turística também pode ser analisada numa visão sistêmica.

Dencker (1998) salienta que:

“observa-se nos estudos de turismo um grande número de pesquisadores que adotam a *abordagem sistêmica* como forma de superação das limitações que ocorrem quando se empregam óticas menos abrangentes. A abordagem sistêmica pretende abranger a totalidade”.

Beni (2002) utilizou a Teoria Geral de Sistemas para análise do fenômeno turismo, como modelo referencial. Nenhum outro método conseguiu abranger a totalidade do fenômeno turístico, assim a partir da teoria geral de sistemas, Beni construiu o Sistor (Sistema Turístico), que em linhas gerais, “apresenta como elementos de estudo o espaço turístico, perfil sócio-econômico da área receptora, estudo e previsão de comportamento do mercado de turismo na área receptora e elaboração do diagnóstico do turismo na área receptora, analisando-se seu potencial de influência no processo de desenvolvimento econômico, possibilitando elaborar um prognóstico que possibilitará a otimização das áreas vocacionadas para o processo de ocupação turística”.

A visualização do turismo numa visão sistêmica foi possível a partir da evolução que ocorreu nos estudos sistêmicos. De acordo com Beni (2002):

“pode-se desenvolver estudo análogo no turismo, a partir da construção de seu sistema exemplificando: um produto tem vida semelhante a um organismo vivo, após uma fase de desenvolvimento (gestação) é introduzido no mercado (infância), tem um período tivo (fase adulta) e uma obsolescência (senilidade). A duração de cada uma dessas fases é variável, dependendo do tipo de produto e do mercado (ambiente vital do produto)”.

Nessa proposta de Beni (2002) pode-se perceber claramente o princípio da evolução de um sistema, entendendo então esse sistema a partir das fases que passa.

O que é preciso se atentar nessa visão que Beni (2002) propõe é que a visão do turismo é extremamente de mercado. Essa visão fica clara a partir da idéia que o autor tem do turismo.

“o turismo é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervem inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos dos sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços de oferta original e diferencial das atrações e equipamentos a ela agregadas em mercados globais com produtos de qualidade e competitivos” (BENI, 2002).

Entre os autores do turismo existe uma grande preocupação em entender as relações que diversos campos estabelecem com a atividade. Conforme Crisostomo (2004) “a estrutura do Sistor – Sistema de Turismo demonstra uma inter-relação com outros sistemas, como o econômico, social, político, ecológico e tecnológico, não sendo o turismo uma atividade isolada”. Diante disso, fica evidente a necessidade de uma linguagem comum entre as diferentes áreas.

Cada sistema de turismo está inserido em um determinado espaço que tem características sociais, ambientais e econômicas que devem ser consideradas para o melhor entendimento do sistema. Já que, conforme o princípio de localização, todo fenômeno ocorre numa localização no espaço e no tempo.

A forma de estruturar qualquer sistema de turismo deve ser baseada na área em que esse sistema está inserido, buscando o entendimento da unidade, totalidade e complexidade do sistema, a partir dos 05 princípios de análise, localização, extensão, evolução, correlação e causalidade.

“O Sistor é um sistema aberto. Realiza trocas com o meio que o circunda e, por extensão, é interdependente, nunca auto-suficiente. Esta constatação é muito importante, pois mostra que ele não pode se expandir indefinidamente, o que é bastante diferente de sustentar-se indefinidamente. Demonstra também que seu crescimento ocorre em função de uma série de variáveis, uma das quais é a capacidade de suporte dos ecossistemas” (BENI, 2002).

Considera-se o Sistor como um sistema aberto, entre outras coisas, pelo fluxo de energia que recebe e libera, com a entrada e saída de turista e pela relação que estabelece com outros sistemas turísticos.

Beni (2002) ainda afirma que:

“o Sistor não se caracteriza por estruturas e funções estáticas. Justamente por ser aberto, mantém um processo contínuo de relações dialéticas de conflito e colaboração com o meio circundante. Em princípio, a exploração dos recursos naturais de uso turístico deveria ser constante, já que constitui um subsistema fundamental, um cujo redor se aglomeram os demais. Em teoria, portanto, o sistema teria que explorar seus atrativos turísticos de maneira que a uma degradação – pelo uso – correspondesse uma força oposta, impulsionada pelo homem, de caráter conservador ou regenerador para, dessa forma, garantir a duração do sistema a longo prazo, como, por exemplo, uma cidade com vocação turística na área costeira”.

O turismo quando analisado numa perspectiva sistêmica tem que ser entendido não como uma atividade isolada das outras atividades econômica e não-econômicas, mas sim como uma atividade inserida dentro de um contexto de produção de uma determinada área ou região. O meio que o circunda já tem relações estabelecidas por outras atividades que devem ser consideradas para um melhor entendimento do sistema.

Para Beni (2002):

“Não se analisa ou se mede o sistema, quer no todo, quer em suas partes: a mensuração incide sobre as qualidades atribuídas a ele e a seus elementos. Não se mede o turismo, mas o fluxo de pessoas que se deslocam para determinada área receptora, o grau, a extensão e a participação nas várias atividades de recreação, o número de

unidades de alojamento ocupadas ou em oferta, as taxas de ocupação ou de ociosidade”.

Nesse contexto, pode-se considerar que essa análise é basicamente voltada a questão de mercado e não pela questão do desenvolvimento local e sustentabilidade ambiental. A preocupação é de ter um sistema que atenda as necessidades dos turistas da melhor forma e que seja sustentável para que o recurso não se esgote, tratando a questão ambiental apenas como fornecedora de matéria prima para o turismo. Será que está é realmente a forma que o turismo deve ser pensado? A busca pela sustentabilidade deve ser baseada em questões muito mais amplas do que somente a preocupação pela utilização dos recursos naturais e culturais para o turismo. O turismo tem uma característica de sensibilização ambiental que poucas atividades tem e deve ser utilizado da melhor forma.

A proposta do Sistor considera somente os elementos diretos a atividade turística que compõem o sistema, entendendo apenas as relações essenciais do turismo e não o espaço turístico. Essa fragmentação, segue o exemplo da visão dialética, que entende o subsistema natural, como meio geográfico ou simples receptáculo, que passivamente sofre os processos de construção ou reconstrução do espaço a partir do modo de produção.

Para entender a unidade, totalidade e complexidade do turismo é importante entender todas relações estabelecidas nesse contexto.

Para entender o turismo utilizando como área de pesquisa uma bacia hidrográfica, não é possível utilizar o Sistor, é necessário então, propor outro modelo de análise sistêmica. Nessa proposta, deve-se entender a interação do subsistema produtivo, social, construído e natural, relacionando os elementos entre si considerando as variáveis relacionadas à atividade turística.

Desta forma, propõe-se o modelo de análise sistêmica do turismo em bacias hidrográficas, com o ecoturismo como fundamentação teórica para a sustentabilidade ambiental (Figura 04).

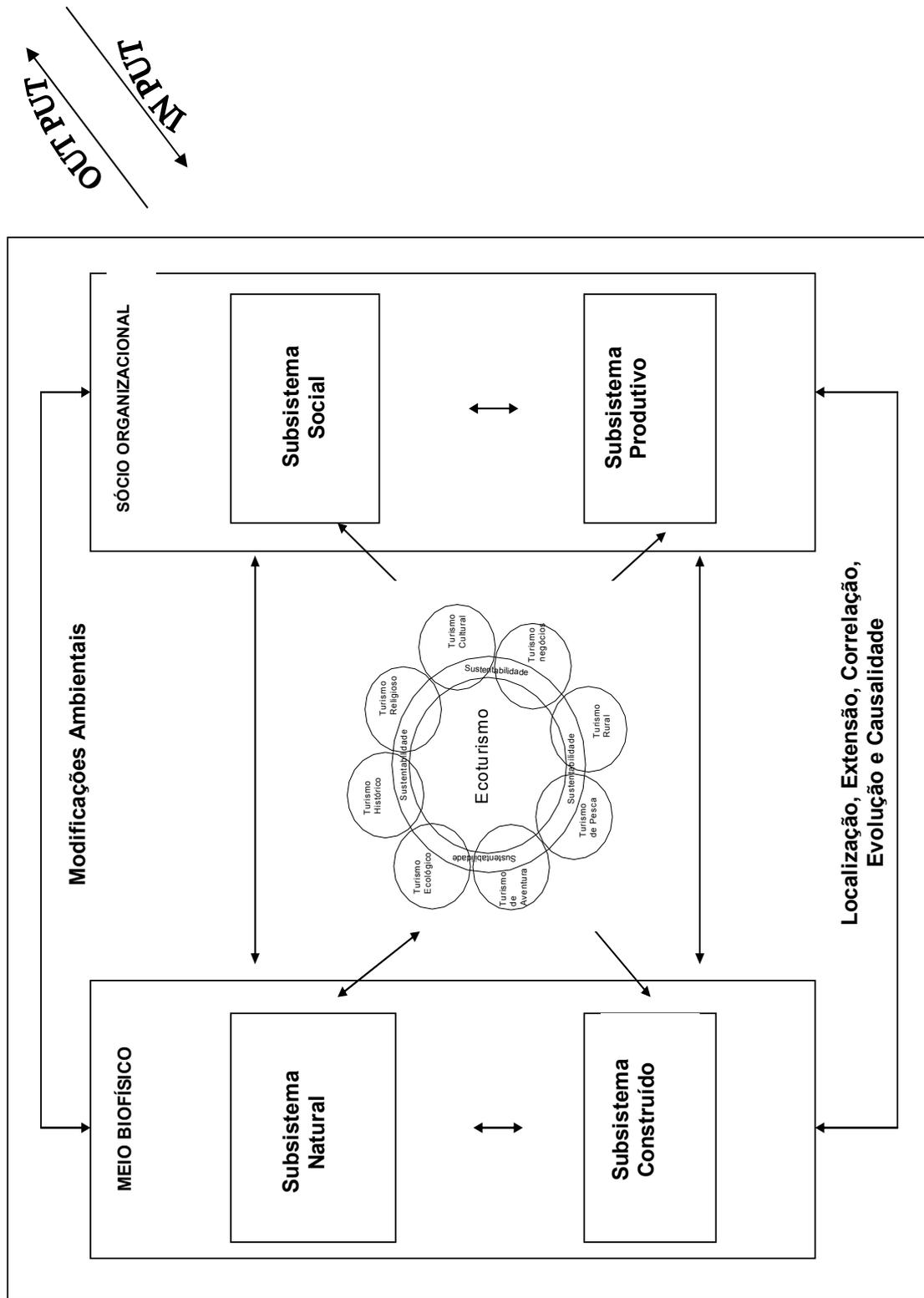


Figura 04 – Modelo Simplificado de Sistema Turístico Sustentável em Bacias Hidrográficas
Fonte: Adaptação: KULLOCK (1994).

Na proposta do Modelo Simplificado de Sistema Turístico Sustentável em Bacias Hidrográficas, os elementos que terão maior peso são os elementos que tem relação com a atividade turística, considerando o contexto que a atividade turística esta inserida e a relação tempo/espaço.

O turismo é uma atividade que permeia todo o espaço geográfico, pois a mesma ao se desenvolver se apropria do espaço (subsistema natural e construído), que interage com os sistemas social e produtivo.

Nishiyama (1998) salienta que:

“o estudo ambiental, objetivando uma situação de equilíbrio no fluxo de matéria e energia entre os meios físico, biótico e antrópico, em outras palavras, uma condição de sustentabilidade (no sentido ambiental e não somente antopocêntrico), não pode ser implementado sem o conhecimento das características do meio ambiente (quanto as suas inter-relações entre os meios que o compõem, aos seus limites de tolerância, aos processos geológicos e biológicos em curso e, por fim, aos vários níveis de informações necessários)”.

Assim, considera-se que o turismo não pode ser entendido sem a análise do ambiente em que está inserido.

Quanto aos *in puts* e *out puts* deve-se considerar as relações que a atividade turística da bacia estabelece com o âmbito municipal, estadual, federal e internacional, assim como, as relações que a bacia estabelece com a bacia maior onde esta inserida.

No modelo simplificado de sistema turístico sustentável em bacias hidrográficas o ecoturismo é colocado como princípio filosófico de sustentabilidade ambiental. Para entender essa idéia é importante ressaltar que essa proposta tem um embasamento numa discussão de sustentabilidade.

Existe uma discussão intensa quanto à questão envolvendo o termo desenvolvimento sustentável. Muitos pesquisadores acreditam que o termo cai no descrédito simplesmente pela contradição do termo “desenvolvimento” e “sustentável”, já que o significado de um se opõe ao outro, pois epistemologicamente o termo desenvolvimento implica na transformação sócio-econômica com ganhos sociais coletivos e o termo sustentável implica na manutenção e/ou preservação. Por essa ótica, discute-se que não existe exploração de recursos (apropriação da natureza e da sociedade) sem impactação ambiental.

A Comissão Mundial de Meio Ambiente (1987) afirma que:

“o desenvolvimento sustentável foi proposto como modelo que pode ser útil na criação do estímulo para a mudança estrutural da sociedade, um modelo que deverá se desviar de um foco estritamente socioeconômico para outro diferente, em que o desenvolvimento alcance as metas do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades”.

Por essa ótica, o desenvolvimento sustentável é a busca por atividades que otimizem o uso dos recursos, promovendo a inclusão social e cultural, , minimizando os impactos ambientais diretos e indiretos.

Segundo Norton (1992) apud Faria e Carneiro (2001):

“A sustentabilidade é uma relação entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores, também dinâmicos e que, no entanto, modificam-se mais lentamente, de tal forma que a vida humana pode continuar indefinidamente, os indivíduos podem prosperar e as culturas humanas podem desenvolver-se – mas, também, uma relação na qual os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de limites que não deterioram a saúde e a integridade de sistemas auto-organizados que fornecem o contexto ambiental para estas atividades”.

Segundo Voinov (1999) apud Faria e Carneiro (2001):

“A sustentabilidade não implica, tão somente, o manejo do subsistema ecológico, mas, também, a moldagem dos objetivos sociais de maneira adaptativa. Um pré-requisito importante para a sustentabilidade é o balanço entre o desejo da sociedade e as capacidades ecológicas”.

De acordo com Faria e Carneiro (2001):

“Considerar a sustentabilidade somente do ponto de vista ecológico é um erro tão grave quanto restringi-la ao econômico ou ao social ou ao cultural. A longo prazo, nada se sustenta por parte, mas no todo. E trabalhar com o todo – minimamente sustentabilidade ecológica, econômica, social e cultural – implica em conhecer e integrar as partes, daí a importância da abordagem sistêmica porque representa objetivamente os constituintes e suas relações”.

“Os principais problemas envolvidos na sustentabilidade referem-se à falta de consciência dos limites para o desenvolvimento e à desconsideração da dinâmica interna dos sistemas, podendo apontar a perspectiva sistêmica como via para um plano de gestão bem-sucedido” (FARIA e CARNEIRO, 2001).

Christofoletti (1999):

“A significância e a valorização a respeito do meio ambiente estão relacionados com a visão de mundo imperante em cada civilização, apresentando inclusive nuança em seus segmentos sócio-econômicos. Por essa razão, o relacionamento entre homem e o meio ambiente possui variações de região para região e ao longo da história. Formação dessa estrutura conceitual realiza-se de modo difuso ou sistematizado, envolvendo os conhecimentos do senso comum, o religioso, o filosófico e o científico”.

A partir da discussão de desenvolvimento sustentável surgiu preocupação com o turismo sustentável. O turismo sustentável seria então a busca de sustentabilidade na atividade turística, sendo assim, uma extensão da visão do desenvolvimento sustentável.

“Qualquer atividade humana realizada neste planeta sempre acarretará um impacto. No turismo não seria diferente, porém há algumas ressalvas. A palavra impacto normalmente é relacionada a transformações e não raro a idéia de destruição. Há casos no turismo em que o impacto causado numa área já degradada e com vocação turística promove sua recuperação/proteção. Também deve-se considerar que o meio ambiente é muito importante e, se for degradado, comprometerá a atividade turística na área” (CRISOSTOMO, 2004).

Para Silva Brasil e Oliveira (2000) apud Fennell (2002):

“Turismo sustentável é exploração dos recursos na atualidade preocupando-se com as gerações futuras, levando em consideração os impactos decorrentes desse uso sobre o meio ambiente, o sistema econômico, e principalmente o campo social, onde o processo distributivo é essencial para o benefício das comunidades receptoras”.

“O turismo sustentável surgiu para promover mudanças no planejamento de atividades turísticas, representando uma inovação no desenvolvimento sustentável” (FENNELL, 2002).

O ecoturismo se fortaleceu pela preocupação ambiental e veio de encontro com o turismo sustentável.

“A atividade turística envolve diversos segmentos turísticos. O termo ecoturismo vem sendo utilizado há mais tempo que se imagina. Ele ressurgiu faz pouco tempo, acompanhando a onda das preocupações ambientais. Suas raízes estão nas características da natureza e o turismo ao ar livre” (FERRETTI, 2002).

Segundo Fennell (2002):

“o ecoturismo cresceu como conseqüência da insatisfação com as forma convencionais de turismo que, nem sentido geral, ignoram os elementos sociais e ecológicos de regiões em países estrangeiros, em favor de um enfoque antropocêntrico e concentrado estritamente no lucro dos produtos de turismo oferecidos”.

Para que o turismo seja realmente sustentável, é necessário que as atividades sejam planejadas e realizadas de forma que minimize os impactos negativos e otimize os impactos positivos e utilização dos recursos, de forma que os recursos sejam conservados para a utilização não apenas a curto prazo, mas também a longo prazo.

O ecoturismo é colocado como principio filosófico de sustentabilidade, baseando-se na definição da EMBRATUR (1994):

“O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”.

Conforme a definição da Embratur (1994) pode-se considerar como ecoturismo qualquer tipo de turismo que busque o desenvolvimento sustentável.

Ceballos-Lascuráin (1996) apud Kinker (2002) afirma que:

“A palavra “ecoturismo” não trouxe como novidades a viagem a natureza, pois esse tipo de atividade já tem adeptos há muito tempo. Os visitantes, que há mais de um século lotavam os primeiros Parques Nacionais americanos, são bons exemplos disso. O que caracteriza não é seu grau de especialização, o quanto é considerado inóspito o ambiente visitado ou a residência física do turista. O que o diferencia dos demais segmentos do turismo de natureza é a aplicação de princípios e valores éticos”.

Nessa perspectiva, Kinker (2002) ressalta que “outros fatores importantes que diferencia o ecoturismo dos demais segmentos do turismo é o comportamento do turista, o conceito de sustentabilidade e o aspecto educacional”.

A segmentação do turismo pode ser entendida de diversas formas e gera muita discussão, já que se segmenta o turismo em diversos tipos, considerando a motivação e o perfil dos turistas, as características dos produtos, etc. Nesse contexto, vale ressaltar que a segmentação do turismo não é relacionada somente aos tipos de turismo, mas também as formas de realização do turismo que pode agrupar tipos de turismo.

No modelo proposto no presente trabalho o ecoturismo não vem como um tipo de turismo, mas sim como princípio de sustentabilidade que envolve os outros tipos de turismo.

Para Wearing *apud* Ferretti (2002), o termo ecoturismo abrange amplo número de elementos:

- Uma forma de turismo alternativo que se contrapõe ao turismo de massa.
- Uma particular orientação filosófica voltada para a natureza.
- Turistas caracterizados por motivações específicas.
- Práticas turísticas.
- Um produto turístico.
- Níveis de tecnologia.
- Soluções de planejamento.
- Uma abordagem relativa à política local, nacional e internacional.
- Uma estratégia para o desenvolvimento sustentável

O ecoturismo deve ser trabalhado como princípio filosófico de sustentabilidade ambiental, para que as localidades possam ter atividades turísticas sustentáveis que interajam com outras atividades econômicas, também permeadas com os mesmos valores e princípios, que gerem reduzidos impactos negativos e que otimize seu uso e que as ações gerem benefícios não só para os empreendedores, mas também para a comunidade local.

Quando se trata o ecoturismo como princípio filosófico de sustentabilidade, não se trata de alcançar na íntegra a sustentabilidade ambiental, ou o envolvimento da comunidade, mas sim, buscar chegar o mais perto dessa proposta.

Quando o ecoturismo é encarado como um princípio filosófico e não como apenas um tipo de turismo, este pode dar subsídios para a educação/conscientização, planejamento e gestão de uma localidade, buscando a sustentabilidade ambiental. Pois como ilustra a Figura 04, este pode ser operacionalizado em todos os tipos de turismo, desde o de negócio até o de natureza, promovendo a valorização do ambiente biofísico, social, cultural e a transformação da forma como o homem se interage com a natureza e entre si, gerando um equilíbrio emocional e espiritual.

O turismo tem a característica de facilitar a conscientização ambiental na localidade em que este se insere, pois o turista e a comunidade passam a ter uma percepção e relação diferente com o ambiente. Assim como afirma Lage e Milone (2000) “o turismo pode atuar como instrumento de sensibilização, de orientação e de

equilíbrio entre o desgaste que nós estamos causando com o desenvolvimento econômico e a necessidade de preservar nosso patrimônio”.

“Além da preservação dos recursos naturais, o turismo tem de ser encarado como uma atividade que tem obrigatoriedade de gerar benefícios para a comunidade” (CRISOSTOMO, 2004).

“O termo ecoturismo caracteriza então um grau de responsabilidade, tanto nos elementos naturais do ambiente como a estrutura social da área envolvida. Para alguns autores, a expressão “viagem responsável” retrata o ecoturismo. *The Ecotourism Society* define ecoturismo como a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população” (LINDBERG *apud* FERRETTI, 2002).

Uma das questões que envolve o ecoturismo é a abrangência de sua definição e as atuais práticas de ecoturismo que envolvem outros tipos de turismo, ficando assim, difícil caracterizá-lo como um tipo de turismo.

Considera-se também que “o ecoturismo está ligado ao turismo de aventura, assim como a outros tipos de turismo, somente à medida que compartilha bases ambientais semelhantes” (FENNELL, 2002). Assim, o ecoturismo é então uma busca pelo turismo sustentável, englobando todos os tipos de turismo.

Desta forma, o ecoturismo nessa perspectiva é visto como um princípio filosófico de sustentabilidade ambiental, pela busca da sustentabilidade, envolvendo diversas características que buscam proporcionar aos turistas e a todos os envolvidos no processo uma consciência ambiental e valores éticos de respeito a natureza. Assim, todo tipo de turismo de natureza que se desenvolve nessa filosofia pode ser considerado ecoturismo.

Pensando na sustentabilidade do sistema é importante salientar que o turismo não deve ser analisado de forma isolada dos componentes do sistema. Nesse sentido, na busca pela sustentabilidade é fundamental o planejamento integrado e participativo.

2 – PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO INTEGRADO

Pensando no planejamento, pode-se afirmar que o planejamento é uma proposta de intervenção no espaço, buscando seu ordenamento. Segundo Santos (1992) “o espaço é formado pela soma das coisas, objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto é a Natureza, e a sociedade”.

Planejamento é o resultado de um processo lógico de pensamento, mediante o qual o ser humano analisa a realidade abrangente e estabelece os meios que lhe permitirão transformá-la de acordo com seus interesses e aspirações (MOLINA e RODRÍGUEZ, 2001). As transformações serão possíveis de acordo com o objetivo da intervenção, com a visão do planejador e com o interesse e participação dos envolvidos.

Murfhy (1985) apud Tyler, Yvonne e Martins (2001) observa que “o planejamento se preocupa com a antecipação e a regulação das mudanças em um sistema, a fim de promover de maneira ordenada o seu desenvolvimento”.

As mudanças ocorridas no sistema estão ligadas às relações de causa e efeito e evolução do sistema. Por essa razão o planejamento vem entender a dinâmica dessas relações, buscando prever os possíveis efeitos que vão ocorrer no sistema, motivados pelas causas atuais e futuras. Processos esses que se espacializam sobre o espaço geográfico, que podem mudar de lugar e de escala de abrangência e que caracterizam e individualizam o sistema. As relações estabelecidas no sistema são complexas e só podem ser entendidas a partir da análise do todo, que funciona em perfeito movimento dinâmico.

Para Ackoff (1967) apud Barretto (1991) planejamento é um processo que se destina a produzir um ou mais futuros desejados e que não deverão ocorrer a menos que alguma coisa seja feita.

Nesse sentido, vale ressaltar que algumas mudanças desejadas podem ocorrer com o passar do tempo, devido a forças que já se encontram atuando dentro do sistema (naturais e/ou sócio-econômica/produtiva), e o planejamento vem otimizar essas mudanças para que estas ocorram no tempo mais propício ao objetivo do planejamento, que deve ser o bem estar da coletividade.

Molina e Rodriguez (2001) enfatizam que:

“o planejamento deve expressar o conjunto de atividades tendentes à transformação do comportamento de um fenômeno, em função de certos objetivos. É por meio do planejamento que um determinado fenômeno pode chegar a comportar-se da maneira que todos esperam. Nesse sentido, o planejamento constitui uma forma de aproximação, de uma realidade existente a uma realidade desejada e, por isso, é um instrumento para a satisfação das necessidades humanas e sociais. O planejamento não é um fim em si mesmo, é um meio”.

Desta forma, o planejamento vem a ser a busca pelo ordenamento do sistema, buscando um futuro desejado, estabelecendo formas de gestão e controle. Pensando no planejamento, nessa perspectiva, é importante considerar as variáveis internas (endógenas) e externas (exógenas) do sistema.

Por meio de um planejamento bem elaborado, consegue-se solucionar com mais eficiência os problemas futuros e, muitas vezes, evitá-los (RUSCHMANN, 1997).

Pensando no planejamento como instrumento de modificação, gestão, controle, e sustentabilidade do sistema. Entendendo que a sustentabilidade baseia-se segundo Sachs (1993) no equilíbrio de 05 princípios:

- ✓ Econômico: que assegure o crescimento econômico para as gerações atuais e, ao mesmo tempo, o manejo responsável dos recursos naturais, que deverão satisfazer as necessidades das gerações futuras;
- ✓ Social: fundamentada no estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa de renda, redução das atuais diferenças sociais e a garantia dos direitos de cidadania;
- ✓ Cultural: implica a necessidade de se buscar soluções de âmbito local, utilizando-se as potencialidades das culturas e o modo de vida local, assim como a participação da população local nos processos decisórios e na formulação e gestão de programas e planos de desenvolvimento turístico;
- ✓ Ecológica: entendida como a proteção da natureza e da diversidade biológica; portanto, o desenvolvimento deve respeitar a “capacidade de suporte” dos ecossistemas, limitar o consumo dos recursos naturais, e provocar o mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;
- ✓ Espacial: baseia-se na distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos para evitar a superconcentração de pessoas, de equipamentos e de infra-estrutura e, conseqüentemente, diminuir a destruição de ecossistemas frágeis e a deteriorização da qualidade da experiência do turista.

Assim como a sustentabilidade, o planejamento tem 05 princípios básicos apontados por Barretto (1991): inerência, universalidade, unidade, previsão e

participação. A partir da discussão da autora, pode-se entender esses princípios da seguinte forma:

- ✓ Inerência: o planejamento está inerente a tudo e é indispensável. O homem é um ser pensante e instável, e estabelece relações com o meio, tendo desejos e buscando alcançar objetivos o tempo todo. As modificações que ocorrem no sistema fazem com que o homem repense várias coisas e estabeleça formas de organização, ligadas a questões simples ou complexas.
- ✓ Universalidade: o planejamento tenta prever todas as variáveis e todas as conseqüências, até onde seja possível. É a busca do entendimento da totalidade, prevendo as conseqüências que o sistema pode sofrer nas relações de causa e efeito estabelecidas pela troca de energia no ambiente interno e pelas energias que entram e saem do sistema.
- ✓ Unidade: o planejamento abrange múltiplas facetas, que devem ser integradas num conjunto coerente. Para se trabalhar com a totalidade é importante entender as partes (unidades) e as relações que estabelecem entre si. No planejamento uma ação vai ser definida a partir do entendimento das partes envolvidas.
- ✓ Previsão: O planejamento é intrinsecamente previsão. A previsão se dá a medida que entende-se a causa e efeito no sistema.
- ✓ Participação: o planejamento requer a participação de todos os níveis e setores da administração. Se todos os agentes desse sistema são atuantes e estabelecem troca de energia, que desencadeiam causa e efeito, o planejamento e controle desse sistema esta ligado a forma de atuação desses agentes e por isso a participação de todos é imprescindível.

Partindo desses princípios, o planejamento pode ser participativo e integrado. Participativo, por haver a necessidade de participação de todos os níveis ou elementos envolvidos (princípio da participação), e integrados, pois, deve ser trabalhado considerando as relações estabelecidas no sistema (princípios da unidade, da universalidade e da previsão).

Pensando no planejamento pela busca do desenvolvimento, pode-se entender a importância do planejamento participativo integrado para o desenvolvimento sustentável do sistema.

Entendendo “o desenvolvimento como um processo que busca responder as necessidades fundamentais da população, enfatizando mais a lógica das necessidades do que a lógica da produção e do consumo. Nesta nova abordagem, o conceito mais importante, o elemento-chave, é o da participação” (FAUNDEZ, 1993).

Faundez (1993) ainda ressalta que:

“essa participação está ligada a criação do conhecimento, de um novo conhecimento, participação na determinação das necessidades essenciais da comunidade, participação na busca de soluções e, sobretudo na transformação da realidade”.

Vale ressaltar ainda, que as necessidades de uma comunidade vão variar de acordo com suas características próprias e com o contexto que está inserida.

As necessidades de um povo não se restringem as necessidades de ordem econômica. Os aspectos político, educativo, cultural, sócio-econômico, representam também eixos do processo. A participação é pré-requisito essencial, pois é a própria sociedade que deve identificar as suas necessidades (IRVING, 1998).

“Participar é fazer parte, tomar parte e ter parte” (BORDENAVE, 1994). Assim, a participação vem a ser o envolvimento efetivo nos assuntos de interesse, fazendo parte, tendo parte e tomando parte. No cenário atual percebe-se um esforço a iniciativa de participação por parte da sociedade organizada.

Ludovici apud Lima (2003) afirma que:

“o conceito de participação foi utilizado pela primeira vez na década de 60, como atributo de processos decisórios ou *advocacy planning*. A participação foi entendida, então, como elo que uniria a esfera do indivíduo com a esfera da sociedade; a idéia de participação foi assumida como força que abriria novas formas de interação, ainda difusas, entre a sociedade. A descentralização, ao mesmo tempo, foi sendo a ferramenta que agilizaria a participação de baixo para cima”.

Rocha e Bursztyn (2005) afirmam que “o princípio da participação social no processo de tomada de decisão se caracteriza como um fenômeno desta era”.

Nos últimos anos, os mecanismos de participação vêm sendo discutidos em várias áreas, ocorrendo avanços nas metodologias de planejamento participativo. Entretanto, mesmo com os avanços, as iniciativas de promoção, participação, a articulação social ainda são tímidas. Outra problemática é a falta de interesse da população nesse processo.

Rocha e Bursztyn (2005) apontam que:

“a falta de interesse da população pela busca dos seus direitos está relacionada à falta de credibilidade na efetivação das políticas sociais e nos próprios governantes. Para reverter esse quadro, diálogo, transparência e cooperação entre os atores e instituições comprometidas são fundamentais”.

Vários fatores ainda são apontados como causas da baixa participação comunitária em projetos de desenvolvimento. Segundo Sansolo (2002) “as comunidades serem despolitizadas, desarticuladas e terem um baixo nível educacional são algumas das causas discutidas”.

Para entender desarticulação da sociedade é fundamental lembrar a organização da sociedade civil na história do Brasil.

Nesse sentido, Martins (2003) afirma que:

“os anos 70 marcaram o início de uma nova etapa dos movimentos sociais no Brasil. Definidos como canais de reivindicação social e de enfrentamento político frente à ditadura militar implantada em 1964, os movimentos sociais foram buscar canais alternativos para fazer a voz de diversos excluídos do desenvolvimento econômico e da participação política. São originados, neste período, as associações de moradores, os novos sindicatos e as comunidades eclesiais de base (CEBs), ligadas à Igreja Católica”.

Desta forma, a participação e a articulação social se dá a partir de um processo de construção social, que se desenvolve no decorrer da história de uma sociedade.

Quando se trata de planejamento e participação, é notório que ainda existe em muitos casos de planejamento um despreparo das comunidades locais para o envolvimento efetivo no processo, mas essa problemática se dá pelo despreparo da comunidade para a participação.

A Agência Nacional de Águas (2004) ressalta que “o despreparo da comunidade para participar de forma efetiva, por sua vez, acentua os problemas existentes, à medida que as pessoas deixam de assumir os papéis de agente de mudança e transformação”.

Além disso, na busca pelo desenvolvimento local a partir da participação social, nos esbarramos com o jogo de interesse da sociedade capitalista. Bordenave (1994) afirma que:

“em toda a sociedade existe uma oposição entre sistemas de solidariedade e sistemas de interesse. O primeiro funciona em nível

comunitário, dentro de um ambiente de relativa igualdade. Já os sistemas de interesse se encontram nos setores de atuação econômica e mesmo política, onde o interesse individual é priorizado”.

O planejamento, assim como o sistema de interesses, está diretamente ligado a atuação política e econômica. Pode-se perceber isso, em muitos casos de planejamento, onde foram priorizadas ações que beneficiam os interesses individuais de um grupo. Essa característica desse tipo de planejamento, está ligada à forma capitalista de organização da sociedade.

Segundo Rocha e Bursztyn (2005):

“na grande maioria dos casos a participação, está sendo usada como uma estratégia vinculada aos interesses políticos de manutenção do controle. Sendo, em alguns momentos, incentivada e, em outros, vetada; mantendo-se os lugares de dominação e dominados”.

Por outro lado, muitas iniciativas vêm sendo tomadas, na busca do planejamento de forma que a comunidade possa participar efetivamente do processo. Assim, a participação não pode ser vista somente como um instrumento para o sistema de interesses, mas sim, como um instrumento da democracia.

Nesse sentido, pode-se perceber no Quadro 01 que a participação da comunidade pode se dar de várias formas, podendo variar desde a participação manipulada, em que as pessoas são apenas marionetes conduzidas por interesses de outros, a participação automobilizada, em que a iniciativa parte da comunidade e as pessoas são auto-gestoras de seus interesses.

Beni (2006) ressalta que:

“o modelo de gestão participativa pode trabalhar em prol da integração entre as diversas esferas em que atuam os agentes decisórios, mas na democratização da informação e de dados para permitir a construção de uma nova forma de agir, fora dos velhos paradigmas do assistencialismo e do paternalismo, utilizando, em vez disso, um planejamento participativo, integrado e, mais importante, convergente com os anseios da população, sendo um multiplicador do conhecimento, de histórias e de identidades locais”.

Assim, as comunidades precisam buscar seus interesses e participar das decisões que irão influenciar na sua vida, para que exista realmente um desenvolvimento democrático.

Bordenave (1994) assinala algumas vantagens práticas da participação:

“Do ponto de vista dos setores progressistas, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. Além disso, por meio da participação conseguem-se resolver problemas que ao indivíduo parecem insolúveis se contar só com suas próprias forças... Graças à participação às vezes resolvem-se conflitos de uma maneira pacífica e satisfatória para as partes interessadas... Do ponto de vista dos planejadores democráticos, a participação garante o controle das autoridades por parte do povo”.

Quadro 01 – Tipologia da Participação das Pessoas nos Projetos de Desenvolvimento

Tipologia	Característica de cada tipo
1 – Participação manipulada	A participação é uma pretensão simples, com a representatividade das pessoas em conselhos oficiais, as quais não são eleitas e não têm poder.
2 – Participação passiva	As pessoas participam ficando sabendo o que foi decidido ou o que está acontecendo. O envolvimento é unilateral através do anúncio por parte de um gerente ou administrador do projeto, sem ouvir qualquer resposta das pessoas. O compartilhamento da informação pertence somente aos profissionais externos.
3 – Participação pela consulta	As pessoas participam sendo consultadas ou respondendo questionários sobre um determinado assunto. Agentes externos definem os problemas e os processos de obtenção de informações, e controlam as análises. Como processo consultivo, não concede nenhum compartilhamento na tomada de decisão e os profissionais não têm nenhuma obrigação de levar em conta os pareceres do conselho das pessoas.
4 – Participação com incentivos materiais	As pessoas participam contribuindo com recursos — trabalho, no retorno por comida, dinheiro ou outros incentivos materiais. Os fazendeiros podem dispor de campos (áreas) e do trabalho, mas não estão envolvidos nem na experimentação nem no processo de aprendizagem. É muito comum ver esta chamada participação, ainda que as pessoas não tomem nenhuma parte na continuidade das tecnologias ou práticas quando os incentivos terminam.
5 – Participação funcional	Participação vista pelas agências externas como meio de alcançar as metas do projeto especialmente na redução dos custos. As pessoas podem participar formando grupos para reunir objetivos predeterminados relativos ao projeto. Tal envolvimento pode ser interativo e envolver o compartilhamento da tomada de decisão, mas tende a crescer somente depois que a maioria das decisões já foram tomadas pelos agentes externos. O pior é que as pessoas do local podem ser agregadas somente para servir às metas externas.
6 – Participação interativa	As pessoas participam na análise conjunta, desenvolvendo planos de ação e formando ou fortalecendo as instituições locais. A participação é vista como um direito, não como um simples meio para alcançar as metas do projeto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que buscam perspectivas múltiplas e fazem uso de processos estruturados e sistemáticos de aprendizado. Como o grupo controla as decisões locais e determinam como os recursos disponíveis são utilizados, tem uma parte na manutenção das estruturas ou práticas.
7 – Automobilização	As pessoas participam tomando iniciativa, independentemente de instituições externas para mudar os sistemas. Desenvolvem contatos com as instituições externas por recursos e recomendações técnicas de que precisam, mas mantém controle sobre como os recursos são utilizados. A automobilização pode expandir se os governos e organizações não governamentais proporcionarem uma estrutura capacitada de apoio. Tal auto-iniciativa de mobilização pode ou não mudar uma disputa na distribuição atual da riqueza e do poder.

Fonte: PRETTY (1995) *apud* REIS NETO (2000).

A participação da comunidade passa por um processo gradual e para que exista uma participação efetiva é necessário um determinado tempo.

Para Toro e Werneck (1997) apud Dantas (2004):

“A participação é uma aprendizagem. Se conseguirmos hoje nos entender, decidir e agir para alcançar alguma coisa (uma melhoria da escola do bairro), depois seremos capazes de construir e viabilizar soluções para outros problemas (...). Podemos ainda nos articular com outros grupos para desafios maiores, como o fim da violência, o combate ao desemprego, etc. Aprendemos a conversar, a decidir e agir coletivamente ganhamos confiança na nossa capacidade de gerar e viabilizar soluções para nossos problemas, fundamentos para a construção de uma sociedade com identidade e autonomia”.

Martins (2003) ressalta que:

“o caráter participativo não é o processo que apenas se assegura a oportunidade de participação, mas aquele que a promove em todos os sentidos, porque nela deposita sua própria vitalidade. Isto significa acreditar muito mais nas pessoas do que estamos acostumados, possibilitando e condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa”.

A participação tem um sentido muito mais profundo do que estamos acostumados a considerar, e implica no trabalho coletivo, e todo trabalho coletivo implica em confiança, respeito e empenho pessoal.

Martins (2002) afirma que a “participação não pode ser vista como um mero requisito metodológico na estratégia de sensibilização ou conscientização popular. Ela é muito mais do que um atributo do diagnóstico ou um recurso do planejamento”.

Nesse sentido, Buarque (2000) ressalta que:

“o planejamento participativo é o processo de tomada de decisão com o envolvimento dos atores sociais diretamente interessados e comprometidos com o futuro da localidade (...). Trata-se de implementar e assegurar um processo de decisão compartilhada sobre as ações necessárias e adequadas ao desenvolvimento local, envolvendo, portanto, todos os segmentos da sociedade, desde a compreensão e conhecimento da realidade até a definição e implementação de ações prioritárias para o desenvolvimento”.

O planejamento participativo funciona como instrumento para alcançar o desenvolvimento local e provocar o comprometimento da sociedade em busca de objetivos comuns.

Segundo Dias (2003):

“o planejamento, enquanto instrumento de desenvolvimento, interfere na vida das pessoas, á medida que orienta para um futuro determinado, previamente escolhido. Essa escolha, ou decisão, para ser democrática, deve ser compartilhada”.

Vale ressaltar, que para se pensar em desenvolvimento é imprescindível considerar o ambiente como uma totalidade e não fragmentá-lo, entendendo esse ambiente de forma integrada.

Portuguez (1998) afirma que:

“muito se fala no desenvolvimento como processo integrado, cuja idéia coloca-se acima das fragmentações a ela impostas, mas que na prática se perde quando delimitada no tempo, no espaço e nas práticas sociais que as engendram. Enfim, na direção orientada pelo seu planejador: desenvolvimento urbano, rural, turístico, industrial, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, a genérica expressão desenvolvimento sustentado, entre outros; trata-se de um número incontável de fragmentos de um mesmo processo, que tem como principal objetivo à satisfação de planos, também parcelados, de intervenção nas muitas esferas da vida social”.

Planejamento integrado visa integrar as partes ou componentes do sistema, considerando as relações existentes no sistema, visando ações que promovam o desenvolvimento local.

Souza (1992) ao analisar a validade e as limitações do planejamento integrado do desenvolvimento socioespacial advertiu:

“os riscos dos parcialismos analíticos ainda hoje dominam a produção intelectual. Alertou ainda sobre a fragilidade com que as articulações intertemáticas e interescares se apresentam, mostrando que os recortes temáticos, por ele criticado, empobrecem o entendimento global, constituindo um claro exemplo do caráter positivista do trabalho acadêmico, que tenta dividir a realidade social em esferas dotadas, cada uma, de “vida própria”: econômica, política, cultural e outras”.

Desta forma, é importante ressaltar conforme afirma Molina e Rodriguez (2001) que:

“As metodologias de planejamento não são senão reflexo de um processo lógico de pensamento e, portanto, iguais em seu conteúdo. Basicamente, a metodologia integral de planejamento deve considerar a análise de uma série de variáveis que condicionam o modo e o nível de vida do grupo humano. Tais variáveis são:

- ✓ Culturais. São as referentes a valores, usos e costumes do grupo social.
- ✓ Sociais. Estão relacionadas aos indicadores tradicionais de nível de vida, educação, saúde, habitação etc.

- ✓ Psicológicas. Referem-se ao comportamento dos integrantes do grupo no plano individual, isto é, necessidades, expectativas, atitudes frente à mudança.
- ✓ Político-legais. Tratam –se de aspectos que dirigem a ocupação do grupo mediante leis e regulamentos que estabelecem as formas adequadas e canais viáveis para promover a mudança pela via de negociação.
- ✓ Ecológicas. São indicadores de tipo-ambiental que determinam, como as anteriores, a qualidade de vida da população.
- ✓ Econômicas. Geralmente são as mais atendidas, pois a rentabilidade das empresas públicas e privadas depende quase completamente das variações da economia”.

2.1 – Planejamento Turístico Participativo e Integrado Em Bacias Hidrográficas

Pensando o planejamento como um instrumento de organização do espaço, e que sempre busca alcançar determinado objetivo e/ou interesse nem sempre coletivo, é importante ter claro quais as potencialidades, os problemas, ou desequilíbrios do mesmo, e a visão de futuro para o funcionamento do sistema. Quando o planejamento busca o desenvolvimento da atividade turística, é necessário entender e analisar os elementos atuantes no sistema, suas complexas interações, de forma global ou de totalidade, que se espacializam na paisagem através do subsistema construído.

“O planejamento turístico é um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que está inserido” (BISSOLI, 1999).

Assim, o turismo deve ser visto como uma atividade integradora dos subsistemas natural, construído, social e produtivo, que sofrem transformações ao longo do tempo histórico.

Ruschmann (1997) afirma que:

“o planejamento turístico, visando à integração de seus fatores de desenvolvimento, surgiu como consequência e reação aos planos excessivamente voltados para aspectos específicos como o econômico e o físico. O reconhecimento da amplitude do fenômeno e a abrangência dos fatores, além do caráter interdisciplinar e convergente da atividade, tornaram imprescindível o planejamento integrado das localidades receptoras. Ele tem por objetivo o desenvolvimento coerente dos elementos físicos, econômicos, sociais, culturais, técnicos e ambientais, para satisfação de turistas,

empresários e dos governos, por isso, necessariamente, deve estar inserido na política global, empreendida pela parceria governo/iniciativa privada”.

O planejamento turístico integrado pode ser visto pela ótica de integrar o turismo com outras atividades desenvolvidas na localidade, ou visando integrar vários setores produtivos ou várias empresas, etc.. Assim, o planejamento turístico se trabalhado de forma integrada e com cumplicidade de todas as partes, considerando os fluxos externos de energia que afetam o sistema, vem contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Pensando no sistema, como uma parte de um sistema maior, considera-se que o desenvolvimento do turismo de forma sustentável e integrada proporciona modificações que ultrapassam os limites do sistema.

Pearce (1989) apud Tyler, Yvonne e Martins (2001) salienta que:

“na área do planejamento turístico, o foco a algum tempo atrás, era tradicionalmente os cotidianos de zoneamento para a utilização do solo, o desenvolvimento de localidades, a regulamentação de acomodações e construções, a densidade do desenvolvimento turístico, a apresentação de características turísticas culturais, históricas e naturais e a provisão de infra-estrutura, incluindo estradas e sistemas de saneamento básico. Entretanto, há pouco tempo, o planejamento turístico sofreu adaptações e expansões, passando a ter preocupações ambientais e sócio-culturais, e percebendo a necessidade de promover o desenvolvimento econômico em nível local, regional e nacional”.

Tyler, Yvonne e Martins (2001) afirmam que existem várias abordagens metodológicas de planejamento turístico. As principais características e as abordagens estão mostradas no Quadro 02.

O planejamento turístico teve diferentes enfoques no decorrer da história, e isso se deu a partir da evolução da sociedade e da forma de pensar o turismo.

Segundo Bissoli (1999) afirma que os enfoques do planejamento turístico, obedecem a vários fatores e em ordem cronológica:

- “Enfoque urbanístico, toda a década de 60.
- Enfoque de política econômica, final da década de 60.
- Enfoque de produto turístico, segunda metade da década de 70.
- Enfoque do planejamento estratégico, meados da década de 80”.

Segundo Getz (1987) apud Tyler, Yvonne e Martins (2001) “o planejamento turístico é um processo, com base em pesquisa e em avaliação, que procura

otimizar a contribuição potencial do turismo para o bem-estar humano e para a qualidade do meio ambiente”.

Quadro 02 – Abordagens de Planejamento Turístico

ABORDAGEM	CARACTERÍSTICAS
Impulsionista	A atitude simplista de que o desenvolvimento turístico é sempre bom e proporciona, automaticamente, benefícios para os anfitriões. Os moradores das destinações turísticas não estão envolvidos na tomada de decisões, no processo político do desenvolvimento turístico.
Econômica/Industrial	Turismo como um meio de promover o crescimento e o desenvolvimento em áreas específicas. O planejamento enfatiza os impactos econômicos do turismo e sua utilização eficiente para criar renda e empregabilidade para determinadas regiões ou comunidades.
Física/Espacial	O turismo é tratado como tendo uma base ecológica e, conseqüentemente, seu desenvolvimento deve ter por base certos padrões espaciais, capacidades ou limitações que minimizariam o impacto negativo do turismo no ambiente físico.
Comunitária	Ênfase no contexto social e político no qual o turismo ocorre. Defende um maior controle local sobre o processo de desenvolvimento.
Sustentável	Uma forma integrada de planejamento turístico que procura garantir, a longo prazo e com mínimo de deteriorização de recursos, de degradação ambiental, de rompimento cultural e instabilidade social, a segurança dos moradores. Tal abordagem tende a integrar características das tradições econômicas, físico-espaciais e comunitárias.

Fonte: TYLER, YVONNE e MARTINS (2001).

O turismo pode vir a ser um fator positivo quando se trata do bem estar humano e da questão ambiental. Se houver um planejamento turístico sério e responsável, pode-se utilizar-se dessa atividade para sensibilização ambiental e para a inserção da comunidade no desenvolvimento turístico.

“O plano de desenvolvimento turístico é entendido como o conjunto de medidas, tarefas e atividades por meio das quais se pretende atingir as metas, o detalhamento e os requisitos necessários para o aproveitamento de áreas com potencialidade turística. O processo de elaboração do plano deve considerar as características e as singularidades regionais que exigem a adoção de metodologia e de técnicas adequadas a cada caso” (RUSCHMANN, 1997).

Essas singularidades regionais ou locais, vão determinar a delimitação do sistema ou área de planejamento e a escolha da metodologia adequada. Entendendo que existem várias metodologias de planejamento que devem ser aplicadas de acordo com as singularidades de cada localidade.

Vale ressaltar, que essas localidades que possuem singularidades, e podem ser consideradas um sistema, estão inseridas num contexto maior que deve ser analisado, entendendo as relações existentes dentro do sistema e as trocas de energia do sistema com o meio externo.

Desta forma, Segundo Bissolli (1999):

“o planejamento turístico requer o envolvimento das cidades, da comunidade ou da região, levando em conta seu ambiente global, o que inclui os elementos político, físico, social e econômico, visto como componentes interligados e interdependentes do sistema de desenvolvimento da comunidade. Ao utilizar o processo de planejamento, a comunidade pode avaliar os impactos das atividades e dos programas turísticos escolhidos sobre aqueles componentes dentro do ambiente como um todo. O planejamento também permite considerar os efeitos que cada elemento tem sobre os outros e certificar-se do desenvolvimento de um programa de turismo aceitável”.

Nota-se no planejamento turístico, que os limites do sistema em geral são limites político-administrativos. Quando se trata da atividade turística, que envolve não somente a localidade receptora (ambiente interno do sistema político-administrativo), mas também o pólo emissor e todo o ambiente do percorrido no deslocamento das pessoas, envolvendo serviços de transporte, alimentação, etc, é necessário se analisar de acordo com o objetivo do planejamento a melhor forma de delimitar o sistema.

Segundo Ruschmann (1997):

“o planejamento turístico deve abranger não apenas um recurso (ou localidade), mas também o seu entorno; e apesar das possíveis dificuldades relacionadas à tomada de decisões, é importante considerar as regiões geograficamente homogêneas em vez de basear os estudos e propostas em limites políticos ou administrativos”.

O planejamento integrado buscando o desenvolvimento turístico vem sendo proposto por diversos autores europeus e americanos. No Brasil pode-se apontar Mario Beni que em sua tese de doutorado propôs o Sistur - Sistema de Turismo, baseando-se na teoria dos sistemas. Segundo Ruschmann (1997) com a proposta do Sistur o “autor situa o turismo em toda a sua abrangência, complexidade e multicausalidade em um esquema sintetizador dinâmico, que demonstra as combinações multifacetadas de forças e energias”.

Beni (2002) afirma que:

“o Sistur- Sistema de Turismo é um sistema aberto. Realiza trocas com o meio que o circunda e, por extensão, é interdependente, nunca auto-suficiente. Esta constatação é muito importante, pois mostra que ele não pode se expandir indefinidamente, o que é bastante diferente de sustentar-se indefinidamente. Demonstra também que seu crescimento ocorre em função de uma série de variáveis, uma das quais é a capacidade de suporte dos ecossistemas”.

A atividade turística esta baseada em uma série de variáveis tais como, capacidade de suporte do ecossistema, infra-estrutura e serviços básicos, complementares e de apoio à atividade, divulgação do produto, aspectos econômicos e sociais da localidade, etc.

Faria e Carneiro (2001) ressaltam que:

“o turismo é um processo completo que vai desde a divulgação correta da imagem do local a ser alcançado, por meios diversos, pelo turista, por sua permanência e satisfação, até a sua volta ao local de origem, de modo que a localidade turística permaneça conservada, no longo prazo, para a continuidade do atendimento qualificado, a garantia das boas condições de vida para a população local e a preservação do meio ambiente envolvido”.

Desta forma, muitas das variáveis do sistema ultrapassam os limites político-administrativos. Assim, para cada planejamento turístico, o limite do sistema deve ser analisado de acordo com as relações existentes e com o objetivo do planejamento.

Neste contexto, Barretto (1991) considera que:

“o turismo consiste no deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência, visitando outros lugares, utilizando uma série de equipamentos e serviços especialmente implementados para esse tipo de visitação. A atividade dos turistas acontece durante o deslocamento e a permanência fora da sua residência. Os negócios turísticos são os realizados nos equipamentos ou durante a presta o de serviços que os turistas utilizam na prepara o e na execu o da sua atividade. Começam no local de origem, quando os turistas se dirigem a uma agência de viagens ou a uma companhia de transportes para comprar um pacote turístico ou uma passagem, continuam quando os turistas chegam ao local de destino e utilizam transporte local, acomoda o, serviços de alimenta o, rede de diversões, lojas de suvenires, etc. e ainda quando os turistas retornam   casa e levam seus filmes para revela o na loja do bairro”.

Vale ressaltar, que na proposta do Sistor, o sistema é delimitado pela abrangência das relações estabelecidas em todo o processo da atividade turística de uma localidade.

“A atividade do turismo surge em razão da existência previa do fenômeno turístico, que é um processo cuja ocorrência exige a integração simultânea de vários sistemas com atuações que se somam para levar ao efeito final” (BENI, 2002). Para entender esse efeito final (totalidade) é necessário analisar as interações existentes entre os componentes internos do sistema, e entre os sistemas.

Christofolletti (1999) ressalta que:

“nos sistemas abertos ocorrem constantes trocas de energia e matéria, tanto recebendo como perdendo. Os sistemas abertos são os mais comuns, podendo ser exemplificados por uma bacia hidrográfica, vertente, homem, cidade, indústria, animal e muitos outros”.

A estrutura do sistema de turismo demonstra uma inter-relação com outros sistemas, como o econômico, o social, o político, o ecológico e o tecnológico, não sendo o turismo uma atividade isolada (CRISOSTOMO, 2004).

Para existir o turismo sustentável não basta que o planejamento turístico considere o sistema na sua totalidade e as relações que este estabelece com o meio externo, é fundamental considerar, ainda, as necessidades e os interesses da população local e dos turistas. Até mesmo porque para atender essas necessidades e proteger a patrimônio, é necessário um equilíbrio na utilização dos recursos e compromisso da própria comunidade local na conservação ambiental.

Souza (1997) apud Seabra (2003) afirma que “o respeito aos anseios e necessidades da coletividade, quando levado em conta, facilita a implementação do turismo sob o enfoque da sustentabilidade. A autonomia, assim, constitui em princípio ético e político que, uma vez assimilado, atribui a um grupo social em questão possibilidades de escolha do turismo que se deseja”.

“Planejar e desenvolver os espaços e as atividades que atendam aos anseios das populações locais e dos turistas constitui a meta dos poderes políticos que, para implantá-los, vêm-se diante de dois objetivos conflitantes: o primeiro, que é promover oportunidade e acesso às experiências recreacionais ao maior número de pessoas possível, contrapõe-se ao segundo, de proteger e evitar a descaracterização dos locais privilegiados pela natureza e do patrimônio cultural das comunidades” (RUSCHMANN, 1997).

Vale ressaltar, que a comunidade local enquanto protagonista do processo de planejamento representa a coletividade e não somente o interesse de um grupo de pessoas. Assim, segundo Swarbrooke (2000):

“a comunidade local é importante protagonista no jogo do turismo sustentável. Enquanto ator social, não constitui um bloco monolítico de interesses, estruturando-se em grupos diferenciados e particulares. Portanto, se trata de um único grupo diferenciado e particular, sob bases consensuais, no que toca aos seus anseios e desejos, frente ao destino das atividades turísticas de uma determinada localidade”.

Uenoyama (2004) salienta que “quando o turismo é bom para a população local, será bom para os visitantes, desde que ambos tenham os seus direitos respeitados”. Assim, não basta ter a preocupação com os anseios somente dos turistas, mas também considerar que a comunidade local é parte desse contexto e precisa ser respeitada.

“O planejamento participativo implica a participação de todos os setores da sociedade e de todos os indivíduos” (MOLINA e RODRIGUEZ, 2001). Essa participação deve implicar na busca de atender as necessidades da comunidade local e dos turistas, respeitando os limites do ambiente.

Conforme afirmativa de Clark e Banford apud Mendonça e Irving (2004) “Não há razão pela qual os países ou comunidades não devam decidir que tipo de turismo que estão dispostos aceitar e pela qual não imponha limites o grau de mudança que estão dispostos a tolerar”.

Para a sustentabilidade no campo social é fundamental a participação da comunidade local no processo do planejamento e no desenvolvimento do turismo, já que com esse processo a população tem possibilidade de escolher como o turismo vai acontecer e qual vai ser a sua participação. A participação no planejamento turístico não implica somente nas decisões do que será feito, mas também na participação, na execução do plano e no decorrer do desenvolvimento do turismo na localidade. O que se percebe em alguns pólos turísticos é a comunidade à margem do processo de desenvolvimento turístico.

Em várias localidades o turismo se desenvolveu à medida que investidores externos começaram a construir grandes complexos. Nesse contexto, o turista se desloca para o pólo receptor, mas fica isolado numa bolha ambiental, onde a

realidade da localidade é isolada do contato do turista e a comunidade local fica a margem do processo.

“Na onda da globalização excludente, o turismo tem transformado pessoas e lugares em meras mercadorias, sendo lucrativo apenas para alguns grupos minoritários. Entretanto, diante da importância do turismo no cenário mundial, deveria se desenvolver de maneira positiva, com a participação da comunidade, valorizando a autoestima da população contribuindo desta forma para o desenvolvimento econômico e social e transformando a representatividade destes locais que ainda são pequenas” (UENOYAMA, 2004).

De acordo com Embratur (1998) “o desenvolvimento da atividade turística deve ser realizado através da cooperação e interação produtiva entre a indústria turística, os defensores do ambiente e a comunidade, todos podem obter benefícios e alcançar uma qualidade de vida”.

Para tanto, torna-se fundamental que para o desenvolvimento da atividade turística seja planejamento proporcionando condições de participação dos envolvidos nesse ambiente.

Molina e Rodriguez (2001) ressaltam que o planejamento participativo tem as seguintes características:

1. Definição de objetivos, estratégias e metas principais, ou seja, orientados para o sistema. Serão ponderadas a realidade e a potencialidade do sistema. Ao definirem-se os principais fins, o sistema abriga as aspirações e valores de todos os seus componentes.
2. O plano é produto da sociedade como um todo, não apenas dos planejadores.
3. O plano compromete os membros da sociedade, pois foram eles que o elaboram.
4. A participação individual e social contribui para distender os conflitos existentes, distensão que se refletirá no espírito do plano e nas fases posteriores do processo de planejamento.
5. Revalorização, no sentido mais amplo, do meio abrangente.
6. Valorização do meio natural.

Os princípios e características do planejamento participativo podem ser praticados em diversas realidades, mas vale ressaltar, que as características de cada localidade varia de acordo com diversos fatores, assim, Assad e Sano (1993) salientam que:

“É de fundamental importância o estabelecimento de uma unidade básica de planejamento no que diz respeito aos parâmetros

ambientais e objetivos que se desejam atingir em uma determinada região, sendo neste caso a bacia hidrográfica a unidade básica ideal”.

De acordo com as características da sua unidade e dos objetivos do planejamento que será delineada a forma de desenvolver o planejamento participativo.

Recentemente, mais especificamente no final da década de 90, a bacia hidrográfica foi retomada como unidade de planejamento, pela questão da mudança na forma de pensar a questão ambiental. Enquanto no passado o ambiente era visto simplesmente como sinônimo do ecológico, hoje ele é visto de uma forma mais complexa, sendo entendido não somente como o ecológico, mas como o resultado das interações sociais, ecológicas, políticas e econômicas.

“A utilização da bacia hidrográfica como unidade de estudo e planejamento tem sido adotada em inúmeros estudos recentes em todo o país e os resultados obtidos têm reforçado a idéia de que esta é a abordagem mais adequada para diferentes tipos de estudo, planejamento e aplicações práticas” (ESPÍNDOLA, 2000).

Conforme Machado (1998) apud Carvalho (2004):

“A bacia hidrográfica tem sido adotada internacionalmente como unidade físico-territorial básica para o planejamento e a gestão de recursos naturais, principalmente hídricos. Sendo a água de um manancial o resultado da drenagem de sua bacia, sua qualidade e, portanto, suas características físicas, químicas, biológicas e ecológicas encontram-se sempre na dependência direta das ações (uso e ocupação) que se realizam no solo dessa bacia, bem como o grau de controle que se tem, sobre essas fontes”.

Dantas (2004) definiu bacia hidrográfica como unidade de estudo e planejamento na busca do desenvolvimento sustentável ressalta que:

“apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa com a qual interage e da qual recebe influencias (positivas e negativas), não podendo ignorar e se isolar das transformações externas ao lugar”.

Nesse sentido, quando se pensa em desenvolvimento sustentável, promovido pelo planejamento turístico participativo integrado, numa bacia hidrográfica, é fundamental considerar o contexto em que esse sistema está inserido, analisando assim, os in puts e out puts do sistema.

Vale ressaltar, que o planejamento turístico participativo integrado em bacias hidrográficas, é motivado pela potencialidade turística da área e pelo interesse dos proprietários das terras em desenvolver o turismo.

Quando se trata de planejamento de bacias hidrográficas, o uso e ocupação da área são de grande relevância, pois o turismo é uma atividade que pode utilizar-se de outras atividades já existentes na bacia e normalmente traz uma consciência ambiental para os visitantes e para os visitados, podendo ser assim, uma forma mais sustentável de utilização da área.

O planejamento turístico de bacias hidrográficas rurais deve considerar alguns aspectos diferentes do planejamento turístico em bacias hidrográficas urbanas.

Quando se trata de planejamento turístico de bacias hidrográficas rurais, é fundamental entender como meio rural pode ser estruturado e organizado para o desenvolvimento de atividades turísticas e como os recursos podem ser melhores aproveitados planejando o sistema de forma integrada. Nessa ótica, o turismo não pode ser planejado de forma isolada das outras atividades produtivas desse ambiente.

“O turismo no espaço rural vem crescendo, inclusive no Brasil, porém é necessário entender as estruturas produtivas do campo para que se possam incorporar a elas os movimentos e serviços turísticos” (SOUSA, 2000). Integrando assim as atividades produtivas do campo.

Sousa (2000) ainda ressalta que:

“a oferta turística no campo deve estar integrada ao meio rural, ter qualidade em relação aos equipamentos, serviços, atividades e sustentabilidade ambiental. Assim, a sustentabilidade do turismo rural está relacionada a à preocupação ecológica, à a integração do sistema produtivo, ao manejo verde, à capacidade de carga, à educação ambiental, ao comportamento ambientalmente responsável e ao envolvimento da comunidade local nas atividades turísticas”.

O turismo rural tem varias características relevantes conforme apresenta Bravo (2000):

- “O menor investimento possível, a partir do que, em geral, já existe na propriedade rural, com algumas adaptações, para receber o turista adequadamente;
- O caráter democrático da atividade, não sendo preciso ser grande para ser viável;
- O comprometimento com a produção agropecuária, a comunidade local, o meio ambiente e a cultura regional;

- Diferentemente da praia ou da metrópole, o turismo rural não é de massa, mas de atendimento pessoal e familiar”.

De acordo com Bravo (2000):

“A atividade de turismo rural é marcada também pelos compromissos ecológico e social, uma vez que socialmente ela traz a possibilidade de complementação de renda à família do pequeno e médio produtor e aos seus empregados, assim como a oferta de paz, lazer e de bem-estar tão demandada atualmente pela população urbana, ávida de retorno à raízes e aos valores mais genuínos de nosso povo”.

Nesse sentido, o turismo rural possibilita o desenvolvimento local à medida que este se desenvolva com a participação local e preocupação ambiental.

“Cabe ressaltar que o turismo rural tem uma extraordinária força econômica, uma vez que gera divisas para o Estado, impacta positivamente a economia local e ainda pode contribuir de maneira singular para a preservação ambiental e a melhoria de qualidade de vida das populações do interior, sem falar, novamente, na possibilidade de reversão do êxodo rural” (BRAVO, 2000).

Assim, o planejamento turístico em bacias hidrográficas rurais deve ser participativo e integrado. Até mesmo porque as relações de poder estabelecidas nesse cenário são muito ligadas a propriedade e a posse da terra, sendo que o Estado não exerce na área rural a mesma influência que exerce na área urbana e as decisões da forma de uso da terra esta nas mãos dos proprietários das terras. Desta forma, se não houver participação das pessoas da localidade o turismo não acontece.

Outro fator de importância é a relação visitante X visitado que pode ser melhorada com a participação da comunidade no planejamento turístico. Quando a comunidade se sente parte do processo existe um comprometimento com o sucesso da atividade.

Mercer apud Mamede (2002) ressalta que “deve-se considerar que a posição da população residente pode levar a “azedar” a relação visitante X visitado, essencial á atividade turística principalmente a que se pretende calcar sob a égide da sustentabilidade”.

A sustentabilidade é fundamental para a atividade turística, já que a matéria-prima do turismo é o patrimônio natural e cultural da localidade, que deve ser conservado e o turismo em longo prazo depende disso.

Todo projeto de turismo no espaço rural deve ser sustentável. As bases da sustentabilidade estão na harmonização dos interesses do turismo com o meio ambiente e os interesses das comunidades campesinas (SOUSA, 2000).

“A força principal do êxito do turismo rural, reside na capacidade de associativismo e na ânsia de atingir o ideal sonhado por todos, com pleno juízo. De tal modo que os atores envolvidos no processo deverão promover a motivação, o planejamento orientado e a implantação de uma consciência coletiva, solidária e responsável nas comunidades interessadas” (BRAVO, 2000).

Vale ressaltar, que para o planejamento turístico em bacias hidrográficas é importante basear-se na legislação turística e legislação ambiental.

“As leis de proteção ambiental e outras específicas para a proteção dos recursos turísticos existem em quase todos os países, porém muitas vezes o desencontro entre discurso oficial e a prática cotidiana é flagrante” (RUSCHMANN, 1997).

O respeito à legislação proporciona a minimização dos impactos, já que as leis de proteção ambiental tem o intuito de proteger áreas de fragilidade ambiental.

Vale ressaltar que, o planejamento turístico necessita de que exista um equilíbrio mínimo no sistema, pois a atividade turística utiliza-se de diversos elementos que estão interagindo com a atividade turística, como infra-estrutura básica e aspectos produtivos, entre outros. Assim, torna-se fundamental que juntamente com o planejamento da atividade turística se planeje o sistema de forma geral.

3 – CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO INTEGRADO

Para a operacionalização do planejamento participativo, diversas metodologias se encontram disponíveis, com graus diferentes de participação dos agentes sociais, econômicos e políticos.

Irving (2002) menciona que:

“a construção de modelo de planejamento com base comunitária é um desafio e indica a necessidade de desenho de uma metodologia capaz de promover o diálogo e o gerenciamento de conflitos e fomentar a discussão crítica, além de aplicação de instrumentos metodológicos de maior alcance”.

São as metodologias que permitem a participação da comunidade em vários níveis de intensidade, variando desde o nível de participação por manipulação a participação de nível de auto gestão. Assim, existem vários níveis de intensidade de participação da comunidade no processo de planejamento conforme apresenta o Quadro abaixo.

Quadro 03 – Níveis de Intensidade da Participação da Comunidade

Níveis de Participação	Conceito	Metodologias	Planejamento
Manipulação	Aplica-se nas situações de 'não-participação' nas quais a participação é conseguida como uma oportunidade para a doutrinação.	Metodologias de apresentação e doutrinação que tem o discurso de participativas, mas visam somente a apresentação de informações que o participante se convence que são verdadeiras.	Planejamento burocrático autoritário
Informação	Quando os participantes são informados dos seus direitos, responsabilidades e opções. É o primeiro e mais importante passo para a verdadeira participação. A desvantagem é que a ênfase é dada à comunicação unidirecional, sem meios para o feedback ou poder de negociação.	Metodologias de apresentação, onde os participantes têm seus direitos e responsabilidades esclarecidos, mas nesse nível não tem a participação no momento do participante expor sua opinião. Nesse caso já se inicia a participação democrática, já que os participantes não ficam alienados.	Planejamento burocrático impositivo
Consulta	Entende-se como um nível de comunicação bidirecional, em que os participantes têm a oportunidade para expressar as suas sugestões e interesses, mas não têm a certeza de que estas serão utilizadas. Pode-se denominar que, neste nível, os envolvidos estão 'participando da participação'. Notadamente, são procedimentos aplicados pela entidade promotora em encontros de consultas com agendas pré-estabelecidas, audiências públicas e pesquisas de opinião.	Metodologias de aplicação de instrumentos de consulta. Nesse nível o foco está realmente no participante, pois ele é o personagem principal que participa ativamente exprimindo suas opiniões.	Planejamento participativo parcial
Tomada de decisão	Os participantes interagem para a obtenção do entendimento mútuo e alcançar posições negociadas aceitáveis e toleráveis por todo o grupo. É a busca do consenso de todos os envolvidos. Uma desvantagem comum deste nível de participação é decorrente do fato de que indivíduos ou grupos mais vulneráveis permaneçam em silêncio ou adotem a concordância passiva.	Metodologias que estimulam a participação coletiva e não individual, onde existe uma interação entre os participantes na busca de negociar decisões aceitáveis por todos. Esse tipo de participação existe um "consenso", mas nem sempre todos os participantes realmente expõem suas opiniões.	Planejamento participativo parcial proporcional
Deliberação	Se os consensos são implementados nas decisões coletivas, sinalizam o início da divisão de responsabilidades sobre os possíveis resultados. Neste estágio as negociações refletem os diferentes graus de influência exercidos por indivíduos ou grupos.	Metodologias onde são tomadas decisões coletivas e se inicia a divisão de responsabilidades, decide-se coletivamente quem ficará responsável por cada ação.	Planejamento participativo parcial proporcional
Compartilhamento de risco	Este nível é construído no precedente, mas avança nos aspectos de decisão para incorporar os efeitos dos seus resultados, um conjunto de consequências benéficas, danosas e naturais. No fluxo dos processos sempre existem os elementos de risco, que fazem que, mesmo as melhores das intenções, possam conduzir a resultados indesejados. A possibilidade de cobrança das responsabilidades torna-se indispensável à sua definição e alocação, especialmente se as partes mais influentes forem as que assumem menores riscos.	Metodologias onde os participantes compartilham das decisões e se responsabilizam pelas ações e pelos seus respectivos resultados, sendo estes positivos ou negativos. Nessa metodologia os participantes se integram realmente e se considerando uma totalidade, mas distribuem as ações e responsabilidades.	Planejamento participativo integral
Parceria	Neste nível, exige-se o relacionamento entre iguais, que trabalham numa meta comum. O termo igual não é aplicado aqui em termos de forma, estrutura ou funções, mas no aspecto do equilíbrio, do respeito entre as partes. Como a parceria é construída com base nos níveis anteriores, implica em assumir responsabilidade mútua e risco compartilhado.	Metodologias onde os participantes são parceiros. Assim, estes assumem responsabilidade e riscos conjuntamente, de forma integrada.	Planejamento participativo integral
Autogestão	É o auge do processo de participação, em que as partes interessadas interagem em processos de aprendizagem que otimiza o bem-estar de todos os envolvidos.	Metodologias onde os participantes assumem a gestão e trabalham de forma integrada buscando gerir atendendo a necessidade de todos os envolvidos.	Planejamento participativo integral ideal

Fonte: adaptação de UNDP (2000) *apud* REIS NETO (2000).

O nível de intensidade de participação vai variar, de acordo com os interesses do planejador, que opta por metodologias que possibilitem essa participação e com as condições que a própria comunidade tem para participar.

Buscando o entendimento do sistema e seu planejamento, é necessário considerar que todo planejamento passa por fases metodológicas. As fases metodológicas do planejamento caracterizam como o processo racional do pensamento e as ações executadas, buscando alcançar objetivos a curto, a médio e a longo prazo, com maior precisão.

Barretto (1991) apresenta o seguinte quadro para sintetizar as fases metodológicas do planejamento.

Quadro 04 – Fases Metodológicas do Planejamento

PROCESSO RACIONAL		FASES METODOLÓGICAS	DOCUMENTOS
Reflexão diagnóstica	Análise e síntese	Escolha e delimitação	Proposta preliminar
		Estudo/diagnóstico	Diagnóstico
	Decisão	Definição de objetivos e metas	Estudos de viabilidade ante-projeto
	Criação	Formulação de propostas alternativas de intervenção	Planos Programas Projetos
Ação	Intervenção	Implementação Implantação e execução Controle	Roteiros Normas Manuais Relatórios
Reflexão crítica	Crítica	Avaliação Feedback	Relatórios Avaliativos

Fonte: BARRETTO (1991) Adaptação de BAPTISTA (1981)

Segundo Barretto (1991) “o planejamento divide-se em dois momentos: diagnóstico e prognóstico. A etapa do diagnóstico coincide com a etapa, apontada no quadro acima, de escolha e delimitação do tema, na qual o planejador deve decidir o que planejar, qual será o objeto de seu trabalho. A etapa do prognóstico começa com a formulação de alternativas de intervenção, na qual o planejador deve criar caminhos para atingir seus objetivos, deve pensar na forma de realizar a tarefa desejada. É a etapa de decidir como fazer”.

Para Petrocchi (1998) “o diagnóstico é uma síntese da situação atual, e é muito importante para a comunicação sobre o processo de planejamento. O planejamento precisa ser um documento, para que muitas pessoas dele participem e compartilhem informações”.

O prognóstico é a visualização do futuro a partir da realidade, qual o rumo que o sistema esta tomando, onde vai chegar se não sofrer intervenção nenhuma e qual o rumo que ele vai tomar se sofrer intervenção. Assim, estabelece-se qual futuro se quer chegar e de que forma alcançar essa realidade desejada.

O planejamento participativo passa por etapas metodológicas que podem ser sintetizadas na proposta apresentada na tabela abaixo.

Quadro 05 – Fases Metodológicas do Planejamento Participativo

FASE	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	METODOLOGIA OPERACIONAL	
		ETAPA	AÇÃO
Pré Planejamento	TEORIA SISTÊMICA : Christofolletti (1999), Troppmair (2004), Tricart (1976), Capra (1996) PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO INTEGRADO: PDR-Alto Pantanal (2003) , Buarque (2000), Molina e Rodriguez (2001), Souza (1992), Martins (2003), Demo (1998), Irving (1998), Bordenave (1994), Reis Neto(2000). DESENVOLVIMENTO LOCAL: Martins (2002), Rocha e Bursztyn (2005), Ávila (2000) LEGISLAÇÃO: ANA, CONAMA (2005), Código Florestal, Plano Diretor Municipal, Lei Orgânica Do Município, Legislação Estadual. BACIA HIDROGRAFICA: Espíndola (2000), Botelho (1999).	Embasamento teórico metodológico e elaboração da metodologia operacional	Discussão teórico- metodológica e treinamento da equipe de trabalho
Diagnóstico Preliminar	COMPONENTES DOS SUBSISTEMAS segundo seu peso dentro do sistema: Adaptação dos subsistemas ambientais proposto Kullock (1996), Christofolletti (1999),	Escolha da área. Modelagem do sistema	Delimitação da área Criação ou adaptação modelo do sistêmico para o planejamento
Diagnóstico Participativo	PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO : PDR-Alto Pantanal (2003) , Buarque (2000), Molina e Rodriguez (2001), Souza (1992), Martins (2003), Demo (1998), Irving (1998), Barretto (1991)	Levantamento e análise de informações de cada subsistema, entendimento das inter-relações existentes no sistema, e <i>inputs</i> e <i>outputs</i> . Levantamento e análise de informações a partir de representantes de fora e dentro do sistema	Aplicação de questionários, inventários e pesquisa de campo. Escolha de representantes, aplicação, análise e devolutiva de questionários Delfos.
Prognóstico Participativo	PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO : PDR-Alto Pantanal (2003) , Buarque (2000), Molina e Rodriguez (2001), Souza (1992), Martins (2003), Demo (1998), Irving (1998), Barretto (1991).	Levantamento e análise de informações a partir da comunidade local (potencialidades, problemas, oportunidades e ameaças)	Realização de oficina de sensibilização da comunidade, apresentação da área, coleta de dados (construção do plano).
Implantação do Plano	PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO : PDR-Alto Pantanal (2003) , Buarque (2000), Molina e Rodriguez (2001), Souza (1992), Martins (2003), Demo (1998), Irving (1998), Barretto (1991).	Construção do Plano, visualização de situações futuras, estabelecimento de projetos, objetivos e metas a serem atingidos, ações a serem implementadas, prazos a cumprir, responsáveis pelas ações.	Realização de oficina de construção do plano e de consolidação.
Gestão	LEGISLAÇÃO: ANA, CONAMA (2005), Código Florestal, Plano Diretor Municipal, Lei Orgânica Do Município, Legislação Estadual.	Divulgação do plano. Implantação, implementação e execução do plano. Gerenciamento, Controle, Avaliação, ajuste e/ou replanejamento.	Apresentação do plano para a comunidade local e para o município que a bacia esta inserida. Execução dos projetos Criação de comitê de gestão, cooperativas, associações

As fases do planejamento participativo proposto são: Pré-planejamento, Diagnóstico Preliminar, Diagnóstico Participativo, Prognóstico Participativo, Implantação do Plano e Gestão.

Na fase de *Pré-planejamento* é o momento de embasamento teórico-metodológico. Nesse momento será determinada a forma de se analisar o objeto de estudo e as metodologias que serão utilizadas, assim como será realizado o treinamento da equipe envolvida no planejamento. O embasamento teórico-metodológico se dá a partir de revisão bibliográfica e definição da metodologia. O treinamento da equipe de trabalho é fundamental para que todos os envolvidos estejam cientes da metodologia operacional e da abordagem teórico-metodológica do planejamento.

O embasamento teórico-metodológico define a forma com que se vai olhar e analisar o objeto de estudo e na presente proposta pauta-se no planejamento participativo integrado, considerando os aspectos da legislação que pode influenciar na tomada de decisão, buscando assim o desenvolvimento local, tendo uma visão sistêmica, utilizando como delimitação a bacia hidrográfica.

Na presente proposta o diagnóstico é dividido em 02 fases: *Diagnóstico Preliminar* e o *Diagnóstico Participativo*.

Na fase do diagnóstico preliminar realiza-se a escolha e delimitação da área, levantamento e análise de informações do sistema, e criação ou adaptação de um modelo sistêmico para o planejamento. A delimitação da área de planejamento se dará de acordo com as relações existentes no sistema, podendo utilizar-se de delimitações político-institucionais e naturais. Nessa fase, o pesquisador busca o entendimento do sistema, coletando informações e analisando cada subsistema e as suas relações, de acordo com o modelo sistêmico para o planejamento criado ou adaptado pelo pesquisador. Essas informações podem ser levantadas com a aplicação de questionários e inventário, na pesquisa de campo realizada pelo pesquisador. A criação ou adaptação do modelo sistêmico de planejamento é importante para a visualização dos componentes e das relações existentes no sistema.

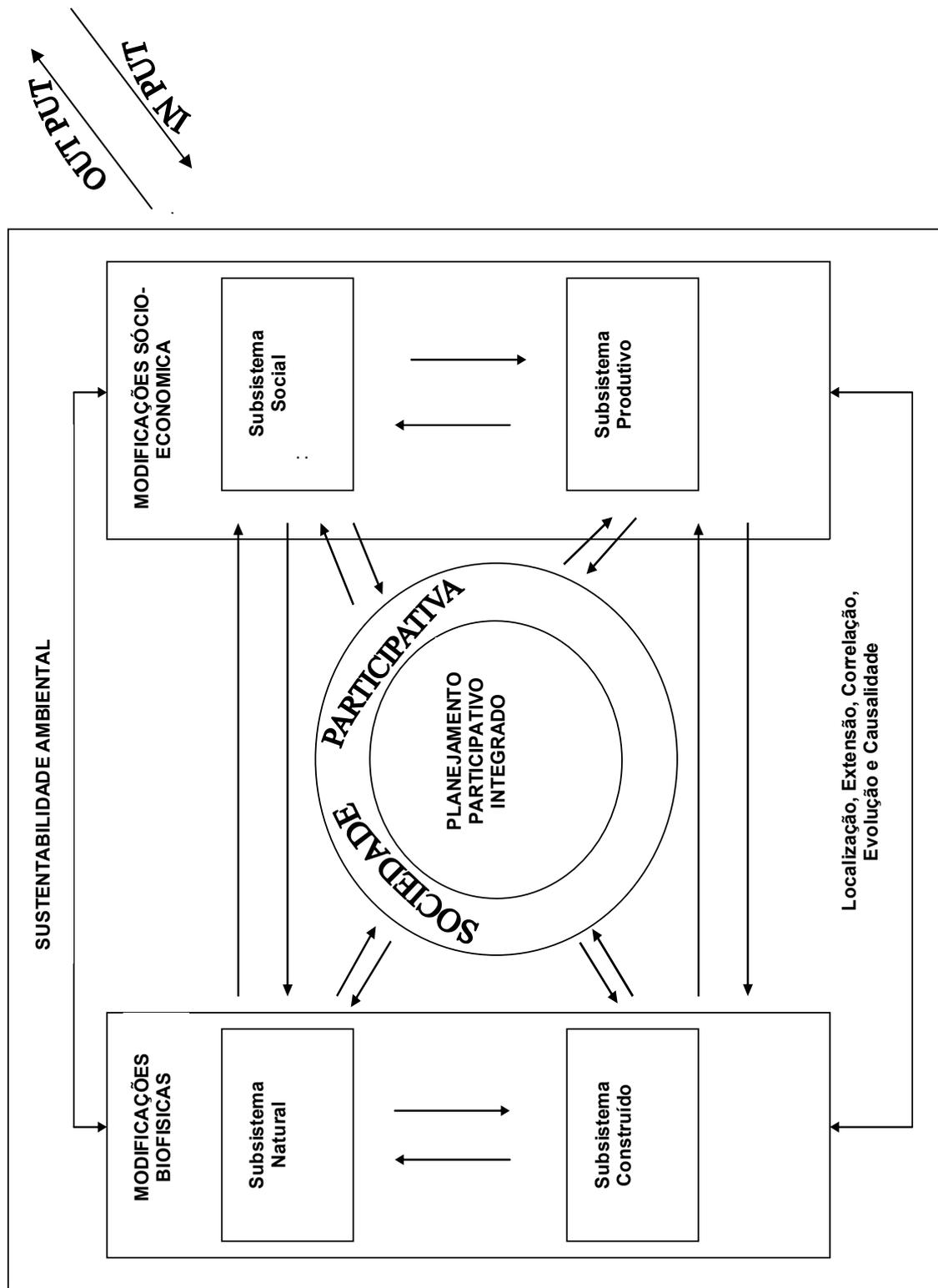


Figura 05 – Modelo Simplificado de Planejamento Participativo Integrado em Bacias Hidrográficas
Fonte: Adaptação: KULLOCK (1994).

Analisando o Modelo Simplificado de Planejamento Participativo Integrado em Bacias Hidrográficas (Figura 05), nota-se que o processo de construção do planejamento deve levar em consideração as particularidades dos subsistemas natural, social, produtivo e construído, considerando ainda sua gama de interações, visando a análise da totalidade, na busca do planejamento sustentável, que só será possível com a cumplicidade da sociedade, não apenas na sua construção, mas também na sua implantação, gestão, controle e avaliação/ajustes. Esse planejamento sustentável, só será atingível através da mudança de valores e hábitos sociais, buscando o bem comum da sociedade.

Vale ressaltar que, todas as fases do planejamento são determinadas a partir do embasamento teórico-metodológico realizado na fase de *Pré-planejamento*. Assim, como a metodologia adotada no embasamento teórico-metodológico, tem como fundamento a participação ativa dos atores sociais da área de estudo ou sistema, o diagnóstico não poderia deixar de ser participativo. Desta forma, houve a necessidade de entender o sistema não só pela visão do pesquisador, mas também pela perspectiva da comunidade local.

Na fase do *Diagnóstico Participativo* se realiza o levantamento e análise de informações do sistema a partir de representantes e pessoas da comunidade, que estão fora e dentro do sistema, utilizando com instrumento de coleta de dados os questionários Delfos e a realização de oficinas.

Segundo Beni (2006):

“a participação da comunidade-alvo, de forma organizada, na identificação do problema, no planejamento, monitoramento e avaliação é considerada um objetivo, mas também um processo que, na maioria das vezes, pode ser diferença grande que garante o sucesso de uma intervenção”.

A metodologia Delfos trabalha com a visualização do cenário atual, intermediário e futuro de acordo com a percepção do questionado. O cenário atual constitui-se exatamente pelo presente, os problemas e potencialidades existentes na área. O cenário intermediário são as ações e estratégias para se alcançar um futuro desejado e o cenário futuro é a visão do que se deseja para a área no futuro. Nesse processo, define-se qual futuro se deseja e como construí-lo. Essas informações são captadas com aplicação de questionários Delfos, que são construídos de acordo com os objetivos da pesquisa ou planejamento.

“A técnica Delfos tem por objetivo gerar informações sobre o futuro, sobre as conseqüências de determinados fatos ou eventos, de modo a permitir uma visão que sirva de parâmetro para avaliar o presente. É uma previsão de onde iremos chegar” (DENCKER, 1998).

Na metodologia Delfos, os representantes que foram escolhidos para responder os questionários Delfos são chamados de especialista, retratam pessoas relevantes da comunidade e do município, fomentadores de opinião e de desenvolvimento e que dificilmente participariam das oficinas.

Os questionários Delfos foram enviados aos especialistas, que são escolhidos de acordo com as relações que estes estabelecem com o sistema; os especialistas respondem e encaminham o questionário de volta; os dados são analisados e os especialistas recebem uma devolutiva dos questionários para conferência e o parecer.

O levantamento e análise das informações através da participação da comunidade local se dão a partir da oficina de sensibilização, apresentação da área e construção do banco de coleta de dados. A oficina de sensibilização busca a sensibilização da comunidade para a participação na construção do Plano. A oficina de apresentação visa apresentar as informações coletadas na fase do *diagnóstico preliminar*. A oficina de construção é dividida em várias etapas e a primeira delas é o levantamento dos problemas, das potencialidades, das oportunidades e das ameaças, considerando que:

✓ problema: é uma situação negativa, real e indesejada ou fatores que emperram o desenvolvimento. potencialidade: é uma situação positiva, não aproveitada ou pouco explorada, ou fatores existentes que podem ajudar ou facilitar no desenvolvimento. As oficinas visam identificar e relacionar as potencialidades, os problemas, as oportunidades e as ameaças existentes na bacia e construir o plano turístico participativo. Os problemas e potencialidades referem-se ao ambiente interno do sistema e as oportunidades e ameaças referem-se ao ambiente externo. Relacionando esses elementos é possível identificar e analisar a realidade existente para transformá-la na realidade desejada.

As oficinas são espaços abertos à discussão, que visa a participação e o envolvimento de pessoas.

Rocha e Bursztyn (2005) afirmam que:

“um bom processo de deliberação permite que os participantes discutam e debatam sobre as questões e cheguem a visões comuns (consensos). Para que todos possam participar do esforço de desenvolvimento e do usufruto de seus benefícios, é necessário que a comunidade esteja motivada e engajada. Existem diversos métodos, que podem ser combinados visando o envolvimento da sociedade, tais como: debates, reuniões, grupos de trabalho, audiência pública, publicações, mídia de massa, exposições, entre outros”.

A utilização de duas metodologias operacionais, a técnica Delfos e as Oficinas se dão pela questão do embasamento teórico-metodológico do planejamento. Já que se determinou no *pré-planejamento*, que o planejamento seria participativo, utilizando a visão sistêmica.

Na fase de *Prognóstico Participativo* é feita a visualização de situações futuras e a construção das metas que vão nortear o plano. Essa fase, baseia-se na realização da oficina de construção e consolidação do plano, os participantes visualizam as situações futuras que eles desejam para o sistema e constroem o plano, estabelecendo os projetos, os objetivos e as metas a serem atingidos, as ações a serem implementadas/implantadas, os prazos a cumprir e os responsáveis pelas ações, considerando que:

- ✓ O Plano é a filosofia geral para intervenção no sistema, sendo o conjunto dos objetivos, projetos, metas e ações. O plano é o norteador do processo de intervenção.
- ✓ Os Projetos abrangem o detalhamento das alternativas de intervenção. Para cada meta serão elaborados conjuntos de Ações, que serão priorizadas e operacionalizadas através de projetos;
- ✓ A definição dos Objetivos vai partir dos problemas e, potencialidades apontadas pelos participantes. Segundo Barretto (1991) “a definição de objetivo é a tomada de decisão em que se define o estado de coisas que se pretende atingir com a ação planejada”.
- ✓ As Metas são propostas após a definição dos problemas e das potencialidades, sendo elencadas metas que abrangerão um conjunto de ações. as metas são traçadas a partir da análise das

potencialidades e problemas, buscando aproveitar as potencialidades, atacando os problemas, visando o desenvolvimento da bacia; A Ação é a intervenção no sistema, é o que será feito para alcançar as metas e os objetivos.

A próxima fase é a de *Implantação do Plano*, onde é feita a divulgação do mesmo para a comunidade local e para o município que a bacia esta inserida, é executado o plano.

A ultima fase é a de *Gestão*, onde será edificadas as estratégias de gerenciamento, de controle, de avaliação e de ajuste e/ou de replanejamento, a partir da criação de comitê de gestão, cooperativas, associações, etc. Vale ressaltar que nessa fase a legislação estabelecida por órgão competentes como a ANA - Agência Nacional das Águas, CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, Código Florestal, Plano Diretor Municipal, Lei Orgânica do Município, Legislação Estadual, etc, devem ser respeitados.

A gestão deve ser feita pela própria comunidade local, considerando que o processo de planejamento participativo fornece aos participantes condições para a gestão. Tendo em vista que as decisões foram tomadas pela própria comunidade.

Por outro lado, a participação é importante até mesmo nos planejamentos em que a gestão fica nas mãos de instituições ou empresas. Segundo a Agência Nacional de Águas (2004):

“a participação comunitária é um balizador e impulsionador das ações de gestão; quando as populações não participam, ou o fazem de forma insuficiente ou inadequada, deixam de praticar a cidadania a que têm direito, oferecendo aos gestores as informações sobre suas demandas e prioridades, fiscalizando ações e exigindo o cumprimento do que lhes é devido”.

Assim, para que possa haver o desenvolvimento, na ótica da sustentabilidade, é fundamental operacionalizar o planejamento participativo integrado.

3.1 – Metodologia do Planejamento Participativo Integrado – Uma Proposta para o Turismo na Bacia do Córrego Fundo.

O plano turístico participativo integrado da bacia do Córrego Fundo passou por diversas etapas: pré-planejamento, diagnóstico preliminar, diagnóstico participativo e prognóstico participativo, e apontou além da vocação pecuária da

bacia, o turismo como atividade potencialmente que agrega valor às propriedades, em especial para a dos pequenos e médios proprietários, que passam por grave crise financeira.

Conforme foi apontado na metodologia proposta anteriormente, as etapas do pré-planejamento e do diagnóstico preliminar na bacia do Córrego Fundo foram realizadas pelo pesquisador e as etapas do diagnóstico e prognóstico participativo foram operacionalizadas com a realização de oficinas e aplicação de questionários Delfos.

As oficinas tiveram por objetivo proporcionar a participação da comunidade local no processo de planejamento. Assim, foram desenvolvidas 04 oficinas, Oficina de Sensibilização, Oficina de Apresentação, Oficina de Construção do Plano e Oficina de Consolidação do Plano.

A Oficina de Sensibilização foi realizada no mês de maio de 2006 e teve como objetivo incentivar a comunidade local a participar do planejamento turístico participativo, comparecendo assim, às próximas oficinas que foram realizadas na bacia. Essa oficina foi realizada de forma diferente da metodologia proposta pela metodologia do PDR. A Oficina de Sensibilização foi realizada com visitas as propriedades, pois percebeu-se que se não houvesse essa conversa inicial nas propriedades os moradores não se deslocariam para a próxima oficina.

Percebeu-se na Oficina de Sensibilização que muitos proprietários não teriam disponibilidade para comparecer às oficinas e que nas pequenas propriedades, mora apenas um funcionário com a família, e estes teriam dificuldades em se deslocar para o local das oficinas, já que as atividades desenvolvidas na propriedade dependem exclusivamente da presença deles lá. Assim, todos as propriedades foram visitadas.

A Oficina de Sensibilização foi realizada num processo de aproximação e sensibilização da comunidade local para o envolvimento com a bacia, na busca de envolver a comunidade nas questões relacionadas com a dinâmica do sistema e com o planejamento turístico, pensando no turismo como uma forma uso sustentável da bacia. Para estimular a participação no planejamento turístico participativo, optou-se por abordar a comunidade enfatizando a importância do envolvimento de todos na busca de encontrar soluções para problemas da bacia e discutir o turismo como uma proposta de atividade a ser planejada e desenvolvida.

Todos os moradores e proprietários que moram na bacia, se mostraram interessados e dispostos a participar das oficinas de planejamento turístico participativo, mas na prática a presença destes não se efetivou.

Desde o início do trabalho de sensibilização a perspectiva de envolvimento da comunidade já era baseada na seguinte afirmação de Ávila (2000):

“todo início de trabalho que envolve formação, mobilização e organização de grupos humanos é complexo, lento e difícil; mas, logo que começa a funcionar, os efeitos positivos gerados em um grupo contaminam outros, principalmente os mais vizinhos, provocando consciência de diferença, esperança de possibilidades semelhantes e, por vezes, até ânimo de concorrência”.

Assim, partiu-se do princípio de que mesmo que somente alguns moradores e proprietários participassem do planejamento turístico participativo já seria um progresso para a bacia, apesar de que o ideal seria a participação de todas.

Optou-se a desenvolver as Oficinas Apresentação e Construção do Plano no mesmo dia e em um local da bacia que fosse possível a presença de todos os interessados, assim, as oficinas foram realizadas no dia 17 de junho de 2006.

Mesmo com a realização das oficinas de Apresentação e Construção do Plano no mesmo dia, não houve participação efetiva da comunidade, comparecendo às oficinas somente a equipe da UFMS que desenvolve pesquisas na bacia e dois professores da UEMS, sendo que um deles é o responsável pelo GEMAP e a outra professora que desenvolve pesquisa na área. A partir dessa falta de participação, foi necessário buscar o motivo dessa problemática. Assim, foi realizada uma reflexão sobre a realidade local e as práticas de planejamento participativo já realizadas em outras localidades, na busca de entender se é um problema local ou se existe falha na metodologia.

Martins (2002) afirma que “o esvaziamento de uma reunião pode não expressar desinteresse, mas ser um indicativo importante de que seu conteúdo não foi perfeitamente entendido ou aceito”.

Considerando que a sensibilização da comunidade, buscando a participação no planejamento turístico, foi realizada com a preocupação de envolver a comunidade no processo e a forma que a sensibilização aconteceu, deixou claro para a comunidade a importância da participação e do desenvolvimento do turismo e da conservação ambiental, percebeu-se que a problemática da falta de participação está relacionada com as características da própria localidade, assim, a

sensibilização deve ser um processo mais lento, considerando que se precisa uma transformação social, e a comunidade ainda não está preparada para participar.

Outro fator que propiciou a falta de participação nas oficinas, foi a falta de visualização do limite físico proposto no trabalho e a falta de entendimento da dinâmica de bacias hidrográficas. Vale ressaltar, que na oficina de Sensibilização e Apresentação este aspecto foi ressaltado, mas a comunidade visualiza somente os limites da propriedade em que está inserido.

De acordo com Pedro Demo (1998) apud Dantas (2004):

“é erro imaginar que a participação é apenas utopia. É realizável sim, muito embora nunca de modo totalmente satisfatória. Por isso mesmo, a definimos como processo imorredouro de conquista. Nunca será suficiente, porque vive da utopia da igualdade, da liberdade, da fraternidade totais. Não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. Participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada. Nem pode faltar o entusiasmo e a fé nas potencialidades de quem a primeira vista parece de tudo destituído e emerso só em pobreza”.

Tendo em vista que a participação deve ser um processo de construção social, não se deve desistir de buscar a participação da comunidade no processo de planejamento turístico. Várias iniciativas na busca de estimular a participação devem ser empregadas na localidade até que a comunidade esteja preparada para a participação efetiva. Assim, o processo pode ser mais lento em algumas localidades, e mais rápidos em outras, o que irá determinar a participação será o nível de organização as características da própria comunidade.

A Oficina de Apresentação da Bacia do Córrego Fundo foi realizada no período da manhã e teve por objetivo apresentar as informações já coletadas em pesquisas desenvolvidas na bacia e as informações sobre a atividade turística. Neste sentido, a proposta foi de proporcionar aos participantes a visão da bacia como uma totalidade, já que cada participante tinha idéia da realidade da sua propriedade.

Na Oficina de Apresentação foi realizada uma apresentação geral da bacia, proporcionando aos participantes a visualização da bacia na sua totalidade, foram apresentadas ainda informações sobre a evolução do uso e ocupação do solo, as análises de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, as informações relevantes sobre a infra-estrutura e a potencialidade turística da bacia. Nesta oficina

também foi apresentada a metodologia, de planejamento turístico participativo integrado, que seria aplicada à bacia.

A Oficina de Construção do Plano Participativo Integrado da Bacia do Córrego Fundo foi realizada no final do período da manhã e período da tarde, após a Oficina de Apresentação da Bacia, e foi dividida em duas fases: a primeira consiste na discussão dos problemas e potencialidades da bacia, e a segunda fase foi o estabelecimento de metas e ações. Não houve participação efetiva dos proprietários da bacia, sendo que a oficina foi realizada com a participação de alguns professores da UEMS e pesquisadores que estudam a área.

Na primeira fase Oficina de Construção do Plano Participativo Integrado da Bacia do Córrego Fundo, os participantes puderam emitir suas opiniões e conhecimentos sobre a bacia, nessa fase foi estimulada a participação dos integrantes da oficina. Muitos problemas e potencialidades foram apontados e discutidos e por diversas vezes, assim, os participantes propuseram ações para solucionar problemas e aproveitar as potencialidades. Assim, o mediador teve que direcionar a discussão o tempo todo para o apontamento dos problemas e potencialidades. Essa primeira fase corresponde a uma parte do diagnóstico participativo.

Todo o conhecimento da realidade é trazido pelos participantes nas oficinas, sendo que o papel dos facilitadores se resume a destacar os temas emergentes, não intervir, mas atuar como "condutor da metodologia" durante a oficina, garantindo o diálogo franco e aberto. Sua participação intensa durante a fase de planejamento e de preparação e na avaliação final é, no entanto, crucial para o sucesso na realização do planejamento.

Na segunda fase, Oficina de Construção do Plano Turístico Participativo Integrado da Bacia do Córrego Fundo, os participantes analisaram os problemas e potencialidades e propuseram metas e ações. Uma questão interessante, é que diversos problemas apontados pelos participantes da oficina não poderiam ser solucionados somente por ações internas do sistema, pois as causas não eram providas de dentro do sistema, mas sim de inputs, assim como, vários problemas internos ficariam sem solução pela falta de participação dos outros proprietários da bacia. Desta forma, os próprios participantes já perceberam a importância da presença e a participação de todos os envolvidos e interessados no

desenvolvimento do turismo na localidade. Essa segunda fase corresponde a uma parte do prognóstico participativo.

Vale ressaltar, que não se pode falar em desenvolvimento sustentável sem a participação da comunidade local no processo de desenvolvimento e que o turismo nessa perspectiva pode ser mais uma forma de promover a integração da comunidade nesse processo.

O desenvolvimento, nessa perspectiva, se processa através de análises participativas, identificando problemas e potencialidades, numa visão de futuro, de ameaças e oportunidades, para a escolha de opções estratégicas de programas e projetos a serem instruídos por um sistema de gestão, estruturado em bases endógenas sistêmicas e competitivas.

Assim como as oficinas, que têm o objetivo de identificar, segundo a comunidade local, os problemas e potencialidade e propor ações de intervenção que alcance o futuro desejado, a técnica Delfos possui o mesmo objetivo.

A técnica Delfos, na presente pesquisa, visa atingir atores locais que não têm possibilidade de participar das oficinas e atores externos, que exercem algum tipo de relação com o sistema. A utilização dos questionários Delfos para os atores locais foi proposta devido às características da bacia do córrego Fundo, pois percebeu-se que muitos proprietários não residem na bacia e muitas vezes só se encontram na bacia poucas vezes por mês. A preocupação com o envolvimento dos atores externos no processo de planejamento é pertinente pela importância dos inputs e outputs do sistema para seu equilíbrio.

Como a bacia do córrego Fundo está localizada no município de Aquidauana, as ações ligadas ao município vão influenciar no turismo desenvolvido na bacia e na sustentabilidade do sistema. Assim, não se pode desconsiderar a opinião de agentes externos ao sistema, que exercem influência direta ou indireta, pode-se citar como exemplo o caso da infra-estrutura de acesso à bacia que está condicionada a gestão municipal, a questão da saúde, de educação, etc.

A confecção do questionário Delfos para o planejamento participativo da bacia do córrego Fundo baseou-se no questionário Delfos aplicado no PDR - Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável, realizado pelo IPLAN/MS - Instituto de Planejamento do Estado de Mato Grosso Do Sul e instituições parceiras.

A metodologia Delfos busca informações sobre o cenário presente, futuro e intermediário, assim, as questões do questionário devem propiciar ao questionada

possibilidade de expor quais são os principais problemas e potencialidades existentes na bacia na atualidade, o cenário que se espera ter no futuro, assim como, as ações que devem ser realizadas para alcançar o cenário futuro que se deseja.

Para o planejamento turístico da bacia foi necessário inserir questões pertinentes ao turismo local, buscando assim, informações sobre o turismo no cenário atual, futuro e intermediário na visão dos questionados.

O questionário é composto por 08 questões, divididas em:

- ✓ 04 questões relacionadas ao turismo, sendo 01 questionando os problemas, 01 as potencialidades, 01 o cenário futuro desejado e 01 das ações que devem ser desenvolvidas para chegar a tal cenário futuro.
- ✓ 04 questões relacionadas a bacia de forma geral, sendo 01 questionando os problemas, 01 as potencialidades, 01 o cenário futuro deseja e 01 das ações que devem ser desenvolvidas para chegar a tal cenário futuro.

O questionário foi construído dessa forma, com o objetivo de complementar as informações e discussões realizadas nas oficinas, buscando assim informações que possibilitem o planejamento e desenvolvimento do turismo na bacia, e para isso é necessário entender todo o contexto da bacia.

Nos questionários Delfos, as questões vêm com quadros explicativos do como o questionado deve redigir suas respostas para que as respostas sejam diretas. Assim, facilita o entendimento dos questionado do que se espera com a aplicação do questionário e otimiza análise dos dados por parte do planejador.

Outra questão relevante é que o questionário é encaminhado ao questionado acompanhado por uma apresentação da pesquisa, trazendo informações sobre os objetivos e metodologia da pesquisa, informações básicas sobre a área de pesquisa e instruções para o preenchimento do questionário.

A escolha dos especialistas ou questionados foi realizada a partir do diagnóstico preliminar realizado pelo pesquisador. Nesse diagnóstico preliminar ao sistema foi analisado e identificaram-se os *in puts* e *out puts* do sistema bacia e as pessoas de relevância na bacia que não poderiam participar das oficinas. Assim, foi possível relacionar quais são as instituições, as empresas, as associações e as pessoas que deveriam ser questionadas, para que esses *in puts* e *out puts* fossem

considerados e para que houvesse realmente uma participação efetiva de todos os envolvidos com a bacia.

Foram encaminhados questionários Delfos para 50 pessoas e instituições. Os questionários foram entregues pessoalmente e houve uma conversa preliminar com os questionados explicando os objetivos da pesquisa e a forma de preenchimento do questionário. Dentre os 50 questionários encaminhados, somente 10 questionários voltaram, sendo que manteve-se contato com os questionados com a preocupação de que os questionários retornassem preenchidos.

Os motivos do não preenchimento dos questionários por parte dos questionados foram os mais diversos. Alguns questionados alegaram não ter ligação nenhuma com a área, outros alegaram que não tinham tempo de preencher, muitos afirmaram não conhecer a área, apesar de prestarem serviços a essa comunidade, e em geral todos acharam a linguagem e as questões muito difíceis de entender. No caso das questões serem complicadas, os questionários foram adaptados para facilitar o preenchimento.

Alem de todos esses problemas ligados à aplicação dos questionários Delfos, um outro fator que influenciou muito da falta de participação das pessoas na metodologia Delfos, foi o medo de expor suas opiniões publicamente. Assim, percebeu-se que muitas pessoas se negaram a responder o questionário por questões políticas municipais.

Outra questão relevante é que as pessoas têm dificuldade de visualizar o limite físico de uma bacia, proposto no trabalho. Quando se apresentava para os questionados o nome das propriedades da bacia e dos proprietários a visualização ficava mais fácil. Assim, pode-se perceber que os limites político-administrativos são muito mais visíveis para a comunidade.

Frente a todas as informações já coletadas na oficina de Construção do Plano e com os questionários Delfos foi elaborado, o plano preliminar, conforme as informações e as intenções dos participantes, que foi novamente colocado a apreciação da população da bacia na oficina de Consolidação.

Ainda na etapa de Construção do Plano, houve o momento de organização e estruturação do Plano Preliminar. Esse momento consiste em organizar as informações coletadas e construir um plano bem estruturado e com as idéias apresentadas nas oficinas e nos Delfos de forma organizada. Apesar do baixo nível de participação no processo de planejamento da bacia, a construção do Plano

Preliminar foi realizada com facilidade, pois a metodologia permite captar as informações necessárias para a estruturação de um plano. O Plano Participativo Integrado da Bacia do Córrego Fundo, já aprovado na Oficina de Consolidação e será apresentado no capítulo 05.

Os participantes dos questionários Delfos receberam a devolutiva dos Delfos em novembro de 2006. A devolutiva serve para que os participantes tenham uma visão geral dos problemas e potencialidades da bacia, na devolutiva, já foi encaminhado o Plano preliminar para a apreciação dos participantes, que também foram convidados para a Oficina de Consolidação. É muito importante que os participantes do planejamento participem de todo o processo, e não somente do processo de consulta, já que a metodologia visa envolver os participantes até mesmo no momento de gestão.

A Oficina de Consolidação foi realizada no mês de dezembro de 2006 e consiste na discussão, ajustes e aprovação do Plano Turístico Participativo Integrado da Bacia do Córrego Fundo. Nessa etapa, optou-se pela realização de visitas às propriedades para a apreciação dos moradores e proprietários do Plano Preliminar. Já que nas Oficinas de Apresentação e Construção do Plano não houve uma participação efetiva por parte da comunidade, buscou-se essa alternativa para garantir o envolvimento de todos nessa etapa.

Vale ressaltar, que a Oficina de Consolidação é muito importante, pois é nesse momento que os participantes do planejamento assumem compromisso com os projetos e iniciam a etapa de Gestão Participativa. Da forma com que foi realizada essa oficina na bacia, os participantes não tiveram a possibilidade de se integrar no momento de construção e assim, o processo de Gestão Participativa será muito mais complicado.

Desta forma, todos os procedimentos metodológicos utilizados na Bacia do Córrego Fundo para a elaboração do planejamento turístico participativo integrado propiciam condições de Gestão Participativa, elencando as responsabilidades e cumplicidades dos atores que residem ou atuam na bacia, vendo seu desenvolvimento mais harmônico e sustentável.

4 – SISTEMA BACIA DO CÓRREGO FUNDO, AQUIDAUANA-MS

Este capítulo visa entender a totalidade do sistema bacia do Córrego Fundo, a partir das relações de causa e efeito que desencadeiam transformações no sistema, e que fundamentam-se nos 5 princípios de análise: localização, extensão, evolução, correlação e causalidade.

Vale ainda ressaltar, que este capítulo é uma síntese das principais informações sobre a Bacia do Córrego Fundo e que o presente trabalho visa testar a metodologia de planejamento turístico participativo integrado numa visão sistêmica.

Partindo do pressuposto de que o entendimento da totalidade só é possível a partir do entendimento das partes e das suas interações e pensando no planejamento turístico participativo integrado é fundamental entender a complexa interação entre os subsistemas e seus elementos e também considerar as entradas e saídas de energia do sistema.

Quando se pensa em planejamento turístico integrado numa abordagem sistêmica, é válido ressaltar que, o objeto de planejamento deve ser entendido numa visão integradora das partes, nessa perspectiva, para se planejar a integração das partes com um determinado objetivo, que no caso é o desenvolvimento da bacia, é necessário entender como elas se integram nesse sistema.

Para tanto, é importante entender a dinâmica de cada subsistema e quando se estabelece a relação entre os subsistemas, pode-se perceber que a totalidade só pode ser entendida a partir das relações os subsistemas, já que um subsistema esta interagindo com outro. Assim, o subsistema produtivo vai ser influenciado pelo social, que por sua vez também é influenciado pelo produtivo; por exemplo, o que é cultivado, os principais produtos, as formas de manejo do solo, dependem intimamente das características da população, sua cultura, sua escolaridade, sua ocupação funcional, sua renda, etc, por sua vez, essas mesmas características sociais também possuem uma ligação com o subsistema produtivo, pois a partir do tipo de produção, se necessita de uma determinada mão-de-obra, de uma determinada quantidade de pessoas, a rotina da população local pode ser alterada, etc.

Desta forma, percebe-se que para o entendimento da totalidade do sistema “Bacia do Córrego Fundo”, é necessário entender a interação entre os elementos ou

partes do sistema. Essa interação vai proporcionar o entendimento da dinâmica do sistema e seu planejamento turístico.

A bacia localiza-se totalmente na área rural do município de Aquidauana e abrange área de 4.609 ha, distanciando-se da área urbana do município apenas 13 km a leste.

A área total da bacia do Córrego Fundo abrange 14 propriedades, conforme apresenta as tabelas 01 e 02.

As propriedades têm suas delimitações por questões político-administrativas de posse da terra e a delimitação das bacias hidrográficas considera as características naturais da área. Assim, parte da área de algumas das propriedades está fora dos limites da bacia, visto que nem sempre os limites político-administrativos são compatíveis com os naturais.

Tabela 01 – Área das propriedades que tem sede na bacia

Propriedades	Área Total/ ha
São Bento	1000
Fazenda Ana Lú	1060
Fazenda Santa Maria	637,86
Fazenda São Luis	43,54
Sítio Jacurí	13,65
Fazenda UEMS	806
Fazenda Aniz	20,74
Fazenda Uberaba	36,63
Sítio São Cristóvão	22
Sítio do Pastor	15
Sítio Pontinha do Cocho	22
Sítio Princesinha	14
Chácara Alegria	1,5
Chácara Tavares	2,5

Tabela 02 – Área total das propriedades

Propriedades	Área Total/ ha
São Bento	1000
Fazenda Ana Lú	1060
Fazenda Santa Maria	1300
Fazenda São Luis	100
Sítio Jacurí	40
Fazenda UEMS	806
Fazenda Aniz	60
Fazenda Uberaba	122
Sítio São Cristóvão	22
Sítio do Pastor	15
Sítio Pontinha do Cocho	22
Sítio Princesinha	14
Chácara Alegria	1,5
Chácara Tavares	2,5

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, para a aplicação da metodologia utilizada no presente trabalho, utilizou-se o modelo de planejamento turístico participativo integrado. Neste contexto, para o entendimento da totalidade do sistema “Bacia do Córrego Fundo” é fundamental a análise dos subsistemas natural, construído, social e produtivo. Agrupados em meio biofísico (subsistema natural mais construído) e meio sócio-organizacional (subsistema social mais produtivo).

4.1 – Dinâmica do Meio Biofísico do Sistema Bacia do Córrego Fundo.

O meio biofísico compreende o subsistema natural e o subsistema construído, portanto, é o conjunto de elementos que estruturam a dinâmica do espaço físico, em que as relações humanas se desenrolam. Assim, é necessário analisar o meio biofísico para o planejamento turístico, pois o turismo é uma atividade que utiliza os elementos desse meio, tanto para a atração de turistas de acordo com sua potencialidade (subsistema natural), quanto para propiciar condições mínimas de visitação turística (subsistema construído). Por outro lado, a análise desse meio é fundamental para planejar o uso e ocupação desse ambiente, no sentido de buscar o equilíbrio para o sistema, já que tanto o subsistema natural, quanto o subsistema construído, podem influenciar o turismo na localidade e dependendo a forma de implantação da atividade turística esse meio pode ser impactado.

Vale ressaltar que, o subsistema natural esta em constante interação com subsistema construído, e vice-versa, pois entre outras coisas, as construções são influenciadas pelas condições do subsistema natural, assim como o subsistema construído altera a dinâmica do subsistema natural.

Neste contexto, para entender o meio biofísico na perspectiva do planejamento turístico foram analisados e relacionados com a dinâmica da atividade turística, os dados coletados no trabalho de campo, nas oficinas e na aplicação dos questionários Delfos, na busca do entendimento das relações existentes entre os elementos dos subsistemas que influenciam no desenvolvimento da atividade turística.

4.1.1 – Subsistema Natural

É necessário entender o subsistema natural da bacia do córrego Fundo para o planejamento turístico, pois todas as ações humanas se desenrolam nessa paisagem. Assim, torna-se fundamental entender as relações existentes nesse subsistema e a forma com que este interage com os outros subsistemas e com elementos externos, para que se possa diagnosticar a potencialidade da área para o turismo, a dinâmica ambiental e os impactos que as atividades desenvolvidas nesse ecossistema podem ocasionar. Com esse conhecimento do subsistema natural é

possível propor usos desse ambiente que sejam mais adequados a suas características e a sua fragilidade.

Conforme afirma Marcondes (2002):

“não se pode negar o fato que o homem depende dos recursos naturais para satisfazer as suas necessidades de sobrevivência, torna-se necessário, a identificação de um melhor e mais adequado sistema de uso destes, que venha garantir uma boa produção em harmonia com a natureza, preservando os recursos naturais, tornando-se evidente que qualquer interferência na natureza, necessita de estudos que levam ao diagnóstico”.

Assim, o diagnóstico do subsistema natural é fundamental para entender o cenário em que todos os outros subsistemas estão inseridos.

O subsistema natural da bacia do córrego Fundo é composto pelos seguintes elementos: clima, geologia, hidrografia, geomorfologia, solos, vegetação e fauna.

Todos esses elementos integrados compõem a paisagem natural da bacia do córrego Fundo e por conseguinte são o cenário de diversas atividades desenvolvidas pelo homem no momento da produção, construção, vida social, etc. em que este se integra a esses elementos.

A interação entre esses elementos pode produzir um ambiente propício para o desenvolvimento de atividades turísticas específicas, como por exemplo, o clima, de acordo com as características da precipitação e da temperatura média da localidade, algumas atividades turísticas não serão possíveis de serem desenvolvidas. Da mesma forma que, se as formas do relevo proporcionam uma paisagem com um grau de declividade mais acentuado, a geomorfologia deve ser entendida, e essa característica pode proporcionar um potencial para o desenvolvimento de esportes radicais, ou até mesmo, se essa característica da geomorfologia for relacionada com a hidrografia, a localidade pode dispor de quedas d'água, que podem ser utilizadas para esportes aquáticos, sem contar com a paisagem que essas interações vão construir.

A bacia do córrego fundo apresenta riquíssimo sistema natural.

4.1.1.1 – Hidrografia

Quando se tem como objeto de estudo uma bacia hidrográfica o entendimento da hidrografia é o princípio na análise do sistema, já que a dinâmica do sistema

pode ser analisada a partir das características de sua rede de drenagem fluvial. E considerando que o escoamento superficial e subterrâneo interage com todos os elementos que compõem o sistema, ele reflete, portanto a sua qualidade ambiental, mensurado a partir da análise da qualidade de suas águas. Assim, é possível entender como se encontra o equilíbrio dinâmico desse sistema e promover a partir dessa análise, formas eficientes de organizar esse espaço, otimizando o uso dos recursos, minimizando os impactos negativos e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes.

Para o turismo a hidrografia é muito importante, visto que diversas atividades turísticas podem ser desenvolvidas a partir dos recursos hídricos disponíveis. Além da água de boa qualidade ser fundamental para o abastecimento humano e produtivo. Assim, é importante conhecer a hidrografia do sistema em que se está planejando.

“O Córrego Fundo nasce na front Arenítica da Serra de Maracaju e corre em sentido NE/SE, até a confluência com seu principal, tem como afluente pela margem esquerda, o Córrego Ana Lu, que tem sentido predominante de NNE/SSE. Após a confluência com o Ana Lu o Córrego Fundo, verte em direção N/S até a foz com o rio Aquidauana, perfazendo, em todo o seu percurso, uma extensão linear de 10Km” (CARVALHO, 2004).

A hidrografia da Bacia do Córrego Fundo é composta pelo canal principal, e seu principal afluente, pela margem direita, é o Córrego Ana Lu, que são perenes e afluentes secundários, que são intermitentes e efêmeros.

Os canais intermitentes não têm fluxo de água o ano todo e sim sazonal, e os efêmeros apenas durante e logo após as chuvas. Por essa característica temporária de fluxo de água, os canais intermitentes e efêmeros, erroneamente não são considerados no planejamento de uso e ocupação do solo. Assim, diversos problemas podem ser desencadeados por esse motivo.

O Córrego Fundo deságua no rio Aquidauana, rio este que abastece a cidade que tem o mesmo nome. A captação de água para o abastecimento da cidade fica a 12 quilômetros da foz do Córrego Fundo. Assim, a qualidade da água do córrego vai influenciar diretamente o abastecimento de água da cidade de Aquidauana. Pode-se perceber então que o sistema Bacia do Córrego Fundo troca energia com o sistema maior onde está inserido, sendo que o resultado de diversos processos internos do

sistema Bacia do Córrego Fundo vai gerar resultados que provocarão outros processos externos.

A qualidade da água do Córrego Fundo também influencia o abastecimento interno domiciliar e produtivo da bacia. Apesar da maioria das propriedades terem seu abastecimento de água por poços algumas propriedades se utilizam da água do Córrego Fundo.

A qualidade da água é resultado do uso e ocupação do solo.

“A expressão qualidade da água, refere-se a um padrão tão próximo do natural, isto é, da água tal como se encontra nos rios e nascentes, antes do contacto com o homem. Sendo que a água é formada de muitos elementos e compostos provenientes do ar, solos e das rochas as quais constituem seu trajeto ou onde é armazenada e principalmente do contacto com as atividades humanas” (BRANCO, 1991).

Os cursos não perenes podem ser utilizados como atrativos, uma vez que os cursos fluviais exercem grande fascínio para o homem, podendo ser formatado produtos turísticos que utilizem esse recursos na época das águas, especialmente no verão, na época das férias escolares.

4.1.1.2 – Clima

Na busca pelo entendimento do sistema, é fundamental a análise das influências das estações do ano na dinâmica do sistema, pois ela regula a intensidade de energia que imposta sobre o sistema e seus elementos influenciam no seu funcionamento e equilíbrio ambiental.

Para Rossi (1975) apud Carvalho (2004) “o clima do Município de Aquidauana possui duas estações bem definidas, uma seca e outra, chuvosa”. Essas estações interferem na dinâmica do sistema e o turismo vai ser influenciado por isso.

Desta forma, Pinto (1998) afirma que o “período mais chuvoso permanece por seis meses (outubro a março), concentrando 30% da precipitação total nos meses de dezembro e janeiro”. Vale ressaltar que, os períodos de muita chuva podem não ser propícios para algumas atividades turísticas.

Sant’anna Neto (1993) salienta que:

“mesmo os períodos mais secos não chegam a provocar grandes estiagens e a carência hídrica é menor que em outras regiões de

características pluviométricas semelhantes, pois os rios que drenam a área nascem no Planalto de Maracaju, demoram cerca de um a dois meses para provocarem cheias no Pantanal de Aquidauana/Miranda, contribuindo assim com expressiva umidade da área, mesmo na estação seca”.

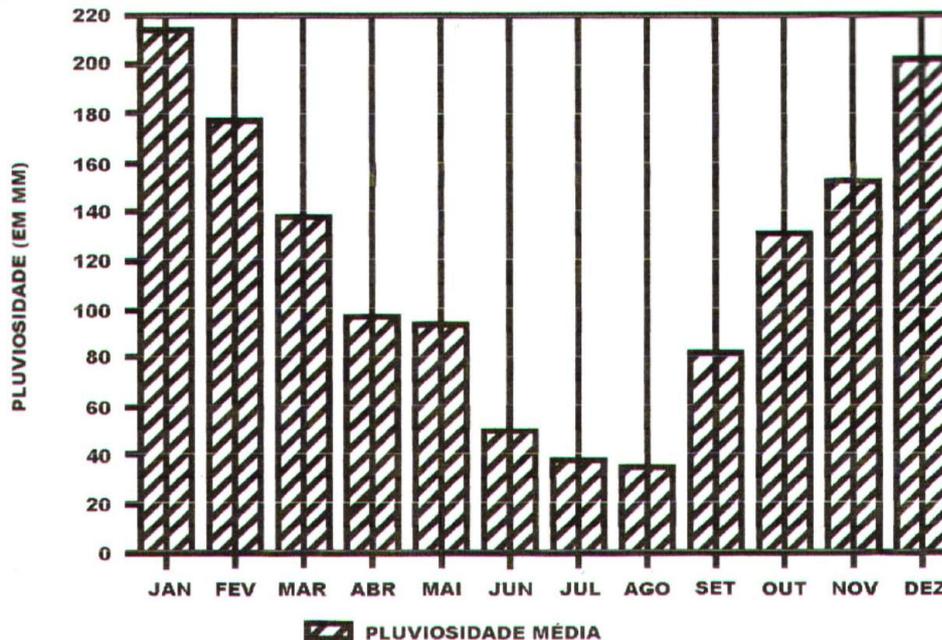


Figura 06 – Pluviosidade Média do Município de Aquidauana-MS, período de 1931 a 1990. **Fonte:** PINTO (1998).

Segundo a classificação de Köppen o clima de Aquidauana pertence ao tipo climático AW, que caracteriza clima tropical úmido. A precipitação média anual da região fica em torno de 1350 mm (SANT’ANNA NETO, 1993).

“A média térmica da região é alta, ficando em torno de 25°C, enquanto a média mensal do mês mais quente (janeiro) alcança 27,5°C e a do mês mais frio (junho) chega a 22,5°C. Entretanto, são comuns na região temperaturas superiores a 40°C nos meses de verão e, nos meses de inverno, temperaturas mínimas de menos de 5°C” (PINTO, 1998).

Com essas características climáticas a bacia do Córrego Fundo tem, na maior parte do ano, dias de sol e temperaturas propícias para diversas atividades turísticas.

4.1.1.3 – Geologia e Solos

De acordo com RADAM BRASIL (1982) “ocorrem na bacia diversos tipos de solos. Nas escarpas da Serra de Maracaju têm-se o domínio dos solos Litólicos

Eutróficos, originados do basalto, e os Solos Litólicos Álicos e Distróficos na Serra de Aquidauana, proveniente das litologias das Formações Aquidauana, Furnas e do Grupo Cuiabá. Há também a ocorrência, entre outras, de Latossolo Vermelho-Escuro Álico, originados das litologias das Formações Aquidauana e Botucatu, representadas predominantemente por arenitos”.

“Os Solos Litólicos Álicos, Distróficos e Eutróficos são solos rasos, poucos desenvolvidos. Apresentam grande variação quanto ao mineral originário e propriedades, encontrando-se solos desde eutróficos a álicos, com textura arenosa a argilosa, sem cascalho a muito cascalhentos, variando o relevo de suave ondulado a escarpado” (CARVALHO, 2004).

Carvalho (2004) ainda afirma que “essa classe de solos são desaconselháveis para utilização agrícola, pois em sua maioria são desfavoráveis ao manejo quer pelo relevo onde ocorre, quer pela pouca profundidade e presença excessiva de cascalhos”.

“Os solos da classe Latossolo Vermelho-Escuro Álico compreendem solos minerais, não hidromórficos identificados pela presença de latossólico. São solos muito profundo, acentuadamente ou fortemente drenados, muito porosos e permeáveis, com avançado estágio de intemperização e processo intensivo de lixiviação (distrófico) e elevados teores de alumínio trocáveis (álico) requerem respectivamente adubação e calagem para suprir a deficiência mineral e para anular o efeito nocivo causado pela presença do alumínio” (CARVALHO, 2004).

As características do solo são fundamentais para entender a dinâmica da bacia, já que diversos processos são desencadeados por efeito de um mau uso do solo.

“Quanto a geologia, a bacia do córrego Fundo encontra-se geologicamente disposta da escarpa da cuesta Arenítica Basáltica da borda ocidental da Bacia do Paraná (Serra de Maracaju), Campo Grande, mais especificamente da Serra de Santa Bárbara, na depressão do rio Aquidauana, recoberta por terrenos da Formação Aquidauana” (PINTO, 1998).

As características geológicas da bacia propiciam uma valorização da paisagem, além de incluir outros atributos turísticos potenciais como sítio arqueológico, com pinturas rupestres, com feições geológicas mostrando a paleosedimentação dunar, com linhas de diaclase e com falhas, e áreas propícias para esportes radicais como escaladas, vôos de asa delta, entre outros.



Figura 07 – Paisagem da Front da Cuesta Arenítica da Serra de Santa Bárbara/Maracaju na Fazenda UEMS

Fonte: SILVA (junho, 2004).

4.1.1.4 – Gemorfologia

Quanto a geomorfologia da bacia, pode-se dizer que:

“Morfológicamente, o Planalto de Maracajú-Campo Grande, constitui uma extensa superfície suavemente dissecada, onde predominam formas tabulares, com topo aplanado, com diferentes ordens de grandeza de aprofundamento de drenagem, separados por vales de fundos planos, intercalados por superfície erosiva tabular, com relevo residual de topo aplanado, provavelmente testemunho de superfície aplanada, e, geralmente limitado por escarpas marcantes” (ALVARENGA et al., 1982).

Segundo Pinto (1998):

A bacia do Córrego Fundo assenta-se sobre arenitos tenros e friáveis da Formação Aquidauana de idade Carbonífera, composto por sedimentos detríticos, essencialmente arenosos e de natureza feldspáticas, de coloração variada, predominando o Vermelho Arroxeadado e Vermelho – Crne. Esta Formação se assenta sobre a Formação Furnas, de idade Devoniana inferior e está sobre a do Grupo Cuiabá do Pré-Cambriano Superior.

Esse arcabouço deu origem a três patamares morfo-estruturais, o primeiro com altimetria entre 550 a 300m que abrange as cabeceiras do córrego até ser cortado pela rodovia MS 450, caracteriza-se por forte escarpamento e dissecação com grande potencial energético erosivo, em Litosólos e Podzolos Vermelho-Amarelo com declividade acima de 20%, que vem sofrendo forte desmatamento da Savana

Brasiliense e da Floresta Tropical semidecidual, que predominam na área. O segundo patamar, com cotas entre 300 a 200 metros, constitui o primeiro nível da Depressão Miranda/Aquidauana, menos dissecada em Podzolos Vermelho-amarelo, com declividade de 10% a 20% fortemente ocupado com pecuária (PINTO, 1998).

O terceiro patamar, 200 até 140 metros possui o relevo mais suave da bacia, cortado pela rodovia AQN-O3 e pela estrada de Ferro Novoeste S.A., próximo de sua foz no Rio Aquidauana (PINTO, 1998).

As características desses três patamares refletem na forma de escoamento da água na bacia e possibilitam diferenciações na paisagem da mesma.

Quanto a declividade da bacia do Córrego Fundo, o quadro abaixo apresenta as áreas da bacia e sua classificação de acordo com uma adaptação das classes de declividade de Lepsch (1991).

Tabela 03 – Classificação da Declividade da Bacia do Córrego Fundo

Classes	Declividade	Classificação	Área na bacia	Facilidades na Ocupação Rural	%
A	0 a 3%	Muito Suave	566,84	Muito Boa	12,30
B	3 a 6%	Suave	1596,32	Muito Boa	34,64
C	6 a 12%	Suave Ondulada	1030,83	Favorável	22,36
D	12 a 18%	Ondulada	309,59	Com Restrições	6,71
E	18 a 30%	Muito Ondulada	473,07	Com Restrições	10,31
F	Superior 30%	Forte Ondulada	632,35	Desfavorável	13,68

Organizado: CARVALHO (2004), segundo adaptações da classificação de LEPSCH (1991).

Vale ressaltar que os terrenos considerados como muito suave encontram-se no baixo e médio curso da bacia, ocupando uma área de 566,84 ha, o que representa 12,30% da área total da bacia. A classe A, que compreende áreas com declives muito suaves, não exigem práticas conservacionistas complexas, sendo estas, propícias para a exploração agropecuária, e não proporcionam grandes limitações de uso desse solo.

A classe de declividade predominante na bacia é de 3 a 6%, correspondendo a terrenos suaves, ocupando área de 1596,32 ha, que equivale a 34,64% da área total da bacia, localizada em toda a extensão da bacia desde o alto até o baixo curso. Não apresentando limitação para o uso solo se utilizadas algumas técnicas conservacionistas.

Os terrenos classificados como favoráveis, correspondem às classes de declividade entre 6 e 12% e ocupam uma área de 1030,83 ha, o equivalente a

22,36% da área da bacia, dispersos por toda a bacia. Representa terrenos com ondulações suaves, favoráveis a ocupação e ao cultivo, com utilização de técnicas mais complexas de conservação.

O relevo ondulado, representado pelas classes entre 12 e 18%, situa-se no médio e alto curso, ocupando área de 309,59 há. As ocupações desses terrenos devem ser feitas com restrições, evitando-se os cultivos de ciclo rápido e o cultivo sem curvas de nível

No médio e alto curso da bacia, têm-se as áreas mais inclinadas, com declives entre 18 a 30%, marcadas por fortemente onduladas. Ocupam uma área de 473,07 ha, representando 10,31% da área total da bacia.

As áreas da bacia desfavoráveis à ocupação são aquelas com declives superiores a 30%, constituídas por áreas íngremes, de regiões montanhosas ou escarpadas. Constituem-se em terras impróprias para qualquer tipo de cultivo. Prestam-se apenas para preservação, proteção e abrigo de fauna e flora silvestre. Esta classe ocupa na bacia área de 632,35 há. Nesse tipo de relevo existe uma maior potencialidade turística que nas classes anteriores, pois as ondulações do relevo proporcionam uma valorização na paisagem. Vale ressaltar, que o Código Florestal considera as áreas com declividade acima de 45% como áreas de preservação permanente.

4.1.1.5 – Vegetação

Para melhor compreensão da dinâmica da evolução do uso e ocupação do solo da bacia, a carta de 2006 foi comparada com a carta de uso e ocupação do solo de 1966, informação mais antiga sobre a bacia (Tabela 04).

Tabela 04 – Uso e Ocupação do solo da Bacia do Córrego Fundo, em 1966 e 2004.

Classe de uso	1966		2004	
	ha	%	ha	%
Cerrado	1310	28,42	353	7,65
Floresta Estacional	2569	55,74	1224	26,55
Mata Ciliar	-	-	650	14,10
Pastagem Cultivada	730	15,84	2382	51,70
Total	4609	100	4609	100

Fonte: CARVALHO (2006).

A vegetação primitiva da bacia do Córrego Fundo é o Cerrado e a Floresta Estacional, caracterizada por espécie de extrema beleza, em especial da floresta Estacional Semidecidual, adaptada ao ambiente rochoso com espécies típicas de bromélias e epífitas, com enclave de caatinga, onde despontam-se cactáceas com flores de rara exuberância .

No alto curso da bacia, percebe-se ausência da mata ciliar em diversos trechos do córrego. Vale ressaltar, que no alto curso é justamente a área das nascentes.

A área de pastagem cultivada aumentou consideravelmente nos últimos anos, devido à atividade pecuária, sendo que para isso foi necessário o desmatamento de áreas que anteriormente eram de vegetação primitiva. A braquearia refere-se a 100% das pastagens cultivadas da bacia, mas em grande parte das propriedades nota-se a presença de pomares, hortas e outras plantações como arroz, milho, mandioca, feijão, etc..

Para melhor visualização da vegetação da bacia do Córrego Fundo, segue abaixo a Carta de Vegetação Primitiva.

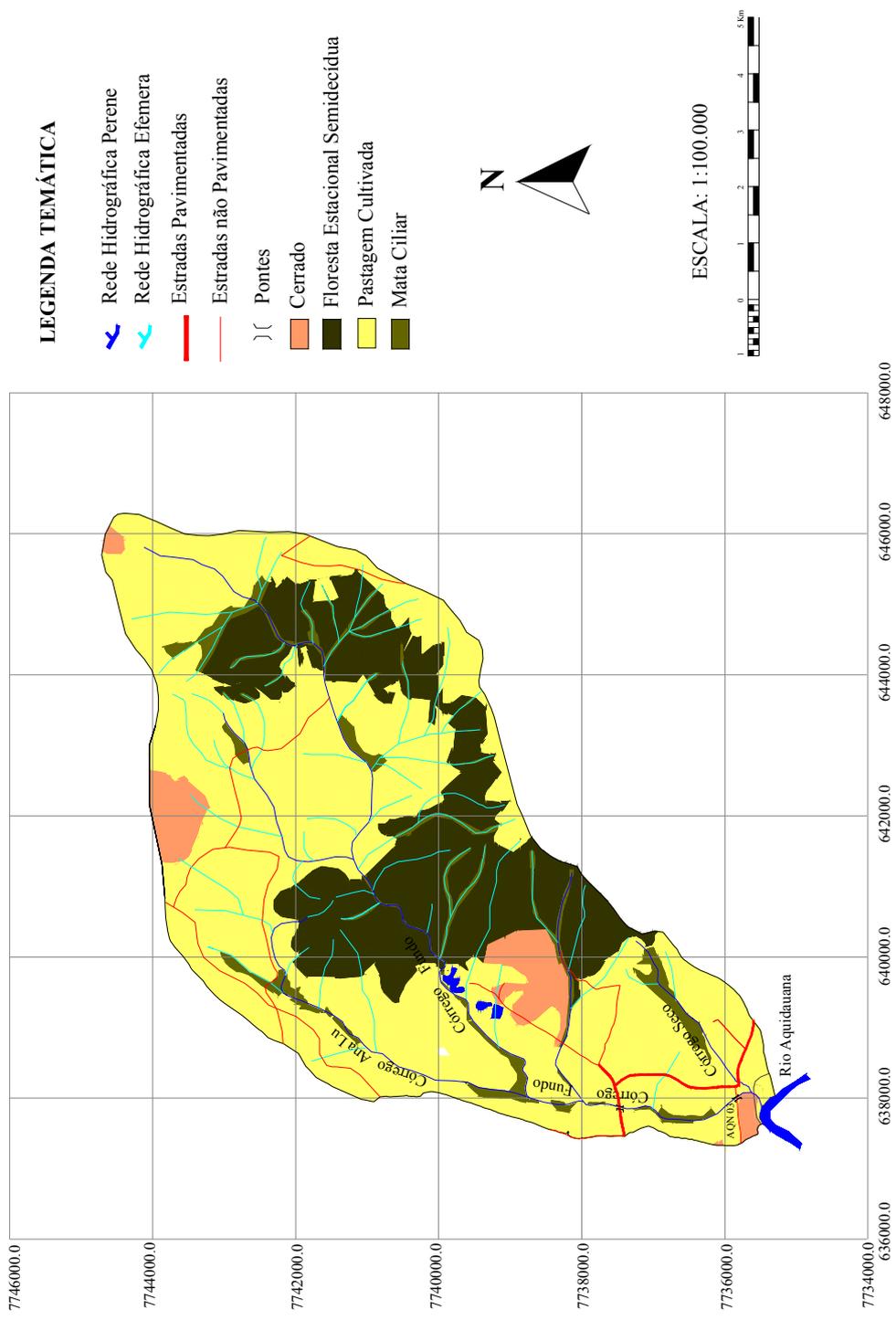


Figura 08 - Carta de Vegetação Primitiva da bacia do Córrego Fundo

4.1.1.6 – Fauna

Segundo Tombini (2002) apud Silva (2003) as principais espécies de mamíferos e répteis encontradas na bacia são:

- Mamíferos: Macaco Prego, Cateto, Bugio, Anta, Lobinho, Onça Pintada, Onça Parda, Tamanduá Bandeira, Capivara, Rato-Pardo, Morcego Vampiro e Morcego;
- Répteis: Cascavel, Jibóia, Jararaca, Boca De Sapo, Urutu Cruzeiro, Rabo-Preto, Papa Vento, Papa Vento Vermelho, Tiú e Calango;

Segundo Prezzi e Fernandes (2002) apud Silva (2003) as principais espécies de aves encontradas na bacia são:

- Perdiz, Codorna, Biguá, Socoli, Garça-Branca, Garcinha-Branca, Curicaca, Coro-Coró, Irerê, Urubu, Gavião-Caçador, Quiriquiri, Frango-D'água-Carijo, Frango-D'água-Azul, Frango-D'água, Galinha D'água, Quero-Quero, Pomba-Amargosa, Pomba-Asa-Branca, Rolinha, Rolinha-Fogo-Apagou, Juriti, Ararauna, Arara-Vermelha, Arara-Carindé, Maracanã, Periquito-De-Asa-Amarela, Periquito-Rei, Tuim, Anu-Preto, Anu-Branco, Chincoã, Coruja-Buraqueira, Caburé, Curiango, Andorinhão-de-Coleira-Branca, Martim-Pescador-Matraca, Udu, Tucano-Toco, Tucano-de-Bico-Preto, Tucano-de-Bico-Verde, Pica-Pau-Verde-Barrado, Pica-Pau-Branco, Pica-Pau-do-Campo, João-de-Barro, Choca-Barrada, Bem-Te-Vi, Andorinha-Grande, Andorinha-do-Campo, Andorinha-do-Rio, Andorinha-do-Barranco, Gralha-de-Topete, Gralha-de-Crista-Negra, Cumura Ou Cambaxirra, Japacamim, Sabiá-Pardo, Sabiá-Verdadeiro, Sabiá-Laranjeira, Chopim, Pássaro-Preto, Chapéu-de-Couro, Guaxe, Chopim-Do-Brejo, Pardal, Saíra-Amarela, Vi-Vi, Sanhaço, Pipira-de-Papo-Vermelho, Batuqueiro, Trinca-Ferro, Tico-Tico, Galo-da-Campina, Tico-Tico-Rei, Curió, Azulão, Bicudo, Coleirinha-do-Brejo, Chorão, Coleirinha, Bigodinho, Tiziu e Canário-da-Terra.

O levantamento da fauna, caracterizada como um elemento do subsistema natural, é importante quando se busca a análise de um sistema e seu planejamento, já que o equilíbrio do sistema depende da forma de interação dos diversos elementos ou partes desse sistema. Vale ressaltar, que as espécies de animais encontrados numa localidade está intimamente ligada as características naturais do ecossistema em que se encontra e quando há desequilíbrio no sistema diversas espécies são prejudicadas, pois esse é o habitat natural desses animais.

Para o planejamento turístico, as informações referentes a fauna são de extrema importância, pois que este é um dos recursos naturais que pode motivar a demanda turística. Em algumas localidades a fauna é o principal fator de motivação dos turistas, como nas atividades de focagem, observação de aves, etc, já em

outras, a fauna corresponde a um recurso que agrega valor ao produto turístico que é composto por outros recursos de interesse dos turistas.

A fauna da bacia do Córrego Fundo apresenta variedade de espécies de aves e algumas espécies de mamíferos e répteis. Essas espécies já se constituem recursos utilizados nas atividades turísticas realizadas na bacia.

O turismo tem uma relação muito intensa com o subsistema natural, já que diversos tipos de turismo têm como motivação dos turistas a busca pelo diferente (exótico) e o turismo de natureza, de aventura, ou o ecoturismo, tem tido um crescimento considerável das últimas décadas. Assim, os recursos naturais se constituem como recursos potenciais ou não para a atividade turística. Da mesma forma que, a atividade turística desenvolvida numa localidade pode proporcionar impactos no subsistema natural. Esses impactos serão maiores ou menores de acordo com a forma de usos desses recursos, e esse uso só poderá ser planejado se houver o conhecimento da dinâmica desse subsistema.

Assim, o subsistema natural da bacia do Córrego Fundo possui grande potencial para a atividade turística e apresenta muitas áreas de fragilidade ambiental que devem ser utilizadas de forma planejada e respeitando a legislação ambiental.

4.1.2 – Subsistema Construído

O subsistema construído é a interação entre todas as construções da bacia. Os principais elementos, deste subsistema, encontrados na bacia do Córrego Fundo são: infra-estrutura sanitária, infra-estrutura domiciliar, infra-estrutura de acesso, infra-estrutura de comunicação e infra-estrutura de produção. Sendo que as construções ligadas ao turismo estão inseridas na infra-estrutura de produção.

É importante entender que toda construção é resultante da ação humana. O homem transforma e constrói a paisagem de acordo com suas necessidades e interesses, a partir das relações sociais de produção, das necessidades domiciliares, das necessidades de acesso, de comunicação, de saúde, etc. Essas construções muitas vezes alteraram a dinâmica do subsistema natural e refletem nas relações sociais. Desta forma, é fundamental analisar o subsistema construído para entender a dinâmica da bacia do córrego Fundo, buscando o entendimento da infra-estrutura existente e as relações estabelecidas a partir dessas construções.

Qualquer atividade humana transforma o ambiente onde esta inserida. A atividade turística necessita de infra-estrutura básica, complementar e turística para acontecer. Assim, é importante analisar a infra-estrutura existente na bacia para o planejamento turístico.

Como a pecuária é a principal atividade desenvolvida na bacia, grande parte das construções da bacia atendem a essa atividade e em muitos casos essas construções podem ser utilizadas para o turismo rural, já que a demanda desse tipo de turismo é motivada pela vivência do campo e de suas atividades cotidianas.

Vale ressaltar, que na busca pelo planejamento turístico que visa a sustentabilidade ambiental, é importante considerar que as construções devem ser planejadas e ser pensadas considerando os impactos que podem ocasionar. Assim, as localizações das construções devem ser analisadas, pois podem ocasionar diversos problemas ambientais. Um exemplo consiste na posição das fossas em relação aos poços de captação de água, hortas, pomares e ao córrego.

Para cada tipo de turismo ou atividade turística necessita-se de construções específicas, mas o simples fato de haver turistas na bacia, representa um aumento na quantidade de resíduos, assim como necessita –se de outras construções para dar condições para o lazer e descanso dos turistas.

Para entender o subsistema construído da Bacia do Córrego Fundo é importante analisar os diversos tipos de construções e de infra-estrutura.

A bacia do Córrego Fundo possui 14 propriedades, sendo que a própria delimitação das propriedades é parte do subsistema construído, pois existem cercas e porteiros e mata burros que separa uma propriedade de outra.

Vale ressaltar que, as maiores propriedades encontram-se no alto e médio curso da bacia. No baixo curso encontram-se as pequenas propriedades com áreas não superiores a 20 ha.

A delimitação das propriedades pode ser melhor visualizada na figura abaixo.

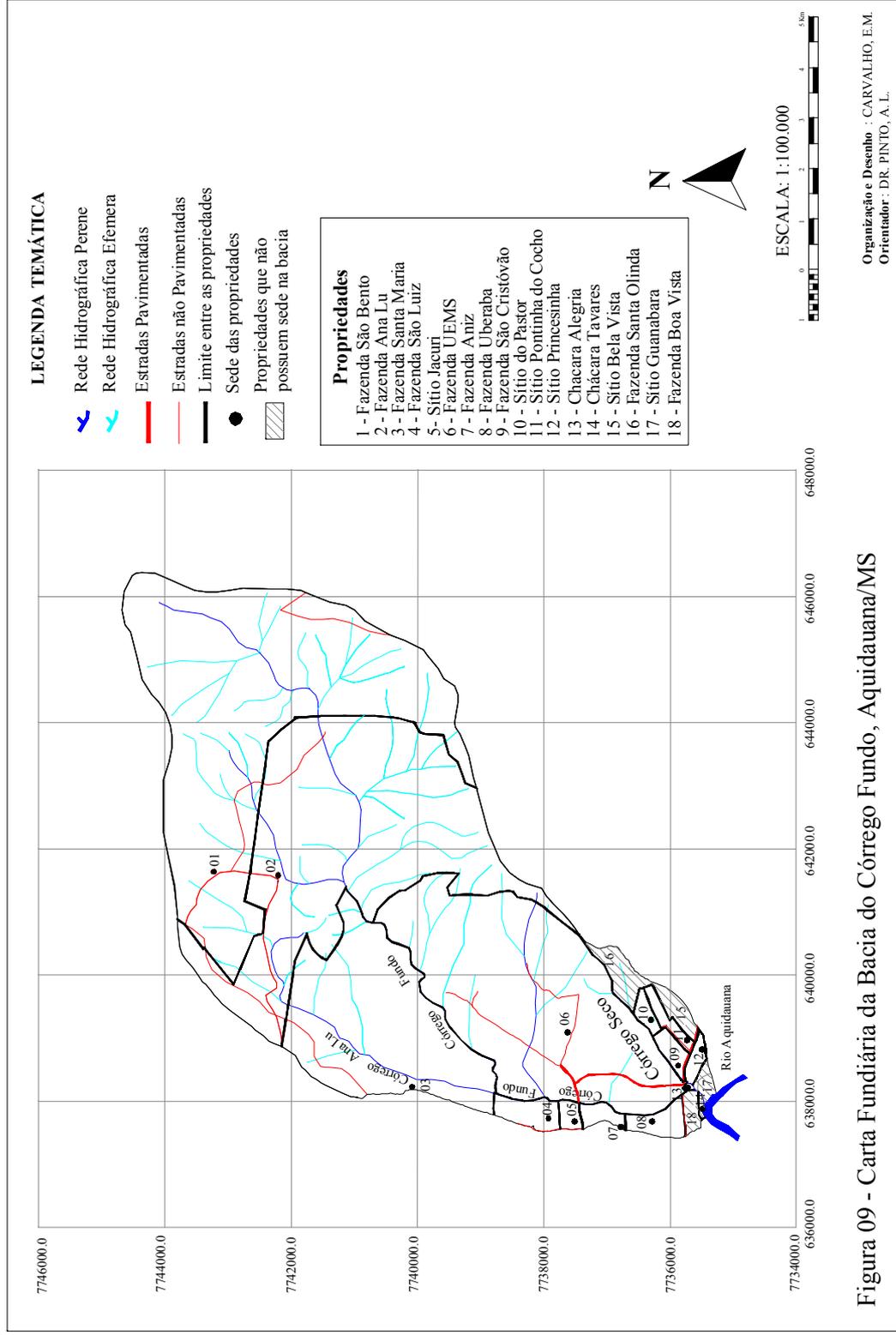


Figura 09 - Carta Fundiária da Bacia do Córrego Fundo, Aquidauana/MS

Na Figura 09, além da delimitação da área das propriedades é possível observar a localização da sede das propriedades e a rede rodoviária (infra-estrutura de acesso) da bacia.

Percebe-se então, que no baixo curso da bacia as sedes das propriedades estão muito próximas e a comunicação entre os proprietários é mais fácil.

4.1.2.1 – Infra-Estrutura de Acesso

A infra-estrutura de acesso da bacia do Córrego Fundo é composta pela MS-450, pela AQN-03 e por estradas vicinais.

A rodovia de acesso a bacia do Córrego Fundo é a MS-450, que liga a bacia a área urbana do município de Aquidauana e aos distritos de Camisão e Piraputanga. A MS-450 é pavimentada, e se encontra em bom estado de conservação, sendo o principal acesso às propriedades da bacia.e a única rodovia pavimentada dentro da bacia.

A AQN-03 é uma rodovia cascalhada que permite o acesso à Fazenda Uberaba, e que segundo os habitantes não recebe a manutenção devida. Nessa rodovia encontra-se uma ponte sob o Córrego Fundo, a qual também não recebe a manutenção adequada, e que geralmente após fortes chuvas, observa-se o aterro da ponte sendo carregado em direção ao Córrego Fundo.

As rodovias vicinais estão distribuídas ao longo de 06 propriedades, Fazenda Ana Lu, Fazenda Santa Maria, Fazenda São Luiz, Sítio do Pastor, Sítio Princesinha e Chácara Jacuri. Todas as rodovias vicinais não são cascalhadas e apenas algumas delas recebem manutenção por parte dos proprietários da bacia.

4.1.2.2 – Infra-Estrutura de Comunicação e Energia

A energia na bacia do Córrego Fundo é elétrica fornecida pela ENERSUL, tendo-se a opção de monofásico, bifásico e trifásico. O fornecimento de energia é regular e os serviços de reparos são rápidos e eficientes. Contudo, devido a descapitalização dos pequenos proprietários, muitos possuem severas restrições a essa infra-estrutura, pois necessitam adquirir transformadores para rebaixarem a tensão e outros equipamentos de alto valor econômico.

Os sistemas de comunicação empregados na bacia são: telefone celular, caixa postal no correio da cidade, correio entregue em endereço urbano e Internet. Somente a Fazenda Escola UEMS beneficia-se de telefone fixo, usufruindo também de outros meios de comunicação como fax, internet, etc. Tratando-se de Internet, a Fazenda Ana Lu e UEMS são as únicas a terem acesso a essa forma de comunicação.

A comunicação com a área urbana da cidade é fácil pela curta distância entre a bacia e a área urbana, e a comunicação entre os proprietário e funcionários das propriedades pode ser feita por meio de visitas.

4.1.2.3 – Infra-Estrutura Domiciliar

Para a sobrevivência das famílias residente na bacia é necessária a infraestrutura domiciliar, que são as construções residenciais. Essa infraestrutura é caracterizada pelo número de pessoas residentes, pelas características da localidade, pela renda dos residentes e/ou donos das propriedades, etc.

Dentre as 14 propriedades, existem 26 domicílios com numero médio de 03 pessoas por domicílio. Domicílios estes que em média possuem 04 cômodos, apenas nas grandes e médias propriedades os sanitários e as cozinhas encontram-se dentro das residências.

4.1.2.4 – Infra-Estrutura Sanitária

A infraestrutura sanitária é formada pelo abastecimento de água, fossas e depósito de lixo, que complementam a infraestrutura domiciliar e produtiva, por esta razão optou-se em separá-la.

No que se refere ao abastecimento de água, existem duas formas de abastecimento na bacia, a captação por poço e captação do córrego Fundo. Essas formas de abastecimento despertam uma séria preocupação com a questão da qualidade da água, já que essa água não passa por um tratamento simplificado antes de seu consumo. Vale ressaltar que, em análises de qualidade das águas do Córrego Fundo foi constatado que em alguns trechos a água não é recomendada ao consumo doméstico sem tratamento.

Tabela 05 – Formas de Abastecimento de Água da bacia do Córrego Fundo

PROPRIEDADE	POÇO		CÓRREGO		TOTAL	
	Nº Domicílios	%	Nº Domicílios	%	Nº Domicílios	%
Fazenda São Bento	-	-	1	3,7	1	3,7
Fazenda Ana Lu	-	-	1	3,7	1	3,7
Fazenda Santa Maria	1	3,7	-	-	1	3,7
Fazenda São Luis	-	-	1	3,7	1	3,7
Sítio Jacurí	2	7,4	-	-	2	7,4
Fazenda UEMS	11	40,7	-	-	11	40,7
Fazenda Aniz	2	7,4	-	-	2	7,4
Fazenda Uberaba	1	3,7	-	-	1	3,7
Sítio São Cristóvão	-	-	2	7,4	2	7,4
Sítio do Pastor	-	-	1	3,7	1	3,7
Sítio Pontinha do Cocho	-	-	1	3,7	1	3,7
Sítio Princesinha	1	3,7	-	-	1	3,7
Chácara Alegria	1	3,7	-	-	1	3,7
Chácara Tavares	1	3,7	-	-	1	3,7
Total	20	74,0	7	25,9	27	100

Na tabela acima o número referente a forma de abastecimento está relacionado com o número de domicílios que são abastecidos por essa forma de captação.

As Fazendas Ana Lu, São Luiz, São Bento, Sítio São Cristóvão, Sítio do Pastor, Sítio Pontinha do Cocho e a Fazenda UEMS são propriedades que utilizam-se da água do córrego Fundo para o abastecimento domiciliar e para o consumo dos animais. Na Fazenda Santa Maria, existe poço tubular para o abastecimento dos domicílios, e ainda, uma represa do córrego Santa Maria, que é afluente do rio Aquidauana. Nas demais propriedades da bacia, o abastecimento é feito através de poço tubular ou artesiano, utilizando-se também de açudes para o consumo dos animais.

Os resíduos sólidos, (lixo doméstico e produtivo) das propriedades da bacia, recebem diversas formas de destinos. Dentre as 14 propriedades, apenas duas delas, a Fazenda Ana Lu e o Sítio Princesinha, enterram seus resíduos. As propriedades, Fazenda São Luiz, Fazenda Uberaba, Sítio do Pastor, Sítio Pontinha do Cocho e Sítio São Jorge queimam seus resíduos sólidos. As propriedades, Fazenda Santa Maria, Fazenda Escola UEMS, Sítio São Cristóvão e Chácara Jacuri, praticam a queima do lixo e em seguida, o seu enterramento.

Os resíduos líquidos recebem dois tipos de destino, são ligados a fossas rudimentares ou sépticas. Dentre todas as propriedades, somente a Fazenda Escola

UEMS dispõe de fossas sépticas para liberar seus resíduos. As demais possuem apenas fossa rudimentar. Vale ressaltar que, com a implantação da atividade turística em propriedades que ainda não desenvolvem essa atividade, a quantidade de resíduos vai aumentar e essa questão deve ser planejada. Outra questão importante é que a Fazenda UEMS é a propriedade que tem maior concentração humana e por este motivo a quantidade de resíduo é maior que a de outras propriedades da bacia.

A destinação dos resíduos sólidos e líquidos é de extrema importância, pois a bacia localiza-se em área de declividade variando de fraca a forte, com terrenos de Formação Aquidauana, que atuam como esponja, também submetido a diversas linhas de falha – área de recarga do Aquífero Guarani, e o destino incorreto desses materiais pode influenciar diretamente nas características ambientais, tanto da água como do solo.

A localização e distância das fossas, currais e pocilgas em relação aos poços existentes na bacia é grande relevância, pois algumas propriedades utilizam a água de poços para abastecimento domiciliar. Neste contexto, apenas uma propriedade possui fossa à montante do poço, no entanto com mais de 15 metros de distância do mesmo. Quando uma fossa localiza-se a montante do poço a probabilidade de percolação e chegada até esse poço é maior do que uma fossa localizada a jusante.

4.1.2.5 – Infra-Estrutura Produtiva

A principal atividade econômica desenvolvida na bacia é a pecuária extensiva de corte, e em menor escala a suinocultura, piscicultura, agricultura de subsistência e turismo. Sendo que todas estas atividades necessitam de infra-estrutura específica para o seu desenvolvimento.

A localização, a forma e características de construção dessa infra-estrutura é de grande relevância, já que estas se não forem planejadas podem causar prejuízos aos proprietários e moradores. A proximidade das instalações de produção do córrego pode causar o acarreamento de resíduos para o Córrego e sua contaminação.

As características dessas instalações são de grande utilidade para o planejamento da atividade turística, pois os currais, pocilgas, pomares, etc, podem ser utilizados para o desenvolvimento de atividades de turismo rural.

Em relação aos currais e pocilgas, uma propriedade, o sítio Jacurí possui suas instalações pecuárias com menos de 15 metros à montante do poço. Sendo esta uma agravante para a qualidade das águas do mesmo.

Outras duas propriedades também possuem suas instalações produtivas à montante do poço, no entanto com uma distância superior a 15 metros.

A pastagem e a agricultura familiar da Bacia do Córrego Fundo fazem parte do subsistema construído, já que não fazem parte da vegetação primitiva. A pastagem vem ganhando cada vez mais espaço na Bacia.

4.1.2.5.1 – Infra-estrutura Turística

Quanto a infra-estrutura turística da bacia, dentre as 14 propriedades, 03 delas desenvolvem atividade turística: a Fazenda UEMS, o Sítio Tavares e a Chácara Aniz. Neste contexto, já existe infra-estrutura turística na bacia.

- **Fazenda UEMS**

A atividade turística da Fazenda UEMS é desenvolvida pelo Grupo de Estudo e Manejo de Áreas Protegidas - GEMAP. Este grupo possui uma área construída dentro do Campus da UEMS e utiliza-se da área de potencialidade turística para as trilhas interpretativas.

A infra-estrutura existente no GEMAP conta com uma construção de alvenaria que subdivide-se em: um museu, um escritório, dois laboratórios, sendo um de Botânica e o outro de Educação Ambiental, uma cozinha, uma sala de multimeios e biblioteca e dois banheiros. Esta infra-estrutura não possibilita a pernoite de turistas, sendo que esta instalação funciona como receptivo para a atividade turística.



Figura 10 – Instalações do GEMAP na Fazenda Escola da UEMS

Fonte: SILVA (Junho – 2006).

Além das instalações no receptivo do GEMAP pode-se considerar as trilhas interpretativas e o sítio arqueológico da Fazenda UEMS como parte do subsistema construído, já que foram construções humanas.

O GEMAP utiliza-se de 03 trilhas, sendo elas: Trilha do Sítio, Trilha dos Pássaros e Trilha das Pedras.

A Trilha do Sítio faz o trajeto que leva os visitantes ao sítio arqueológico que se encontra dentro da Fazenda UEMS. A Trilha das Pedras tem em seu percurso paredões de Arenito e afloramentos rochosos. A Trilha dos Pássaros recebe esse nome pela grande quantidade de pássaros que podem ser avistados no percurso.

O sítio arqueológico da UEMS é constituído por pintura rupestre. Já foi tombado pelo IPHAN - INSTITUTO e necessita de estudo arqueológico para maiores informações.



Figura 11 – Sítio Arqueológico Localizado na UEMS

Fonte: SILVA (novembro, 2006).

Para as trilhas não foi feito estudo de capacidade de carga e não existem estudos de monitoramento das mesmas. Quanto ao sítio arqueológico, por não haver um estudo arqueológico da área o local esta atualmente interditado.

- **Sítio Tavares**

A atividade turística desenvolvida no Sítio Tavares conta com uma infraestrutura modesta, visto que o turismo na propriedade se desenvolveu de forma informal e a pela piscosidade do rio Aquidauana. Pelo fato da foz do Córrego Fundo ser no Sítio Tavares, esta é a única propriedade da bacia que tem o rio Aquidauana como atrativo e por isso se desenvolveu o turismo de pesca.



Figura 12 – Foz do Córrego Fundo no Rio Aquidauana
Fonte: SILVA (junho, 2006).

O Sítio Tavares possui infraestrutura para acomodar turistas de pesca dispondo de área para camping com capacidade de aproximadamente 12 barracas e um apartamento com capacidade para 4 pessoas.



Figura 13 – Interior do Apartamento do Sítio Tavares.
Fonte: SILVA (Junho – 2006).

A área de camping localiza-se nas margens do rio Aquidauana, numa distância inadequada de acordo com a legislação ambiental, sem nenhum planejamento quanto aos impactos que pode causar.



Figura 14 – Espaço destinado para camping no Sítio Tavares
Fonte: SILVA (Junho – 2006).

Na área de camping existem duas instalações de apoio ao turista, onde tem dois barracões construídos de alvenaria com bancos e mesa de madeira.



Figura 15 – Barracão de Alvenaria do Sítio Tavares
Fonte: TORRES (Agosto – 2006).

Além das instalações de apoio ao turista, ainda existe uma área de churrasqueira que foi iniciada a construção e não foi finalizada, mas esta disponibilizada para o uso e esta em péssimas condições. Na figura abaixo pode-se perceber que pelo falta de uso, pela queda no fluxo de turistas, esta se tornando depósito de materiais da propriedade.



Figura 16 – Churrasqueira Sítio Tavares
Fonte: SILVA (Agosto – 2006).

Além do apartamento e da área de camping, o sítio conta também com a casa do proprietário (sede), que é de uso restrito da família.

- **Chácara Aniz**

Na Chácara Aniz o turismo é desenvolvido visando atender pequenos grupos que buscam o turismo contemplativo.

Além da sede da propriedade que é de uso exclusivo dos proprietários, a infra-estrutura disponibilizada aos turistas, conta com um chalé que contem dois apartamentos e a área externa da sede.



Figura 17 – Fachada do Chalé da Chácara Aniz
Fonte: SILVA (Outubro – 2006).

Os apartamentos têm a capacidade de hospedagem para 4 pessoas, sendo que os dois apartamentos são equipados igualmente com duas camas de solteiro, um guarda roupa e um criado mudo, a única diferença entre os dois apartamentos é que um deles tem ar condicionado e o outro ventilador. Quanto ao banheiro, cada apartamento tem seu banheiro próprio.

Conforme pode-se observar nas figuras, toda a infra-estrutura para a hospedagem dos turistas foi planejada.



Figura 18 – Interior do apartamento B, no chalé da Chácara Aniz
Fonte: SILVA (Outubro – 2006).

Na área externa da sede da propriedade é disponibilizada aos turistas: uma piscina, varandas que cercam toda a sede, uma área de churrasqueira e forno a lenha.



Figura 19 – Espaço na sede da Chácara Aniz, com churrasqueira e forno à lenha.
Fonte: SILVA (Outubro – 2006).



Figura 20 – Área da Piscina na sede da Chácara Aniz
Fonte: SILVA (Outubro – 2006).

Assim, o subsistema construído da bacia do Córrego Fundo é caracterizado de acordo com o subsistema de produção, já que grande parte das construções são referentes a produção, com o subsistema natural, pois existem diversas limitações naturais que limitam ou necessitam de forma específicas de construção e o subsistema social, pois o número de residentes é um dos determinantes para a infra-estrutura.

A proximidade com a área urbana do município de Aquidauana possibilita vantagens encontradas no subsistema construído, como as condições na infra-estrutura de acesso, na questão do fornecimento de energia, etc.

4.2 – Dinâmica do Meio Sócio-Organizacional do Sistema Bacia

O meio sócio-organizacional compreende a interação entre o subsistema social e o subsistema produtivo, portanto, está ligado às relações humanas que se desenrolam no espaço, considerando tanto as relações de ordem social, quanto as de ordem produtiva. A partir das relações sociais e de produção o homem se apropria do espaço físico e o transforma. Assim, é de fundamental importância entender quais são essas relações dentro do sistema bacia do córrego Fundo. Vale ressaltar, da mesma forma que as relações sociais e de produção modificam o meio biofísico, a dinâmica do subsistema natural e do subsistema construído também influenciam nas relações sociais e de produção.

Assim, é necessário analisar o meio sócio-organizacional para o planejamento turístico, pois as atividades turísticas estão inseridas no subsistema de produção, sendo assim, dependem e influenciam nas relações sociais e de produção.

É importante entender o subsistema de produção e social, pois o turismo rural está ligado as formas de produção do campo e as relações sociais estabelecidas, já que os turistas buscam viver experiências da vida no campo.

O subsistema social está em constante interação com o subsistema produtivo, pois a produção se dá a partir das relações sociais de trabalho e as relações sociais dentro da bacia são influenciadas pela dinâmica da produção.

Assim, nesse capítulo será apresentado como será desenvolvida a discussão sobre o subsistema social e o subsistema produtivo (meio sócio-organizacional) da bacia do córrego Fundo.

Os dados coletados no trabalho de campo serão relacionados com o turismo, na busca do entendimento das relações existentes entre os elementos dos subsistemas que influenciam no desenvolvimento da atividade turística.

4.2.1 – Subsistema Social

O subsistema social é a interação de todos os elementos que referem-se as relações sociais. É importante entender as relações sociais para analisar a dinâmica da bacia do córrego Fundo, visto que a forma com que o homem se apropria da natureza se dá a partir das relações sociais e da vida em sociedade. Assim, para o planejamento turístico é fundamental analisar as relações sociais, sendo que as próprias relações sociais influenciam na forma com que o turismo vai se desenvolver.

Quando se trata de planejamento turístico participativo, vale ressaltar, que o subsistema social deve ser bem entendido, para que exista uma real participação no processo.

As relações estabelecidas no subsistema social podem ser entendidas a partir das relações inter-pessoais, considerando as relações entre os funcionários, proprietários, moradores, famílias, turistas, pescadores, etc. Assim, relacionam-se os atores locais.

Algumas variáveis podem ser analisadas para entender essas relações, como o número de habitantes em cada propriedade, a cultura local, relações de posse de

terra (identidade com a localidade), forma de organização social para a produção, hierarquias estabelecidas, tempo de trabalho dos funcionários da localidade, as relações estabelecidas nos domicílios, número de filhos por família, origem dos moradores e proprietários, relações estabelecidas com a área urbana do município (correio, saúde, educação, etc.), entre outros. Essas variáveis influenciam para o desenvolvimento da atividade turística, pois a comunidade participa do processo de planejamento e de desenvolvimento da atividade.

Outra questão, é que é necessário analisar a potencialidade social para desenvolvimento de determinadas atividades, sendo que a questão cultural pode influenciar na forma do desenvolvimento do turismo na bacia. As atividades planejadas devem estar condizentes com a realidade social da bacia.

Quanto a questão dos turistas, vale ressaltar que eles são peças chaves no entendimento desse subsistema, é importante entender quem é o turista que visita a bacia e como ele se relaciona nesse ambiente.

Para o melhor entendimento do subsistema social da Bacia do Córrego Fundo, segue a tabela abaixo com as principais características sociais da Bacia.

Tabela 06 – Numero de Domicílios, Habitantes e Estrutura Etária na Bacia do Córrego Fundo.

Propriedade	Nº de domicílios		População		Sexo				Estrutura Etária					
	n	%	n	%	Masculino		Feminino		Jovens		Adultos		Idosos	
					n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Fazenda São Bento	1	3,7	2	3,5	2	5,5	0	0	0	0	2	5	0	0
Fazenda Ana Lu	1	3,7	4	7,0	3	7,8	1	5,2	1	6,6	3	7,5	0	0
Fazenda Santa Maria	1	3,7	2	3,5	1	2,6	1	5,2	0	0	2	5	0	0
Fazenda São Luiz	1	3,7	1	1,7	1	2,6	0	0	0	0	1	2,5	0	0
Sítio Jacuri	2	7,4	4	7,0	3	7,8	1	5,2	2	13,3	2	5	0	0
Fazenda UEMS	11	40,7	16	28	10	26,3	6	31,5	4	26,6	12	30	0	0
Fazenda Aniz	2	7,4	6	10,5	3	7,8	3	15,7	2	13,3	4	10	2	100
Fazenda Uberaba	1	3,7	5	8,7	3	7,8	2	10,5	1	6,6	2	5	0	0
Sítio São Cristóvão	2	7,4	6	10,5	4	10,5	2	10,5	3	20	3	7,5	0	0
Sítio do Pastor	1	3,7	3	5,2	2	5,2	1	5,2	1	6,6	2	5	0	0
Sítio Pontinha do Cocho	1	3,7	3	5,2	2	5,2	1	5,2	1	6,6	2	5	0	0
Sítio Princesinha	1	3,7	1	1,7	1	2,6	0	0	0	0	1	2,5	0	0
Chácara Alegria	1	3,7	2	3,5	2	5,2	0	0	0	0	2	5	0	0
Chácara Tavares	1	3,7	2	3,5	1	2,6	1	5,2	0	0	2	5	0	0
Total	27	100	57	100	38	100	19	100	15	100	40	100	2	100

Fonte: CARVALHO (2006).

Conforme pode-se observar na tabela acima a propriedade que tem maior concentração de domicílios e residentes é a Fazenda UEMS, possuindo 11 domicílios e 16 residentes, sendo que os residentes são funcionários da UEMS e da Escola Agrícola e suas famílias. A Fazenda UEMS tem atualmente aproximadamente 700 alunos, sendo que 435 cursam a graduação em Zootecnia e Agronomia, 131 cursam a escola técnica agrícola e 134 cursam o ensino médio, que freqüentam diariamente as aulas na propriedade. Além dos alunos ainda existem professores e funcionários que residem na cidade e trabalham na propriedade.

Quanto a Fazenda UEMS, ainda vale ressaltar, que existe um grupo do MST – Movimento Sem Terra acampado em uma área próxima ao córrego que pertence a Fazenda UEMS.

O acampamento conta 70 barracas, sendo que 10 famílias residem na área, totalizando aproximadamente 40 pessoas, e 50 famílias residem na cidade de Aquidauana, e passam o fim de semana no local.

De forma geral o número de domicílios nas propriedades é 01 domicílio, com exceção do Sítio Jacuri e da Chácara Aniz que tem 02 domicílios. A quantidade de pessoas residindo nesses domicílios varia de 01 a 06 pessoas.

Quanto ao gênero dessa população, pode-se observar na tabela acima que a uma predominância do sexo masculino, pois para os trabalhos diários nas propriedades necessita-se de mão de obra masculina, nesse sentido, pode-se observar também que há uma predominância de pessoas adultas.

Quanto à escolaridade da população residente na bacia pode-se observar que a uma predominância de pessoas com o ensino fundamental incompleto.

A faixa salarial da bacia fica em torno de um salário mínimo, sendo que parte dos funcionários tem carteira assinada e outros trabalham sem carteira assinada, característica esta que contribui para a rotatividade de funcionários.

Não há presença constante dos proprietários na bacia, sendo que os mesmos possuem outras atividades no município de Aquidauana e até mesmo em outros municípios, não possuindo assim identidade com o lugar. Existe pouca interação entre os proprietários e moradores da bacia.

As únicas propriedades onde os proprietários residem são: a Chácara Aniz, Sítio São Cristóvão e Chácara Tavares. Dentre estas três propriedades a Chácara Aniz é a única que além dos proprietários residirem, contam com funcionários para

auxiliar no desenvolvimento das atividades. O Sítio São Cristóvão e a Chácara Tavares desenvolvem atividades envolvendo apenas a família.

Dos meios de transportes que permitem o deslocamento dos habitantes da bacia para a cidade, o cavalo é o mais utilizado. O ônibus também é uma alternativa muito utilizada pelos moradores que necessitam buscar tratamento médico, compra de mantimentos e deslocamento das crianças para a escola, localizada no Distrito de Camisão. A bicicleta também é utilizada pelos moradores da Fazenda São Luiz e Fazenda UEMS como meio de transporte. Os professores da UEMS e os proprietários das Fazendas São Bento, Santa Maria, Ana Lu, Chácara Tavares e Uberaba possuem carro de passeio, utilizados para serviços e lazer.

A proximidade da bacia com a área urbana do município facilita o deslocamento dos moradores da bacia, que semanal ou quinzenalmente se deslocam para utilizar-se dos serviços de correio, saúde, etc.

Quanto as características sociais ligadas a atividade turística pode-se observar que as características sociais variam nas 03 propriedades que desenvolvem o turismo.

Na Fazenda UEMS quem trabalha diretamente com o turismo é o GEMAP – Grupo de Estudos e Manejo de Áreas Protegidas. O GEMAP é formado por professores e acadêmicos da UEMS e da UFMS e estes são responsáveis pela atividade turística.

A permanência dos turistas na Fazenda UEMS é de 01 dia, pois não tem hospedagem. O maior fluxo de turistas é na época escolar, recebendo uma demanda de estudantes de todos os níveis de formação e pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa. Ainda existe um fluxo de turistas que não é do meio acadêmico, mas essa demanda é muito inferior a demanda acadêmica.

No Sítio Tavares quem administra o pesqueiro é o proprietário e sua esposa, sendo que estes possuem apenas o ensino fundamental incompleto e não possuem cursos de capacitação na área do turismo.

A maior parte da demanda do Pesqueiro do Sítio Tavares é procedente de Campo Grande e outros municípios do Estado e do estado São Paulo, sendo que a média de permanência dos turistas é de 01 a 03 dias.

Na Chácara Aniz a pousada possui 03 funcionários que desenvolvem atividades de serviços gerais. A proprietária é formada em Educação Física na Suíça, faz cursos periodicamente em Aquidauana, visando sua qualificação para um

melhor atendimento aos turistas. Além de falar fluente os idiomas: inglês, alemão, italiano e francês.

Quanto a demanda da Pousada da Chácara Aniz, constatou-se que no princípio da atividade era unicamente Européia, com um maior fluxo da Suíça, pois os proprietários são provenientes de lá, e com o tempo outros turistas foram captados, sendo alguns do estado de São Paulo e do interior de Mato Grosso do Sul. O fluxo de turistas é baixo e a média de permanência é de 5 a 10 dias.

4.2.2 – Subsistema Produtivo

O subsistema produtivo é composto por atividades produtivas econômicas e não econômicas. Assim, as atividades econômicas são as que a produção é feita para a comercialização. As atividades não econômicas, são caracterizadas como de subsistência.

A relação entre os elementos do subsistema produtivo vai resultar na caracterização da produção do sistema. A produção está relacionada com todos os outros subsistemas.

A principal atividade produtiva da bacia do córrego Fundo é a pecuária extensiva de corte, e em menor escala a suinocultura, avicultura, piscicultura, turismo e agricultura de subsistências.

Assim, é importante entender o subsistema produtivo para o planejamento turístico, pois a atividade turística é uma atividade produtiva, e a partir do entendimento dessa atividade pode-se planejar melhores formas de promover o desenvolvimento turístico. Outra questão importante, é que o turismo permeia todo o espaço em que se insere, assim, é fundamental entender a forma de produção nesse espaço para que se possa otimizar seu uso e minimizar os impactos das atividades.

A principal atividade econômica desenvolvida na bacia é a pecuária extensiva de corte, desenvolvida com predomínio de bovinos nelore, geneticamente controlado e rastreados, para a engorda, em grandes propriedades, Fazendas Santa Maria, São Bento e Ana Lu e animais de baixa linhagem nas demais propriedades.

As propriedades do baixo curso desenvolvem a pecuária com menor intensidade, sendo responsáveis pelo fornecimento do leite e derivados para a área urbana de Aquidauana e para o Distrito de Camisão.

Sendo a pecuária de corte a principal atividade desenvolvida na bacia, vale ressaltar, que em todas as propriedades, que desenvolvem essa atividade, o tipo de pastagem predominante é a braquearia, sendo o rodízio de campo, o tipo de manejo mais realizado na bacia do córrego Fundo. A periodicidade do manejo apresentou variação de acordo com a propriedade, sendo no mínimo mensal, e no máximo semestral.

O rebanho da bacia abrange, em 2006, 1.975 bovinos de corte, 401 vacas leiteiras, 48 eqüinos, 74 ovinos e 45 suínos, totalizando 2.543 animais. A criação de eqüinos tem como objetivo, dar suporte à pecuária de corte e leiteira. Já as demais criações, visam à subsistência dos proprietários e funcionários, e somente a Fazenda UEMS possui um número considerável de aves (900 animais), devido às atividades didáticas e experimentais desenvolvidas pelos seus alunos e professores.

Na busca pela saúde desses animais faz-se necessários alguns cuidados especiais, como alimentação, vacinas e vermifugação. A alimentação destinada aos bovinos consiste em sais minerais, pastagem e ração em determinados períodos do ano. Para os demais animais, que são criados soltos, a pastagem e a ração, constitui a fonte de alimentação mais utilizadas nas propriedades da bacia. Outro fator importante para a saúde dos animais é a vermifugação e a vacinação profilática, as quais são realizadas em todas as propriedades. As principais vacinas administradas na bacia em estudo são: aftosa, brucelose e raiva. Por a bacia cortar a Serra de Maracajú, que abriga morcegos que podem transmitir a raiva, seus animais são vacinados anualmente.

Os meios de transportes, extremamente ligados ao sistema produtivo, são veiculados a atividades pecuárias, manejo dos animais e escoamento da produção. Entre todas as propriedades, a Fazenda UEMS é a única que possui caminhão e caminhonete próprios, e a Fazenda Uberaba possui apenas uma caminhonete. As Fazendas Santa Maria, São Luiz e UEMS possuem trator para auxiliar as atividades agropecuárias. E de forma geral, o meio de transporte mais empregado na bacia é o cavalo, encontrado em 09 propriedades, sendo que apenas o Sítio São Jorge e a Chácara Jacuri não utilizam desses animais.

Dentre todas as propriedades da bacia, duas não desenvolvem a atividade pecuária, sendo estas a Chácara Alegria que pratica agricultura de subsistência e a Chácara Tavares que desenvolve somente a atividade turística.

A Fazenda UEMS é a única propriedade que além da pecuária, a agricultura desempenha um papel também importante, apesar da agricultura não ter caráter lucrativo, esta é cultivada de forma experimental para demonstração didática no ensino.

A Fazenda escola da UEMS é um diferencial dentro da bacia, pois nesta unidade funcionam os cursos de bacharelado em Agronomia e Zootecnia, além do curso de Técnico Agrícola e ensino médio. Assim as atividades desenvolvidas nesta propriedade têm cunho científico. A prática da agricultura, pecuária, suinocultura e piscicultura são desenvolvidas em caráter experimental. No entanto também necessitam de infra-estrutura diferenciada, pois recebem uma grande quantidade de alunos.

Considerou-se agricultura de subsistência os pomares, as hortas e outras plantações, como arroz, milho, mandioca, feijão, etc. Dessa forma, os cultivos são utilizados apenas para a subsistência dos domiciliados, mesmo os produzidos pela UEMS.

Outra informação que merece destaque refere-se ao uso de adubo, constatou-se que em apenas 4 propriedades utiliza-se insumo orgânico, sendo elas: Fazenda Ana Lu, Fazenda Santa Maria, Fazenda UEMS e Fazenda São Bento. Apenas as Fazendas UEMS, Ana Lu e São Bento, utilizam técnicas conservacionistas, as quais contribuem para a redução dos processos de dissecação e erosão dos solos e conseqüentemente das pastagens e dos cultivos de milho e feijão, entre outras culturas de ciclos rápidos, cultivados pela Fazenda UEMS.

A Fazenda Ana Lu, Fazenda Santa Maria, Fazenda São Luiz, Fazenda UEMS, Fazenda Uberaba, Sítio São Cristóvão, Sítio Pontinha do Cocho e Fazenda São Bento, utilizam-se de maquinários e implementos, grades, arados e roçadeira para a produção. As demais propriedades, não possuem nenhum maquinário e/ou implemento auxiliar nos cultivos.

A maioria das propriedades não utiliza técnicas conservacionistas, apenas quatro utilizam curvas-de-nível, e grande parte das propriedades utilizam o calcário para a correção do solo, sendo que esta prática quando não adequadamente empregada pode trazer conseqüências para o meio.

Tabela 07 – Características Produtivas da Bacia do Córrego Fundo

Propriedade	Área	Nº de dom.	Pop.	Escolaridade	Relações sociais de produção	Renda	Tipo e periodicidade da limpeza das instalações	Esgotamento instalações pecuárias	Área de pastagem	Nº de animais	Manejo das pastagens	Periodicidade do manejo	Insumos	Equipamentos utilizados	Técnicas conservacionistas
Fazenda São Bento	1000	1	2	Fund. incompleto	Assalariado s/ carteira assinada	Salário mínimo	Raspagem 2 x semana	Céu aberto	830	700	Limpeza	a cada 4 meses	Calcário	Grade e arado	Curva-de-nível
Fazenda Ana Lu	1060	1	2	Fund. incompleto	Assalariado s/ carteira assinada	Salário mínimo	Lavagem diária	Céu aberto	700	850	Rodízio decampo	30 dias	N	Grade e arado	Curva-de-nível
Fazenda Santa Maria	637	1	2	médio incompleto	Assalariado s/ carteira assinada	Salário mínimo	Raspagem 2 x semana	Céu aberto	420	110	Limpeza	a cada 4 meses	Calcário	Grade e arado	Curva-de-nível
Fazenda São Luiz	43	1	1	Fund. incompleto	Arrendatário	Salário mínimo	Raspagem 1 x semana	Céu aberto	36	42	Limpeza	a cada 6 meses	N	Grade e arado	N
Sítio Jacuri	13	2	3	Fund. incompleto	Assalariado s/ carteira assinada	Salário mínimo	Varredura 2 x semana	Céu aberto	13	30	Rodízio decampo	mensal	N	Grade e arado	N
Fazenda UEMS	806	11	16	4 - médio incomp. 12 - fund. Incomp.	Assalariado c/ carteira assinada	Salário mínimo	Raspagem diária	Adubo	300	628	Limpeza e replantio	a cada 70 dias	Calcário	Grade e arado	Curva-de-nível
Fazenda Aniz	20	2	4	2 - Superior comp. 2 - médio comp.	Assalariado c/ carteira assinada	Salário mínimo	Raspagem 2 x semana	Adubo	9	11	Rodízio decampo	mensal	N	Grade e arado	N
Fazenda Uberaba	36	1	5	Médio completo	Assalariado s/ carteira assinada	Salário mínimo	Varredura 1 x semana	Céu aberto	12	45	Rodízio decampo	mensal	N	Grade e arado	N
Sítio São Cristóvão	22	2	4	2 - médio comp. 4 - fund. Incomp	Proprietário	³ salários mínimos	Varredura 1 x semana	Córrego	20	25	Rodízio decampo	mensal	Calcário	Grade e arado	N
Sítio do Pastor	15	1	3	Fund. incompleto	Assalariado s/ carteira assinada	Salário mínimo	Raspagem 2 x semana	Céu aberto	13	19	Rodízio decampo	semanal	Calcário	Grade e arado	N
Sítio Pontinha do Cocho	22	1	3	Médio incompleto	Assalariado s/ carteira assinada	Salário mínimo	Varredura 1 x semana	Céu aberto	19	28	Rodízio decampo	mensal	Calcário	Grade e arado	N
Sítio Princesinha	14	1	1	Fund. incompleto	Assalariado s/ carteira assinada	Salário mínimo	Lavagem 2 x semana	Céu aberto	10	31	Limpeza	a cada 6 meses	N	Grade e arado	N
Chácara Alegria	1,5	1	2	Fund. incompleto	Assalariado s/ carteira assinada	Salário mínimo	-	-	1	3			N		N
Chácara Tavares	2,5	1	2	Médio completo	Proprietário	⁴ salários mínimos	-	-		0			N		N

4.2.2.1 – Turismo

Apesar da pecuária extensiva de corte ser a principal atividade desenvolvida na bacia a Fazenda UEMS (GEMAP), Chácara Aniz e o Sítio Tavares desenvolvem a atividade Turística.

Apesar de haver potencialidade turística na bacia, esta atividade tem sido pouco explorada.

A Chácara Aniz recebe turistas estrangeiros, utilizando a Chácara como pousada, no entanto a prática da pecuária permanece nessa propriedade. A Chácara Tavares desenvolve apenas a atividade turística, mais especificamente, com o turismo de pesca. A Fazenda UEMS com o GEMAP desenvolve o turismo voltado a educação ambiental.

- **Fazenda UEMS (GEMAP)**

Na Fazenda UEMS, o turismo é desenvolvido através do GEMAP, que desenvolve atividades turísticas voltadas para a educação ambiental, utilizando-se do turismo científico e ecoturismo.

O GEMAP é formado por professores e acadêmicos da UEMS e da UFMS e estes são responsáveis pela atividade turística e também por diversos projetos de pesquisa que são realizados na área. Vale ressaltar que, as atividades desenvolvidas pelo GEMAP não têm fins lucrativos, sendo assim, nenhuma das atividades turísticas desenvolvidas no GEMAP são cobradas. Desta forma, o GEMAP se mantém com verbas captadas em projetos de pesquisa e extensão.

O início das atividades do GEMAP deu-se em fevereiro de 2000, sendo que este é cadastrado junto ao CNPQ – Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Os turistas que visitam o GEMAP vêm motivados pelas trilhas interpretativas que possibilita ao visitante a observação das características do subsistema natural da região. Para a realização do percurso das trilhas os visitantes são acompanhados por monitores ambientais treinados no próprio GEMAP. As 03 trilhas utilizadas são: Trilhas das Pedras, Trilha dos Pássaros e Trilha do Sítio.

O trabalho de educação ambiental é realizado no GEMAP por meio de palestras aos visitantes e no percurso das trilhas.

O fluxo de turistas caiu nos últimos anos e agora o GEMAP esta se fortalecendo para retomar desenvolvimento do turismo e dos projetos de pesquisa.

- **Chácara Aniz**

A Chácara Aniz iniciou suas atividades como pousada em 2001, recebendo turistas procedentes em especial da Suíça, pois os proprietários são provenientes da Suíça, assim como de outras partes da Europa, alguns do estado de SP e do interior de MS.

A Pousada Aniz esta em constante processo de planejamento e reestruturação, e nos últimos meses tem buscado investir na captação de turistas brasileiros.

O objetivo da Pousada é receber turistas que buscam o turismo contemplativo e o contato com a natureza. Dentro da propriedade não se encontra nenhum atrativo de grande relevância no contexto da bacia, mas a morraria serve como paisagem para os turistas contemplarem.

Para a hospedagem dos turistas fora construído um chalé com 02 apartamentos, tem a capacidade de hospedar 04 pessoas. Apesar dos turistas ficarem hospedados no chalé, a maior parte do tempo eles convivem na sede da propriedade, onde o atendimento é familiar, buscando oferecer aos turistas a cultura regional.

A Pousada oferece hospedagem, alimentação, guia de turismo, acompanhamento nas atividades, interprete ou tradutor e limpeza dos apartamentos. As atividades oferecidas aos turistas são: cavalgada, caminhada contemplativa passando por partes da propriedade como a horta, proximidades do córrego Fundo e locais onde existe a possibilidade de encontrar aves, e pesca artesanal no açude localizado dentro da propriedade.

Segundo Torres (2004) “a Pousada oferece diversos passeios pelos municípios de Aquidauana, Bonito, Bodoquena, Pantanal e região, que podem ser operacionalizados com a utilização a caminhonete da propriedade. Em Aquidauana os passeios disponibilizados são: Casa do Artesão, Casa Candia, Museu Pantaneiro, Igreja Matriz, Parque Municipal da Lagoa Cumprida, Trilhas, Museu do GEMAP, Aldeia Limão Verde, Morro do Paxixi, Distrito de Piraputanga e Camisão, passeio de barco pelo rio Aquidauana”.

Neste contexto, percebe-se que mesmo sem a propriedade ter muitos atrativos são oferecidos outros passeios aos turistas, sendo que o GEMAP é um deles e comprovando que é possível uma interação entre as propriedades que desenvolvem o turismo.

No serviço de alimentação prestado na Pousada são oferecidos pratos da culinária regional, doces em compotas (laranja, limão verde e figo) produzidos na propriedade. Para as refeições utiliza-se algumas verduras e legumes que são produzidos na horta da propriedade. Para diversificar as refeições os turistas são levados a restaurantes locais.

A diária cobrada pelo empreendimento é de R\$ 150,00 por pessoa, incluindo pensão completa e atividades na propriedade, passeios em pontos turísticos de Aquidauana e seus Distritos. Os passeios em outros municípios são cobrados a parte.

- **Sítio Tavares**

O Sítio Tavares desenvolve o turismo de pesca e constitui-se um pesqueiro. Iniciou suas atividades em 1995, recebe turistas nos fins de semana, férias e feriados.

Não há interesse nenhum, por parte do proprietário, no planejamento do turismo na bacia, já que a atividade turística desenvolvida na sua propriedade não constitui a sua renda fixa.

O pesqueiro é bem restrito no que se refere à prestação de serviços aos turistas, suas atividades se baseiam na pesca esportiva de barranca, com exceção de alguns turistas de São Paulo que deixam seus barcos no sítio o ano todo e quando estes não estão utilizando o barco, o proprietário do pesqueiro aluga essas embarcações para outros turistas.

O turista é responsável pela sua alimentação, já que não são oferecidas refeições no pesqueiro. Existe ainda, na varanda da sede uma espécie de bar onde são oferecidas somente bebidas, sem muita variedade de tipos.

Os preços praticados no pesqueiro podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 08 – Preços do Pesqueiro Tavares

DESCRIÇÃO	PREÇO (R\$)
Diária do apartamento (por pax)	10,00
Taxa do Camping (por pax)	3,00
Day-use	3,00
Aluguel do Barco	20,00

O período de maior fluxo de turistas é nos feriados prolongados e a *Pantaneta*, que é o evento municipal que mais atrai turistas.

Assim, o subsistema produtivo da bacia do Córrego Fundo é caracterizado principalmente pela pecuária extensiva de corte, que principal atividade desenvolvida na área, e em menor escala a demais atividades apresentadas acima. O turismo está presente entre as atividades desenvolvidas na bacia, mas de forma modesta e incipiente.

O entendimento desse subsistema na bacia é fundamental para o planejamento turístico participativo e integrado da bacia.

4.3 – Interação entre os Subsistemas do Sistema Bacia do Córrego Fundo

Partindo do pressuposto de que o entendimento da totalidade só é possível a partir do entendimento das partes e suas interações, é fundamental entender as interações entre os subsistemas da Bacia para analisar a totalidade.

Pensando no planejamento turístico participativo integrado é fundamental entender a complexa interação entre os subsistemas e seus elementos e também considerar as entradas e saídas de energia.

Quando se pensa em planejamento turístico integrado numa abordagem sistêmica, é válido ressaltar que, o objeto de planejamento deve ser entendido numa visão integradora das partes, nessa perspectiva, para se planejar a integração das partes com um determinado objetivo, que no caso é o desenvolvimento do turismo, é necessário entender como elas se integram nesse sistema.

Assim, quando se estabelece a relação entre os subsistemas, pode-se perceber que o subsistema produtivo vai ser influenciado pelo social, que por sua vez também é influenciado pelo produtivo, por exemplo, o que é cultivado, os principais produtos, as formas de manejo do solo, dependem intimamente das características da população, sua cultura, escolaridade, ocupação funcional, renda, etc, por sua vez, essas mesmas características sociais também possuem uma

ligação com o subsistema produtivo, pois a partir do tipo de produção, se necessita de uma determinada mão-de-obra, de uma determinada quantidade de pessoas, a rotina da população local pode ser alterada, etc.

Desta forma, pode-se perceber que para entender a totalidade do sistema bacia do Córrego Fundo, é necessário entender a interação entre os elementos do sistema. Essa totalidade vai proporcionar o entendimento da dinâmica do sistema e seu planejamento turístico.

Os subsistemas da bacia do Córrego Fundo estão em complexa relação, em que se torna difícil distinguir o que é causa e o que efeito.

A pecuária como principal atividade produtiva, proporciona diversos efeitos na dinâmica da bacia. Assim, o subsistema produtivo acaba influenciando no número de moradores, na escolaridade, do sexo, no modo de vida da população, etc. Pode-se perceber então, que se houvesse outra atividade produtiva predominante na bacia as características da população seriam diferentes, isso é notório quando observamos as características das propriedades que desenvolvem atividade turística. Neste contexto, com o desenvolvimento do turismo na bacia com uma maior expressividade muitas características sociais seriam alteradas.

Fatores como a baixa escolaridade, renda, rotatividade de funcionários, ausência dos proprietários, além de influenciar no manejo do solo em relação à atividade produtiva influenciam também na destinação dos resíduos sólidos e líquidos dos domicílios, que não adequadamente saneados podem influenciar na qualidade das águas subterrâneas e superficiais da bacia, que por sua vez, refletirá na saúde da população, assim como, dos animais da bacia.

Outra questão relevante é a falta de identidade dos proprietários e funcionários com a propriedade, que reflete na forma de uso da terra.

O subsistema produtivo da bacia influencia nas características da população, não se pode deixar de considerar que quem escolhe o que se vai produzir e como será feito são os proprietários, e estes já tem características sociais voltadas a atividade de campo, pois a origem dessas pessoas é o meio rural. Assim, o subsistema social acaba influenciando na produção. Neste contexto, se os proprietários se tornassem mais sensíveis a conservação ambiental, provavelmente seriam utilizadas as técnicas conservacionistas. Ainda pode-se afirmar que se a Fazenda UEMS tivesse uma maior interação com as outras propriedades, a forma de produção poderia ser diferenciada.

Quanto às construções da bacia, percebe-se que de acordo com a forma de produção e a quantidade de residentes nas propriedades da bacia são necessária mais infra-estrutura. As propriedades do alto curso possuem maior área destinada a pastagem e rebanho, necessitando assim, de mais infra-estrutura, assim como, geram mais resíduos que não adequadamente saneados podem gerar riscos.

A concentração populacional na Fazenda UEMS de funcionários e alunos gera necessidade de maior infra-estrutura, assim como a geração de resíduos também aumenta, o que ocasiona utilização mais intensa da área. O que minimiza essa questão é que a propriedade é grande e que a maior partes da área da propriedade não é utilizada pela UEMS.

A maior parte da bacia é caracterizada por terrenos classificados entre muito suave e favorável, facilitando a ocupação e a produção, a pecuária extensiva de corte, contudo as outras características do subsistema natural forcem o emprego de técnicas conservacionistas de uso do solo.

A proximidade da bacia com a área urbana do município de Aquidauana, propicia melhores condições para os moradores adquirirem seus produtos necessários e proporciona acesso fácil a diversos serviços.

A infra-estrutura de acesso da bacia é de boa qualidade e propicia melhores condições para o escoamento da produção.

Analisando o subsistema natural da bacia observou-se que as áreas de maior potencialidade turística natural estão nas grandes propriedades, sendo que estas desenvolvem a pecuária extensiva de corte. As propriedades que desenvolvem o turismo não têm muitos atrativos turísticos, com exceção da Fazenda UEMS. Assim, para que o turismo possa acontecer na bacia é necessário que seja de forma integrada nas propriedades, já que os principais atrativos não estão necessariamente nas propriedades que desenvolve turismo.

A paisagem da bacia foi sendo modificada no decorrer dos anos a partir da forma de produção e das características sociais.

As propriedades que têm maiores dificuldades de produção e fixação de moradores na área são, de forma geral, as pequenas propriedades localizadas no baixo curso.

Os médios e pequenos proprietários estão descapitalizados, não tendo condições de investir na produção e isso ocasiona alguns problemas sociais e ambientais na bacia.

Apesar dos proprietários de grandes áreas na bacia terem capital para o investimento na produção, não há o emprego de tecnologia conservacionistas por parte desses proprietários, pois estes procuram lucro rápido e não tem apego a terra.

A qualidade da água da bacia do Córrego Fundo é o indicador geral de qualidade ambiental. Nessa perspectiva, é importante considerar que em alguns trechos do córrego Fundo a água não está de boa qualidade e assim, constata-se que a bacia do Córrego Fundo não tem, na sua totalidade, qualidade ambiental. Considerando que a qualidade ambiental é resultado do equilíbrio do sistema, pode-se afirmar que o sistema não está em equilíbrio.

4.4 – *Inputs* e *Outputs* do Sistema Bacia do Córrego Fundo

A análise dos *inputs* de um sistema é fundamental, pois diversos processos são desencadeados a partir de energias externas ao sistema. Desta forma, é fundamental entender os *inputs* da bacia do Córrego Fundo e assim, analisar as entradas de energia do sistema e suas conseqüências a partir da análise de causa e efeito.

Na presente pesquisa, observou-se alguns *inputs* do sistema Bacia do Córrego Fundo, estão ligados a políticas públicas, à legislação, questões econômicas e de produção, fornecimento de produtos e serviços como energia, educação, saúde, etc.

Considerando que o sistema Bacia do Córrego Fundo está inserido no município de Aquidauana, e Aquidauana é um município do estado de Mato Grosso do Sul e que existem leis federais que devem ser cumpridas em todas as áreas do território brasileiro, as políticas públicas nacionais, estaduais e federais são *inputs* do sistema Bacia do Córrego Fundo, pois a bacia será influenciada direta ou indiretamente por essas políticas.

As políticas públicas em todos os níveis, de forma direta ou indireta, acabam proporcionando cenários que atingem o sistema.

As políticas públicas de turismo nacionais se baseiam em dar suporte aos estados para o desenvolvimento do turismo. As políticas públicas do estado de Mato Grosso do Sul têm uma forte tendência de dar suporte e fortalecer os

empreendimentos já inseridos no mercado e principalmente dos 3 principais pólos turísticos do estado, Campo Grande, Bonito e Pantanal.

O município de Aquidauana possui uma secretaria de turismo que é responsável pelas políticas públicas de turismo. No ano de 2003 foi desenvolvido pela secretaria de turismo, um Plano de Desenvolvimento Turístico de Aquidauana, que na realidade não saiu do papel. Assim, existe pouco fomento do turismo no município e a secretaria de turismo não dá suporte aos novos empreendimentos.

Outro *input* é a recente crise que a pecuária no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, que teve as exportações reduzidas pela questão da febre aftosa. Com essa crise o estado passa por um período de instabilidade no mercado de bovinos e como a pecuária é a principal atividade desenvolvida na bacia, essa crise influencia diretamente a bacia.

Como já apresentado anteriormente, o fornecimento de energia elétrica, para a bacia do Córrego Fundo, é feito pela Enersul, empresa esta, que fornece energia para todo o município. Assim, a energia elétrica é um *input* no sistema, já que não é produzida dentro do sistema. Da mesma forma, que os serviços referentes a saúde, educação dos moradores da bacia são oferecidos na área urbana do município e isso pode ser considerado com *input*.

Vale ressaltar também, que assim como as políticas públicas, a legislação federal, estadual e municipal exerce influencia no sistema e por isso é considerada *input*.

Os principais *outputs* do sistema são: a produção que é escoada da bacia e os sedimentos que são carreados pelo Córrego Fundo.

A produção da bacia é basicamente o bovino de corte que é vendido para os frigoríficos, sendo que uma das vantagens é que os frigoríficos compradores estão localizados no município de Aquidauana e Anastácio, e o leite que é fornecido ao laticínio localizado na área urbana de Aquidauana.

Assim, percebe-se que os *inputs* e *outputs* da bacia influenciam na sua dinâmica e desencadeiam diversos processos dentro do sistema.

05 – PLANO PARTICIPATIVO INTEGRADO – UMA PROPOSTA PARA O TURISMO NA BACIA DO CÓRREGO FUNDO.

O planejamento turístico da bacia do Córrego Fundo foi realizado baseando-se na metodologia empregada para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDR, para a região do Alto Pantanal Sul-mato-grossense, que consiste na realização de oficinas e aplicação de questionários Delfos, sob abordagem sistêmica. A estruturação do plano foi realizada após a realização da oficina de construção do plano. No momento de finalização do plano foram utilizadas as informações coletadas ao longo das oficinas e dos questionários Delfos, sendo que na oficina de consolidação o plano foi apresentado e discutido, norteando assim a sua finalização. Assim, neste capítulo será apresentado o plano e a discussão da eficiência da metodologia adotada.

No momento da tabulação dos dados das oficinas e dos Delfos percebeu-se que as duas metodologias utilizadas estimularam o raciocínio lógico dos participantes, já que a seqüência de questionamentos possibilita ao participante a visualização da área e seu diagnóstico pelo conjunto dos diversos olhares, a visualização de um cenário futuro e a partir daí, estes puderam propor estratégia de transformação dessa realidade

Nessa perspectiva, a visão de futuro é importante para que o indivíduo visualize o que se espera do mesmo e essa visualização de onde se quer chegar possibilita traçar os objetivos e ações que proporcionem esse futuro desejado.

Quanto aos questionários Delfos pode-se perceber que alguns questionados não conseguiram responder às questões com objetividade, havendo uma grande dificuldade de se limitar a responder objetivamente as perguntas feitas no questionário.

Apesar dos questionários serem aplicados, segundo a metodologia Delfos, a atores externos do sistema Bacia do Córrego Fundo, a maioria dos questionados tem grande conhecimento da área, a influenciam direta e indiretamente na sua dinâmica e apontaram com precisão, diversos problemas e potencialidades.

Tanto nas oficinas, quanto nos Delfos, notou-se grande dificuldades dos participantes em formularem ações que fomente as potencialidades e ao mesmo tempo resolvam problemas apontados, em especial aquelas em que não envolvam o poder público.

Quanto ao turismo, percebeu-se que a minoria, menos de 10% dos participantes, possui noções precisas sobre o turismo na perspectiva do desenvolvimento sustentável, o que acabou gerando empobrecimento das perguntas do questionário Delfos, que para sua resposta desencadeava reflexão mais aprofundada sobre a área e sobre o papel da atividade turística na região.

Para que a atividade turística possa ser desenvolvida na bacia é necessário que os problemas sejam resolvidos, para proporcionar um ambiente favorável para a atividade turística, visto que o turismo está ligado a diversos elementos ou componentes do sistema. Para que se possa fazer o planejamento turístico é necessário que ocorra o planejamento geral ou integral. Nesta perspectiva, o planejamento turístico faz parte do planejamento maior.

Os problemas apontados pelos participantes dos questionários Delfos foram similares aos apontados pelos participantes das oficinas. Nessa perspectiva, pode-se perceber que a visão de dentro do sistema é a mesma que das pessoas de fora. Vale ressaltar que, os participantes das oficinas não residem na bacia, mas têm grande conhecimento da área por trabalharem nela, pois são professores da UEMS.

Os problemas e potencialidades apontados nas oficinas e nos Delfos foram os mesmo observados no diagnóstico preliminar.

Os problemas apontados pelos participantes do planejamento da bacia são referentes a todos os subsistemas da bacia, em especial ao produtivo e natural.

As relações de produção e os impactos das atividades são os principais fatores que motivam os demais problemas da bacia. Assim, como as características sociais da bacia influenciam na forma de interação com o subsistema natural e com a forma de produção.

Vale ressaltar ainda, que os problemas apontados em todos os programas são mais diretamente relacionados a um ou mais subsistemas, mas de qualquer forma estão interligados a todos os subsistemas.

Os processos que desencadeiam problemas no sistema são tão complexos que é difícil distinguir causa e efeito. Assim, um problema que aparentemente parece causa, pode ser, nessa perspectiva, efeito de um processo anterior.

É fundamental considerar que tanto nos questionários Delfos, quanto nas oficinas, os problemas, potencialidade e ações, foram apontados pensando no desenvolvimento geral da bacia e no desenvolvimento do turismo.

Os principais problemas da bacia apontados pelos participantes dos Delfos e das oficinas foram agrupados e a partir desses grupos foram criados programas.

Os problemas gerais que dificultam o desenvolvimento da bacia foram agrupados da seguinte forma:

Programa: Degradação Ambiental:

Problemas: Desmatamento em áreas de risco, processos erosivos, ausência da mata ciliar em alguns trechos do córrego, influências na qualidade da água do córrego em alguns trechos pelo uso do solo, assoreamento do córrego e desconhecimento de técnicas de conservação do solo e de utilização dos recursos hídricos.

Os problemas relacionados ao programa de Degradação Ambiental estão de forma geral ligados ao desmatamento de áreas de risco, que provoca diversos outros problemas. Nessa perspectiva, a distinção entre causa e efeito nesses processos se torna complicada, já que a causa de alguns problemas já é efeito de outras causas. Assim, como o desconhecimento de técnicas conservacionistas que desencadeiam outros problemas e assim os processos de degradação ambiental vão aumentando.

Pode-se observar que os problemas apontados nesse programa são em geral diretamente ligados ao subsistema natural e a forma de produção (subsistema produtivo).

Este programa vem com o intuito de minimizar essa degradação ambiental, impedindo que novas áreas de risco sejam desmatadas e que sejam implantadas técnicas conservacionistas de uso do solo.

Programa: Políticas Públicas e Gestão

Problema: Carência de políticas públicas e investimentos por parte do governo que auxiliem o desenvolvimento da área e de política de conscientização ambiental, inexistência de planejamento das ações de exploração da bacia, falta de um plano de desenvolvimento da bacia e ausência de estudos de identificação dos problemas da bacia.

Esse programa agrupa os problemas relacionados com a gestão da bacia e com a gestão municipal. Em diversos momentos foram apontadas pelos participantes a falta de investimentos e de políticas públicas municipais e estaduais que promovam o desenvolvimento da área. Nesse contexto, a discussão na oficina possibilitou que os participantes discutissem não somente o papel do poder público,

mas também a gestão da bacia, que pode acontecer por ações entre os próprios proprietários.

Vale ressaltar, que nesse programa alguns problemas apontados não são internos do sistema bacia do Córrego Fundo, mas sim, *in puts* do sistema, como é o caso da carência de políticas públicas municipais e estaduais.

Percebeu-se então, a falta de informações sobre a área, por parte dos proprietários, e a ausência de planejamento nas ações realizadas na bacia.

Este programa tem por objetivo geral proporcionar formas de gestão para a bacia, integrando iniciativa pública e privada.

Programa: Educação e Sensibilização

Problemas: Deficiência de conhecimento teórico por parte dos proprietários, pouca informação por parte dos moradores sobre os benefícios da conservação ambiental, cultura extrativista dos proprietários e moradores, falta de identidade cultural dos proprietários com a terra e falta de união dos proprietários e comunidade com as Universidades (UFMS e UEMS).

Os problemas agrupados no programa de Educação e Sensibilização são referentes à falta informações e aos costumes e valores dos proprietários e moradores. Outra questão importante observada tanto nas oficinas, quanto nos Delfos, foi a não participação da UEMS no desenvolvimento da mesma. Nessa perspectiva, a UEMS pode ser uma grande aliada ao desenvolvimento da bacia, podendo esta, contribuir com projetos de extensão e pesquisa com o intuito de sensibilizar e fornecer informações da bacia.

Vale ressaltar, que os projetos de educação e sensibilização são os projetos que dão base para o equilíbrio do sistema, pois é o homem que se apropria do espaço e de acordo com o uso e ocupação desse espaço, pode-se desencadear processos de causa e efeito que causem o desequilíbrio do sistema. Assim, os projetos de educação e sensibilização possibilitam que a comunidade interaja melhor com o subsistema natural e produza situações favoráveis no subsistema produtivo e construído na busca do equilíbrio do sistema.

Desta forma, percebe-se nesse programa diversos problemas que estão ligados principalmente ao subsistema social.

Programa: Produção

Problemas: Falta de diversificação da atividade produtiva, cultura imediatista dos proprietários que ofusca novas possibilidades de exploração da terra, produção

realizada de maneira arcaica, falta de poder aquisitivo (pequenos proprietários) e desmotivação dos pequenos proprietários, rotatividade de donos das pequenas propriedades.

Os problemas apontados nesse programa estão ligados à forma de produção atual da bacia e as conseqüências dessa forma de produção. Desta forma, a falta de poder aquisitivo dos pequenos proprietários acarreta a falta de diversificação da produção, e acaba causando uma grande rotatividade de donos de pequenas propriedades. Assim, os processos vão se desencadeando dentro do sistema bacia do Córrego Fundo tornando necessário que ações sejam realizadas para minimizar ou anular o efeito desses processos.

Este programa tem o intuito de trabalhar diretamente no subsistema de produção, trabalhando para que a forma de produção possibilite o desenvolvimento da bacia. Vale ressaltar, que o turismo, faz parte dessa proposta de desenvolvimento a partir da forma de produção, mas pelo turismo ser o enfoque do presente trabalho foram criados programas específicos para o desenvolvimento da atividade turística.

Programa: Integração entre Proprietários

Problemas: Falta de cooperação e integração entre os proprietários e baixo grau de consciência associativa dos moradores e proprietários.

Os problemas agrupados nesse programa estão ligados a falta de integração entre os proprietários, sendo que essa falta de integração gera diversos outros problemas, entre eles, a falta de planejamento das ações desenvolvidas na bacia (Programa de Políticas Públicas e Gestão).

Assim, esse programa tem o objetivo de integrar os proprietários na busca do desenvolvimento da bacia, para isso, é necessário que os proprietários percebam a bacia como uma totalidade e não somente volte seu olhar para sua propriedade.

Os problemas que dificultam o desenvolvimento do turismo na bacia foram agrupados da seguinte forma:

Programa: Sensibilização e Diagnóstico da Potencialidade Turística

Problemas: Falta de identificação dos atrativos e a potencialidade turística da bacia e falta de percepção do potencial turístico da bacia, por parte dos proprietários e moradores.

Os problemas agrupados nesse programa apontam a falta de percepção do potencial turístico dos proprietários da bacia e a falta de identificação dos atrativos e

da potencialidade da área. Esses problemas são comuns a diversas localidades que estão iniciando a atividade turística, já que segundo Tuan (1980):

“O visitante e o nativo focalizam aspectos bem diferentes do meio ambiente. Pode-se dizer que somente o visitante (e especialmente o turista) tem um ponto de vista; sua percepção freqüentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente”.

Assim, é natural o morador não perceber espontaneamente a potencialidade turística de uma área, pois o olhar dele está muito acostumado com a paisagem.

O objetivo desse programa é diagnosticar detalhadamente as potencialidades turísticas da bacia e sensibilizar os proprietários e moradores desse potencial, para que assim, possa haver o desenvolvimento da atividade turística.

Programa: Desenvolvimento do Turismo

- Ausência de produtos turísticos e de delineamento da tipologia de turismo que se deseja desenvolver, quanto se deseja investir e quais as implicações ambientais irá acarretar;

- Carência de recursos financeiros dos proprietários e investimentos públicos na região e falta de habilidade em captar recursos financeiros

- Ausência de investimentos na infra-estrutura e organização da exploração, no desenvolvimento da atividade turística, falta de conhecimento e habilidades com o turismo;

- Incoerência no desenvolvimento do turismo na cidade de Aquidauana por parte do poder público e da iniciativa privada, ausência de políticas públicas municipais claras e concisas de turismo, que fomente o desenvolvimento do turismo sustentável;

- Inexistência de demanda e falta de divulgação;

Os problemas agrupados nesse programa são referentes à carência de planejamento e organização para o desenvolvimento turístico.

Pelo fato do turismo não ser a principal atividade desenvolvida na bacia, sendo que apenas três propriedades desenvolvem atividades turísticas e pela forma que essa atividade vem sendo organizada, não existem produtos bem definidos, e não tem um planejamento de que tipo de turismo se deseja para a área. Vale ressaltar, que no Sítio Tavares o turismo que sempre foi desenvolvido foi o de pesca

e com a queda da piscosidade do rio Aquidauana houve uma queda no fluxo de turistas do pesqueiro.

Com exceção da Chácara Aniz, as outras propriedades que desenvolvem atividade turística não investem em infra-estrutura e serviços. O GEMAP, que localiza-se na fazenda UEMS, conta com uma infra-estrutura conquistada a alguns anos, mas nos últimos anos não teve investimentos em infra-estrutura e serviços, já que este não desenvolve atividade remunerada e tem dificuldades de captar recursos em órgão de fomento. O Sítio Tavares tem uma infra-estrutura inadequada e não tem planos de investimento em infra-estrutura e serviços.

Percebe-se na bacia, de forma geral, há falta de capacitação e profissionalismo sobre a atividade turística e isso acaba limitando o desenvolvimento da atividade turística na bacia.

Outra questão relevante é a falta de integração da atividade turística com o desenvolvimento turístico do município. Falta para o município um plano de desenvolvimento que atinja não somente a área urbana e as pousadas pantaneiras, mas também os outros empreendimentos da área rural.

Por todos esses motivos falta demanda e não existe publicidade das atividades desenvolvidas na área.

Vale ressaltar, que muitos proprietários da bacia não desenvolvem o turismo por não perceberem a potencialidade turística de suas propriedades e região e principalmente por desconhecerem os benefícios que essa atividade pode proporcionar.

Nessa perspectiva, o turismo vem com a proposta de desenvolvimento integrado e sustentável, com as outras atividades produtivas e integrando as propriedades num tipo de consórcio.

Assim, esse programa vem com o intuito de planejar o desenvolvimento da atividade turística na bacia.

No decorrer das oficinas e dos Delfos percebeu-se que os participantes têm mais facilidade de apontar os problemas do que a potencialidade e ações.

Quanto as potencialidade da bacia do Córrego Fundo, percebeu-se que foram apontadas as mesmas potencialidades, nos questionários Delfos e nas oficinas.

As potencialidades apontadas forma subdivididas em dois grupos, o primeiro agrupa as potencialidades gerais da bacia e o segundo grupo estão as potencialidades ligadas ao turismo:

As potencialidades gerais apontadas pelos participantes foram:

- Vias de acesso em boa condição proporciona acesso fácil a maior parte da área da bacia;
- Água superficial tem baixa infiltração e beneficia a construção de açudes;
- Proximidade do mercado consumidor (frigoríficos, etc);
- Solo fértil;
- UEMS – gera conhecimento (pesquisa e extensão);
- Venda organizada de produtos (doces, queijos, ovos, etc);
- Proximidade dos distritos de Camisão e Piraputanga
- Área da bacia permite um estudo detalhado;
- Proximidade da área urbana de Aquidauana – 12 km (rodovia MS-450);
- Aptidões dos produtores não exploradas;

Dentre as potencialidades apresentadas, pode-se destacar que a proximidade da bacia dos frigoríficos e a boa condição das vias de acesso a bacia e as propriedades, facilitam o escoamento da produção, já a pecuária extensiva de corte é a principal atividade desenvolvida na bacia. Outra potencialidade importante é a proximidade da bacia com a área urbana de Aquidauana e dos Distritos de Camisão e Piraputanga, possibilitando assim, o escoamento de produtos e o acesso a serviços e produtos desses espaços urbanos.

A questão referente ao solo fértil e as características do solo que permite a construção de açudes, proporcionam facilidades para a produção.

Assim, observando as potencialidades apontadas pelos participantes, fica evidentes que é possível promover o desenvolvimento da bacia se houver ações direcionadas para solucionar problemas e checar a realidade desejada.

As principais potencialidades ligadas ao turismo são:

- Existência de belezas naturais como a Serra de Maracaju como beleza cênica, diversidade de fauna e flora, existência de sítios arqueológicos;
- Paisagem rica no entorno da bacia;
- Existência de áreas preservadas dentro da bacia;
- Área é uma Ecótona de transição entre o Planalto e planície pantaneira;
- Bacia se localiza próxima a capital do estado (Campo Grande);
- Existência do GEMAP;
- Existência de infra-estrutura turística e básica (estrada asfaltada, facilidade de captação de água, etc);

- Existência da secretaria municipal de turismo e do curso de turismo (UFMS) na cidade de Aquidauana;

Observando as potencialidades apontadas pelos participantes das oficinas e dos Delfos, percebe-se que a localização da bacia é privilegiada, tanto pela proximidade de áreas urbanas do município de Aquidauana e da capital do estado, quanto pela riqueza da paisagem do entorno. As características do subsistema natural constroem uma paisagem propícia para a atividade turística.

A existência de uma Secretária Municipal de Turismo e do curso de turismo da UFMS na cidade de Aquidauana é uma potencialidade, pois essas instituições podem dar suporte para a atividade turística na bacia, auxiliam, entre outras coisas, na capacitação profissional.

As potencialidades quando relacionadas com os problemas podem propiciar situações favoráveis para solucionar esses problemas.

Assim, para cada programa foram criados projetos e cada projeto tem seu objetivo específico visando sanar os problemas apontados pelos participantes.

Conforme apresentado no 3º capítulo, os projetos detalham alternativas de acordo com o programa.

Vale ressaltar, que os objetivos foram construídos não somente a partir dos problemas apontados, mas também pela visão de futuro apontada pelos participantes e pelo objetivo maior que era a construção de um plano que visa o desenvolvimento da bacia e da atividade turística.

As ações foram apontadas pelos participantes das oficinas e dos Delfos, mas no momento da finalização do plano foi necessário perceber qual ação seria necessária para cada objetivo, vale ressaltar, que para muitos problemas apontados pelos participantes não foram apontadas ações, assim, foi necessário pensar em ações que resolvesse ou minimizasse os problemas.

De forma geral, a metodologia proporcionou informações muito importantes para a construção do plano e pode-se perceber que em algumas ações apontadas os participantes se comprometiam em estar executando, colocando-se como agente de intervenção.

Vale novamente salientar, que o plano foi construído sob visão sistêmica holística, utilizando-se dos princípios, dos conceitos de desenvolvimento sustentável e do ecoturismo, sendo a sustentabilidade encarada como princípio filosófico norteador.

As ações apresentadas na tabela abaixo são apenas norteadoras, os planos de ação serão desenvolvidos pelos parceiros que serão responsáveis pela execução das ações, bem como o estabelecimento de metas cronológicas para a sua exceção.

Assim, segue abaixo os quadros com os programas e projetos que compõem o Plano da Bacia do Córrego Fundo.

O programa intitulado Degradação Ambiental conta com cinco projetos e tem como meta, a recuperação de áreas degradadas e conservação ambiental. Os projetos agrupados nesse programa são:

- Projeto: Recuperação de áreas desmatadas: esse projeto tem o objetivo de recuperar as áreas de fragilidade que foram desmatadas e a ação proposta para alcançar esse objetivo foi a elaboração de um plano de recuperação das áreas desmatadas. Esse plano de recuperação será elaborado pelos parceiros responsáveis pela execução da ação. Esse projeto vem com a proposta de reflorestar áreas desmatadas, sendo necessárias análises, considerando a declividade do terreno, as características do solo, a forma de usos e ocupação do solo, etc, buscando auxiliar na minimização dos processos erosivos e carreamento de sedimentos e resíduos para o córrego.
- Projeto: Fiscalização preventiva: esse projeto tem por objetivo fiscalizar área de fragilidade da bacia evitando o desmatamento e as ações propostas foram relacionadas a fiscalização das áreas frágeis na busca de impedir o desmatamento. Essa ação será organizada pelos parceiros e responsáveis, considerando que a SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem grande participação de nesse projeto. Vale ressaltar, que os proprietários devem estar envolvidos nesse projeto e se comprometerem com essa ação, pois são eles que estão diariamente utilizando essa área.
- Projeto: Recuperação de áreas com processos erosivos: o objetivo desse projeto é recuperar áreas com processos erosivos. Para tanto, a ação proposta foi a elaboração de um plano de recuperação de áreas com processos erosivos. Esse projeto será realizado juntamente com o projeto de recuperação de áreas desmatadas. A execução da ação será de responsabilidade de diversos agentes.

Quadro 06 – Programa: Degradação Ambiental

PROBLEMAS	PROJETOS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS/ PARCEIROS
Desmatamento em áreas de risco, processos erosivos, reduzida faixa de mata ciliar, queda da qualidade da água do córrego devido o mau uso do solo, assoreamento do córrego e não utilização de técnicas de conservação do solo e de conservação dos recursos hídricos, pelo sistema produtivo.	Recuperação de áreas desmatadas	Recuperar áreas de fragilidade ambiental desmatadas	- elaboração de um plano de recuperação das áreas desmatadas;	Proprietários, UEMS, UFMS e Secretária Municipal de Meio ambiente.
	Fiscalização preventiva	Fiscalizar área da bacia evitando o desmatamento	- fiscalização das áreas de fragilidade ambiental visando dar condições das áreas degradadas serem preservadas e recuperadas; - impedir desmatamentos na área;	SEMA, Secretaria Municipal de meio Ambienta, proprietários e moradores.
	Recuperação de áreas com processos erosivos	Recuperar áreas com processos erosivos	- elaboração de um plano de recuperação das áreas com processos erosivos;	Proprietários, UEMS, UFMS e Secretária Municipal de Meio Ambiente.
	Recomposição da mata ciliar	Recompôr a mata ciliar em alguns trechos do córrego Fundo e seus afluentes.	- elaboração de um plano de recuperação das matas ciliares do córrego Fundo e seus afluentes;	Proprietários, UEMS, UFMS e Secretária Municipal de Meio Ambiente.
	Técnicas conservacionistas	Promover a utilização de técnicas conservacionistas	-Orientações sobre técnicas conservacionistas; -Implantação de técnicas conservacionistas e destinação adequada de resíduos sólidos e líquidos	Proprietários, UEMS, UFMS e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

- Projeto: Recomposição da mata ciliar: o objetivo desse projeto é recompôr a mata ciliar em alguns trechos do córrego Fundo e seus afluentes. Assim, torna-se necessário a elaboração de um plano de recuperação das matas ciliares do Córrego Fundo e seus afluentes. Esse projeto deve ser executado juntamente com o projeto de recuperação de áreas desmatadas.
- Projeto: Técnicas conservacionistas de uso do solo: Este projeto tem por objetivo promover a utilização de técnicas conservacionistas. Para que esse objetivo seja alcançado é necessária a orientação sobre técnicas conservacionistas aos proprietários e aos funcionários e a implantação dessas técnicas na bacia. Para que esse projeto tenha êxito é necessário que os parceiros e responsáveis pela ação que sensibilize os proprietários ao uso de técnicas conservacionistas, demonstrando os benefícios da

utilização. Para tanto, a UEMS é uma das principais parceiras, por ter o curso de Agronomia e Zootecnia e ter possibilidade de fornecer orientação.

Segue abaixo o quadro do Programa de Políticas Públicas e Gestão:

Quadro 07 – Programa: Políticas Públicas e Gestão

PROBLEMAS	PROJETOS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS/ PARCEIROS
Carência de políticas públicas e de investimentos por parte do governo que auxiliem o desenvolvimento da área, Ausência de política integrada governos federal, Estadual e municipal, com parceria com a iniciativa privada para conscientização ambiental, Inexistência de planejamento das ações de exploração da bacia, falta de um plano de desenvolvimento da bacia e Deficiência de estudos de identificação dos problemas ambientais da bacia;	Diagnóstico da bacia	Diagnosticar detalhadamente a situação atual da bacia	- Identificação detalhada dos problemas e potencialidades da área; Análise da realidade atual da bacia	UFMS, UEMS e Proprietários.
	Plano de Desenvolvimento da bacia	Criar um Plano de desenvolvimento da bacia	- Criação e execução de um plano de desenvolvimento da bacia para decidir em conjunto quais as ações devem ser desenvolvidas na área;	Proprietários, UFMS, UEMS e Prefeitura Municipal.
	Programa de sensibilização ambiental	Criar programa de sensibilização ambiental municipal	- Criação de um programa de sensibilização ambiental municipal	Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
	Fomento ao desenvolvimento da área e captação de recursos	Fomentar o desenvolvimento da área e captar recursos financeiros	- Promoção de um maior envolvimento do poder público nas questões ligadas a bacia; - Captação de recursos junto a órgão de fomento;	Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O programa intitulado Políticas Públicas e Gestão, apresentado no quadro acima, conta com quatro projetos e tem como meta dar condições para a gestão da bacia e a integração da bacia com as instituições públicas de relevância para o desenvolvimento da bacia. Os projetos agrupados nesse programa são:

- Projeto: Diagnóstico da bacia: esse projeto tem por objetivo diagnosticar detalhadamente a situação atual da bacia. Para que esse objetivo seja alcançado é necessário um diagnóstico dos problemas e potencialidades e assim fazer uma análise da situação atual da bacia. Somente com o diagnóstico da bacia é possível promover a gestão.
- Projeto: Plano de desenvolvimento da bacia: o objetivo desse projeto é criar um plano de desenvolvimento da bacia e esse plano deve conter ações estratégicas de desenvolvimento da bacia decididas num consenso

entre todos os proprietários da bacia. Vale ressaltar, que esse projeto consiste na continuação dessa proposta de plano apresentada aqui neste trabalho.

- Projeto: Programa de sensibilização ambiental: o objetivo desse projeto é criar um programa de sensibilização ambiental municipal. Este programa vem com o intuito de promover uma ação municipal de sensibilização ambiental da comunidade, buscando sanar o problema de falta de uma política de sensibilização ambiental no município, apontado pelos participantes do planejamento da bacia
- Projeto: Fomento ao desenvolvimento da área e captação de recursos: o objetivo desse projeto é fomentar o desenvolvimento da área e captar recursos financeiros. Para que esse objetivo seja alcançado é importante um maior envolvimento do poder público, com o papel de fomento ao desenvolvimento e é necessária a captação de recursos em órgão de fomento. Esse projeto vem no sentido de sanar o problema de falta de investimento do poder público na bacia. Os responsáveis devem criar um plano de ação para que esse objetivo possa ser alcançado.

Segue abaixo no quadro do Programa de Educação e Sensibilização:

Quadro 08 – Programa: Educação e Sensibilização

PROBLEMAS	PROJETOS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS/ PARCEIROS
Deficiente conhecimento teórico dos proprietários e moradores sobre os benefícios da conservação ambiental, cultura extrativista dos proprietários e moradores, reduzida identidade dos proprietários com a terra e desunião dos proprietários e comunidade com as Universidades (UFMS E UEMS).	Capacitação	Capacitar os moradores e proprietários	- Promoção de cursos de capacitação para os proprietários e moradores da bacia sobre assuntos de relevância na bacia.	UEMS, UFMS
	Sensibilização para a conservação ambiental	Sensibilizar os moradores para a conservação ambiental	- criação de projetos de extensão multidisciplinar de educação ambiental na área	UEMS e UFMS
	Integração com o meio ambiente	Promover a integração e a melhor relação dos moradores com o meio ambiente	- criação de projetos de extensão para integração dos moradores com o meio ambiente	UEMS e UFMS

O programa intitulado Educação e Sensibilização, apresentado no quadro

acima, conta com quatro projetos e tem como meta capacitar e sensibilizar a comunidade da bacia, proporcionando um maior conhecimento e interação com a bacia. Os projetos agrupados nesse programa são:

- Projeto: Capacitação: o objetivo desse projeto é capacitar os proprietários e moradores para assuntos relevantes a bacia. Esse projeto vem com o intuito de minimizar o problema, apontado pelos participantes, de falta de conhecimento teórico. Para alcançar esse objetivo a proposta é a realização de diversos cursos promovidos pela UFMS e UEMS.
- Projeto: Sensibilização para a conservação ambiental: Este projeto tem o objetivo de sensibilizar os moradores e proprietários da bacia para a conservação ambiental. A proposta para essa sensibilização é a realização de projetos multidisciplinares de extensão e pesquisa. Os parceiros responsáveis por essa ação são a UFMS e a UEMS. Nessa perspectiva, esse projeto atinge diretamente dois problemas, o problema de falta de consciência de conservação ambiental e a falta de integração entre os moradores e proprietários da bacia e a UEMS e a UFMS.
- Projeto: Integração com o meio ambiente: o objetivo desse projeto é promover a integração e a melhor relação dos moradores com o meio ambiente. A proposta para alcançar esse objetivo é a execução de projetos de extensão promovidos pela UFMS e UEMS, buscando integrar os moradores com a natureza.

Esses 03 projetos do programa de Educação e Sensibilização podem ser realizados paralelamente, visto que todos seguem um mesmo objetivo maior e que os responsáveis são a UEMS e a UFMS.

O programa intitulado Produção, apresentado no quadro acima, conta com três projetos e tem como meta otimizar a produção na bacia. Os projetos agrupados nesse programa são:

- Projeto: Diagnóstico da produção: o objetivo desse projeto é diagnosticar a produção da bacia, realizando um levantamento detalhado de todos os aspectos ligados a produção da bacia e análise dessas atividades. Os responsáveis por essa ação serão: a UFMS, que já tem diversas informações sobre a produção da bacia, a UEMS e os proprietários. Esse diagnóstico possibilitará a otimização da produção.

Quadro 09 – Programa: Produção

PROBLEMAS	PROJETOS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS/ PARCEIROS
Pequena diversificação da atividade produtiva, cultura imediatista dos proprietários que ofusca novas possibilidades de exploração da terra, modos de produção ineficientes, descapitalização dos proprietários e desmotivação dos pequenos proprietários em produzirem, grande rotatividade de donos e de empregados nas pequenas propriedades.	Diagnóstico da produção	Diagnosticar a produção da bacia	- realização de um levantamento das atividades exercidas na área; - análise das atividades produtivas	UEMS, UFMS e Proprietários.
	Capacitação para a produção	Capacitar os funcionários e proprietários para a utilização de novas técnicas de produção	- criação de projetos de extensão com práticas de novas técnicas de produção; - criar formas de apoio aos pequenos produtores para a diversificação da produção; -Utilização de novas técnicas de produção	UEMS, Secretaria Municipal de Produção e Proprietários.
	Captação de recursos em órgão de fomento	Captar recursos junto a órgão de fomento	- Buscar junto aos órgãos de fomento a produção recursos financeiros	Proprietários

- Projeto: Capacitação para a produção: Esse projeto tem o intuito de capacitar os funcionários e proprietários para a utilização de novas técnicas de produção. A partir do diagnóstico da produção, pode-se analisar e propor novas técnicas de produção. Para alcançar o objetivo do projeto a proposta é a criação de projetos de extensão com práticas de novas técnicas de produção, a criação de formas de apoio aos pequenos produtores para a diversificação da produção e assim, será possível a utilização de novas técnicas de produção. Os parceiros desse projeto são: UEMS, Secretária Municipal de Produção e proprietários.
- Projeto: Captação de recursos em órgão de fomento: o objetivo desse projeto é captar recursos financeiros junto a órgão de fomento para o auxílio à produção. Esse projeto vem no sentido de auxiliar na falta de recursos financeiros dos proprietários de pequenas áreas da bacia, que tem dificuldade na produção.

Segue abaixo o quadro do Programa de Integração entre os Proprietários

Quadro 10 – Programa: Integração entre os Proprietários

PROBLEMAS	PROJETOS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS/ PARCEIROS
Inexistência de cooperação e integração entre os proprietários e baixo grau de consciência associativa dos moradores e proprietários,	Integração entre proprietários	Integrar os proprietários	- Criação de um fórum de discussão sobre as problemáticas e potencialidades da bacia	Proprietários e UEMS.
	Cooperativismo	Criar associações e cooperativas	- sensibilização dos proprietários para o associativismo e cooperativismo; - Formação de cooperativas e associações;	Proprietários, SEBRAE, UEMS e UFMS.

O programa intitulado Integração entre os Proprietários, apresentado no quadro acima, conta com dois projetos e tem como meta a integração dos proprietários na busca do desenvolvimento da bacia. Os projetos agrupados nesse programa são:

- Projeto: Integração entre proprietários: esse projeto vem com o intuito de integrar os proprietários, criando fóruns de discussão sobre os problemas e potenciais da bacia. Essa proposta visa promover a interação na busca de alcançar objetivos comuns. Os parceiros desse projeto são a UEMS e os proprietários da bacia.
- Projeto: Cooperativismo: o objetivo desse projeto é a criação de associações e cooperativas dentro da bacia, possibilitando o trabalho em conjunto e a otimização na produção e no seu escoamento. Na proposta desse projeto o primeiro passo é a sensibilização dos proprietários ao cooperativismo e posteriormente a criação de associações e cooperativas. Os parceiros desse projeto são: UFMS, UEMS, Sebrae e proprietários.

Quanto aos programas de desenvolvimento do turismo na bacia, de acordo com os problemas apontados pelos participantes das oficinas e dos Delfos, foram criados dois programas: Programa de Sensibilização e Diagnóstico da Potencialidade Turística e Programa de Desenvolvimento do Turismo.

Segue abaixo o quadro do Programa de Sensibilização e Diagnóstico da Potencialidade Turística:

Quadro 11 – Programa: Sensibilização e Diagnóstico da Potencialidade Turística

PROBLEMAS	PROJETOS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS/ PARCEIROS
Falta de identificação dos atrativos e da potencialidade turística da bacia e não percepção do potencial turístico da bacia, por parte dos proprietários e moradores.	Diagnóstico da potencialidade turística	Diagnosticar a potencialidade turística da bacia	- identificação e análise dos atrativos turísticos reais e potenciais da bacia	UFMS, Proprietários e Secretaria Municipal de Turismo.
	Sensibilização da potencialidade turística	Sensibilizar os moradores para o potencial turístico da área	- Realização de oficinas de apresentação dos potenciais da área - realização de passeios com os moradores e proprietários na bacia	Proprietários, UFMS e Secretaria Municipal de Turismo.

O programa intitulado Sensibilização e Diagnóstico da Potencialidade Turística, apresentado no quadro acima, conta com dois projetos e tem como meta a sensibilização dos moradores e proprietários para o potencial turístico da bacia e o diagnóstico da potencialidade turística da bacia. Os projetos agrupados nesse programa são:

- Projeto: Diagnóstico da potencialidade turística: esse projeto tem o objetivo de diagnosticar a potencialidade turística da bacia. Para que esse objetivo seja alcançado propõe-se a identificação e análise dos atrativos já existentes e dos potenciais. Esse levantamento é fundamental para a sensibilização dos proprietários e moradores e para o desenvolvimento da atividade turística, pois somente sabendo quais os recursos que podem ser utilizados para o turismo, pode-se pensar em que tipo de turismo se deseja ou o que se precisa para o desenvolvimento da atividade turística. Na realização das oficinas e aplicação dos Delfos os participantes já apontaram que desejam um turismo sustentável, que respeite as outras atividades produtivas desenvolvidas na área, e que busque minimizar os impactos ambientais. Outra questão relevante é que o diagnóstico deve ser realizado pensando no desenvolvimento do turismo na bacia de forma integral, integrando assim, o turismo às outras atividades produtivas. Dessa forma, as instalações produtivas podem se tornar recursos de potencial para o turismo rural, etc. Os responsáveis por essa ação são: a UFMS, os proprietários e a Secretária Municipal de Turismo.
- Projeto: Sensibilização da potencialidade turística: o objetivo desse projeto é sensibilizar os proprietários e moradores da bacia, mostrando a

potencialidade turística da área e as possíveis atividades que podem ser desenvolvidas. Após o diagnóstico, é possível mostrar o que a bacia tem de interesse para os turistas e assim, mudar a forma de olhar dos proprietários e moradores da bacia. Para alcançar esse objetivo a proposta é realizar oficinas de apresentação do potencial turístico da bacia, promovendo dinâmicas de sensibilização e a realização de passeios na bacia para a demonstração em campo dos potenciais turísticos da área. Assim, podem ser realizadas atividades turísticas com a comunidade e proprietários, passeios de contemplação, cavalgadas, trilhas interpretativas, etc.

Segue abaixo o quadro do Programa de Desenvolvimento do Turismo:

Quadro 12 – Programa: Desenvolvimento do Turismo

PROBLEMAS	PROJETOS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS/ PARCEIROS
<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de produtos turísticos, falta delinear o tipo de turismo que se deseja desenvolver, quanto se deseja investir e quais as implicações ambientais irá acarretar; - Descapitalização da grande maioria dos proprietários e investimento públicos reduzidos e de difícil acesso e pouca habilidade em captar recursos financeiros - Ausência de investimentos na infraestrutura e organização da exploração e desenvolvimento da atividade turística, falta de conhecimento e habilidades com o turismo; - Turismo desintegrado e incoerente praticado em Aquidauana por parte do poder público e iniciativa privada, ausência de políticas públicas Municipais de turismo e falta de incentivo do poder público para o desenvolvimento do turismo. - Inexistência de demanda e falta de divulgação; 	<p>Formatação de produtos turísticos</p> <p>Captação de Recursos</p> <p>Investimento em infraestrutura e qualificação profissional</p> <p>Plano turístico integrado do Município.</p> <p>Plano Marketing</p>	<p>Formatar produtos turísticos na bacia e realizar estudo de impacto ambiental</p> <p>Captar recursos junto a órgão de fomento</p> <p>Investir em infraestrutura e qualificação profissional</p> <p>Criar plano de turístico integrado entre os empreendimentos de turísticos de Aquidauana e a Secretaria de turismo</p> <p>Criar um plano de marketing da bacia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento de produtos turísticos; - Realização de estudos de impacto ambiental - Capacitação para captação de recursos em órgão de fomento; - Captação de recursos junto a órgão de fomento <ul style="list-style-type: none"> - promover cursos de qualificação profissional em turismo; - capacitar os moradores da localidade pra trabalharem na atividade turística; - investir em infra-estrutura; - criação de um fórum municipal de turismo; - Criação de um plano de desenvolvimento turístico do município; - Maior participação da Secretaria Municipal de Turismo no desenvolvimento do turismo na bacia - Criação de um plano de marketing da bacia; - Confecção do material de divulgação; - divulgação dos produtos turísticos (principalmente em Campo Grande); 	<p>UFMS, Secretaria de Turismo, Proprietários e Agências de Aquidauana e SEMA</p> <p>UFMS, Secretaria Municipal de Turismo e proprietários</p> <p>UFMS, Secretaria Municipal de Turismo e Proprietários.</p>

O programa intitulado Desenvolvimento do Turismo, apresentado no quadro acima, conta com cinco projetos e tem como meta promover o desenvolvimento do turismo na bacia. Os projetos agrupados nesse programa são:

- Projeto: Formatação de produtos turísticos: esse projeto tem a finalidade de formatar produtos turísticos na bacia e realizar estudo de impacto ambiental. Com o diagnóstico da potencialidade turística da bacia é possível formatar produtos turísticos e organizar a visitação, mas é fundamental no momento de formatação desses produtos realizar estudos de impacto ambiental e retirar juntamente a SEMA as licenças referentes a atividade que será desenvolvida. Para realização dessa formatação de produtos foram indicados como responsáveis/parceiros: a UFMS, que pode auxiliar nos estudos de impactos ambientais, pois a UFMS conta com o curso de biologia e geografia, e auxiliar na formatação dos produtos, com parceria dos professores e alunos do curso de Turismo e também, Secretaria Municipal de Turismo; os proprietários, irão decidir o que eles pretendem desenvolver. A SEMA é o órgão responsável pelo licenciamento das atividades e as agências de turismo conhecem a preferência da demanda e podem contribuir na formatação dos produtos.
- Projeto: Captação de Recursos: esse projeto tem o objetivo de captar recursos junto ao órgão de fomento. Um dos problemas apontados foi a descapitalização da grande maioria dos proprietários, nesse sentido, é fundamental a captação de recursos para que os projetos possam ser desenvolvidos. Para que o objetivo do projeto seja alcançado, a proposta é a capacitação para a captação de recursos e a captação de recursos junto ao órgão de fomento do turismo. A capacitação para a captação de recursos possibilita a preparação dos moradores e proprietários para captar recursos externos, visto que muitos não têm condições de investir na atividade turística.
- Projeto: Investimento em infra-estrutura e qualificação profissional: A finalidade desse projeto é fomentar a melhoria da infra-estrutura e da qualificação profissional. Para que esse projeto tenha êxito é necessário promover cursos de qualificação profissional em turismo, tanto no campo teórico, quanto na prática e planejar e investir em infra-estrutura. Esses

investimentos serão feitos de acordo com os produtos que foram formatados e com os recursos disponíveis.

- Projeto: Plano turístico integrado do Município: esse projeto tem por objetivo criar um plano turístico integrado entre os empreendimentos turísticos de Aquidauana e a Secretaria Municipal de Turismo. Esse projeto vem de encontro com a problemática da forma com que o turismo vem sendo desenvolvido no município de Aquidauana, em que os proprietários de empreendimentos e os órgãos públicos não são articulados e desenvolvem suas ações isoladamente. Para que o objetivo do projeto seja alcançado é necessária a criação de um fórum municipal de turismo, para que desse fórum seja desenvolvido um plano de desenvolvimento turístico municipal. Nessa perspectiva, o desenvolvimento do turismo na bacia pode ser integrado ao desenvolvimento do turismo no município. Partindo do pressuposto de que questões externas (*inputs*) influenciam no equilíbrio e desenvolvimento do sistema, é fundamental que o desenvolvimento do município venha favorecer o desenvolvimento da bacia.
- Projeto: Plano de marketing: a finalidade desse projeto é criar um plano de marketing da bacia. Para que o objetivo do projeto seja alcançado propõe-se a criação de um plano de marketing integrado da bacia, e assim a confecção do material de divulgação e a divulgação dos produtos turísticos da bacia. Esse projeto deve ser desenvolvido tendo a visão de mercado, o que possibilita uma redução nos custos com propaganda.

Os programas, acima apresentados, buscam proporcionar um maior equilíbrio ao sistema e promover o desenvolvimento do turismo na bacia do Córrego Fundo.

Observando os programas e projetos desse plano, percebe-se que uma ação está ligada a outra, e que as o equilíbrio do sistema será possível a partir das relações de causa e efeito que serão desencadeadas a partir das ações de intervenção no sistema. Assim, todas as ações desenvolvidas na bacia, a partir desse planejamento, influenciarão na dinâmica do sistema e no desenvolvimento do turismo.

Existe uma seqüência lógica de desenvolvimento dos projetos, pois a eficiência de um projeto depende direta ou indiretamente dos resultados de outros

projetos. Assim, os projetos estão integrados e formam a totalidade do planejamento turístico da bacia do Córrego Fundo.

Quanto aos prazos para a execução dos projetos, vale ressaltar, que na presente pesquisa considera-se que os projetos de curto prazo duram até 2 anos, de médio prazo duram de 2 a 5 anos, de longo prazo duram 5 a 10 anos e existem aqueles projetos que não tem previsão de fim, como o replanejamento e educação técnico produtiva e ambiental.

O planejamento é um processo contínuo e por isso os prazos serão determinados pelos responsáveis/parceiros de cada projeto, de acordo com a evolução dos projetos. Assim, há projetos que necessitarão de ações contínuas sem prazo para o término e outros projetos podem ser realizados a curto prazo.

Este plano terá ações imediatas que se estenderão a longo prazo, por exemplo, para atacar os problemas do sistema natural como a destruição da mata ciliar e desmatamento de áreas com declividade superior a 40%, erosão, assoreamento do canal, queda da qualidade das águas e de seus usos, etc, faz-se necessário medidas além de ações práticas imediatas como a recomposição da mata ciliar e de áreas acima de 40%, utilização de técnicas conservacionistas de uso do solo, etc. Essas medidas devem ser operacionalizadas para sempre, porém só serão eficientes se acompanhadas de educação e conscientização dos proprietários, funcionários e usuários da bacia. Parte-se da premissa de que quando o proprietário é obrigado a usar técnicas conservacionistas é uma coisa, e outra é ele entender o por que e os ganhos que terá com os projetos de curto, médio e longo prazo. Nessa perspectiva, a conscientização é fundamental.

Para o desenvolvimento do turismo na bacia, faz-se necessário a resolução de problemas ou gargalos naturais, de infra-estrutura, de capacitação, para que a atividade comece com sustentação.

Para a realização dos cursos de capacitação e reuniões pode-se utilizar como espaço físico as instalações da Fazenda UEMS.

A metodologia empregada no presente trabalho foi adaptada a realidade da bacia, mas mesmo com essa adaptação algumas fases metodológicas não tiveram o êxito esperado. No caso das oficinas, pode-se considerar que a metodologia empregada poderia ter sido melhor aproveitada se os moradores e proprietários tivessem se envolvido, de forma efetiva, no processo de planejamento. Apesar da

pouca participação nas oficinas, o volume de informações para a construção do plano foi satisfatório.

Dentre todas as oficinas, a oficina de construção do plano foi a que teve menos êxito, já que houve problemas de falta de participação. Os principais interessados no desenvolvimento da área não participaram da etapa mais significativa do planejamento participativo. Essa falta de participação pode ser atribuída as características sociais, políticas e culturais dos proprietários e moradores e a falta de conscientização da importância do planejamento para o desenvolvimento sustentável da bacia.

A participação maciça dos moradores e dos proprietários da bacia deu-se quando estes foram abordados em suas residências, durante as oficinas de sensibilização e consolidação. Por essa razão, pode-se afirmar que, quando a comunidade não está preparada para participarem do planejamento, os principais esforços da equipe de planejamento devem ser aplicados na oficina de sensibilização, pois está, determina o sucesso ou fracasso, não só do planejamento, como da gestão da bacia. Contudo, deve-se investir na educação e na conscientização da população e no seu papel para o desenvolvimento da área. Processo esse longo e desgastante.

Nessa perspectiva, alguns procedimentos metodológicos aplicados no planejamento turístico da bacia do Córrego Fundo podem ser repensados e adaptados a diversas realidades. No caso da bacia do Córrego Fundo, a oficina de sensibilização deveria ter sido realizada com mais intensidade, realizando várias visitas em cada propriedade, e essa etapa do planejamento deveria proporcionar aos moradores e proprietários um maior envolvimento com os problemas da bacia e com as vantagens do planejamento.

Quanto a metodologia Delfos, observou-se na aplicação dos questionários, que diversos participantes reclamaram da linguagem técnica, que dificultou o seu entendimento e consecutivamente a sua resposta. Assim, dos 50 questionários encaminhados, somente 10 retornaram. No decorrer da tabulação e análise dos Delfos, percebeu-se que os questionários que voltaram as respostas foram coerentes com a realidade da bacia e que os participantes não tiveram grandes dificuldades em responder as questões. Vale ressaltar, que a linguagem utilizada nos questionários Delfos tinha o intuito de proporcionar aos participantes um maior esclarecimento de alguns termos utilizados nas questões. Assim, quando a pergunta

era referente aos problemas da bacia, era inserido no questionário um quadro explicativo esclarecendo ao participante o que se entende por problema. Percebeu-se então, que esse recurso utilizado para facilitar acabou por causar insegurança nos participantes e isso ocasionou a participação apenas de 20% dos selecionados.

Assim, o plano foi construído de forma participativa, apesar de não ter sido possível a participação de todos os moradores e proprietários da bacia e dos agentes externos que exercem influência na bacia. A metodologia que foi utilizada proporcionou diversas reflexões aos participantes das oficinas e do Delfos e assim, as informações coletadas possibilitaram a construção do plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando contribuir teórico/metodologicamente com o processo de planejamento, as considerações finais foram separadas em duas vertentes, a primeira efetua reflexão teórica das conclusões advindas dos resultados obtidos, quanto a metodologia e o estudo de caso e refere-se a bacia, que culminaram com sugestões para a sua gestão.

Na busca do controle e da gestão de sistemas socioambientais é fundamental que o planejador parta do pressuposto de que o ato de planejar implica na previsão de acontecimentos naturais e socioeconômicos, produtivos, que norteie cenários favoráveis para se alcançar futuro desejado. Nessa perspectiva, o planejamento participativo é interessante à medida que a participação proporciona o envolvimento e a cumplicidade dos diversos atores locais e externos, que são relevantes no processo de planejamento.

O planejamento participativo muda o enfoque do indivíduo que examina a realidade e a planeja, com participação ativa dos indivíduos envolvidos direta e indiretamente nessa realidade. Enquanto nas outras metodologias o planejamento é realizado somente por equipe técnica/política, que na grande maioria dos casos possuem olhar externo da realidade vivenciada no local, no planejamento participativo é possível captar tanto o olhar externo, quanto o olhar dos atores locais e promover a sua mediação. Bem como, avaliar os cenários internacional, nacional, regional, estadual e local, que emitem fluxos constantes e efêmeros de energia, que provocam impactos nos sistemas, de forma consciente e inconsciente, e que afetam a dinâmica de funcionamento e o seu equilíbrio.

O processo de planejamento participativo tem que servir como sensibilizador e motivador social para os participantes, para que estes sintam parte integrante do processo e responsáveis pelo desenvolvimento e sucesso. Assim, mesmo que nenhuma ação do planejamento venha a acontecer à semente da participação foi plantada e a consciência individual e coletiva, acaba aos poucos forçando as ações em parcerias, que em sucesso em sucesso vão se alimentando e crescendo.

Cada localidade tem um nível de desenvolvimento e organização social. Assim, em cada localidade a metodologia de planejamento deve ser adaptada para atender as suas particularidades. Sendo que algumas localidades estão mais preparadas para a participação que outras.

Mesmo as comunidades que não têm um nível de participação já desenvolvido, podem ser estimuladas para o planejamento participativo. O que será diferente é o processo de sensibilização que deve ser reforçado e trabalhado, quebrando as barreiras que impedem a participação plena do indivíduo.

O planejamento numa visão sistêmica já é intrinsecamente integrado e integral, já que a visão sistêmica considera a totalidade como a interação das partes e só é possível entender e planejar o sistema compreendendo a interação das partes, sendo elas interdependente.

Assim, o turismo deve ser planejado na perspectiva da totalidade do sistema, pois a atividade turística liga-se a todos os componentes do sistema, assim, não seria possível realizar planejamento turístico sem se preocupar com as complexas interações atuantes e que influenciam no equilíbrio do sistema. Não é possível o desenvolvimento do turismo se o planejamento não envolver todos os subsistemas e os mais diversos problemas ambientais, sociais, produtivos e construídos.

Deve-se entender que o turismo, como qualquer outra atividade turística, envolve elementos de todos os subsistemas, e assim, o planejamento de qualquer atividade produtiva deve partir dos mesmos pressupostos apontados no presente trabalho.

A bacia hidrográfica como unidade de estudo permite fácil integração das informações dos meios biofísicos e sócio-organizacionais.

Para o planejamento turístico a metodologia de planejamento participativo, em bacias hidrográficas, contribui para o desenvolvimento sustentável da atividade turística de forma coerente com o desejo e aspirações da comunidade local, sem se perder as limitações técnico/científicas para a sua operacionalização.

Com a operacionalização do plano turístico da bacia do Córrego Fundo nem todos os problemas da bacia serão sanados, pois os problemas são apontados pelos participantes de acordo com sua percepção e interesses. Assim, mesmo com o planejamento o sistema não vai estar em total equilíbrio, o que se busca é chegar o mais perto possível do equilíbrio dinâmico do sistema, reduzindo-se os passivos ambientais e valorizando-se a qualidade de vida, através da maior inclusão dos diversos segmentos no sistema produtivo, a valorização histórica e cultural dos habitantes e de seus usuários.

Vale ressaltar, que para o planejamento turístico é necessário que exista um equilíbrio mínimo no sistema, pois a atividade turística utiliza-se de diversos

elementos que com ela interagem, como atributos naturais, infra-estrutura, a sociedade e a produção, entre outros. Assim, torna-se fundamental que juntamente com o planejamento da atividade turística se planeje o sistema “bacia hidrográfica” de forma integral, mantendo-se sempre o princípio de totalidade.

As ações realizadas nos projetos que serão desenvolvidos na bacia do Córrego Fundo influenciarão todos os subsistemas e priorizando o desenvolvimento socioeconômico e cultural, e a conservação dos subsistemas natural e construído. Por essa razão, o turismo não deve ser pensado somente como uma atividade econômica e sim considerando os aspectos sociais e ambientais.

O turismo, em ambientes rurais, esta em constante interação com as outras atividades produtivas, já que o espaço utilizado para as atividades turísticas são, muitas vezes, os mesmo espaços de outras atividades, como a pecuária, a agricultura, etc. Nesse contexto, o turismo se apropria de diversas atividades rurais, transformando-as em produtos turísticos e assim, para que o turismo tenha êxito, devem-se operacionalizar a atividade turística integrada as outras atividades produtivas.

Como resultado do presente plano, a atividade turística não precisa substituir nenhuma outra atividade produtiva, o turismo deve complementar as atividades desenvolvidas nas propriedades, sua operacionalização desencadeará uma gama de processos no sistema, que tendem a auxiliar no reequilíbrio do sistema. Nessa perspectiva qualquer planejamento, na ótica da sustentabilidade, deve ter como objetivo principal a minimização dos impactos ambientais indesejáveis e a busca de equilíbrio dinâmico.

O Modelo de Planejamento Turístico Participativo Integrado é de fácil aplicabilidade e propicia a busca da sustentabilidade ambiental. Assim, considerando que cada localidade tem características diferentes, o modelo proposto, deve ser adaptado à realidade local e ao objetivo de cada planejamento.

As duas metodologias utilizadas no Planejamento Turístico da bacia do Córrego Fundo se completam, à medida que as oficinas envolvem os atores internos do sistema e os questionários Delfos os externos.

A base para o planejamento, é o levantamento dos problemas e das potencialidades, que caracterizam o cenário atual do sistema, porque é através deles que se inicia todo o processo de criação de mecanismos para atingir a visão de futuro.

Nem sempre as potencialidades apontadas pelos participantes, anulam os problemas, mas elas dão condições favoráveis para que as ações busquem minimizá-los.

Todos os procedimentos metodológicos utilizados no Planejamento Turístico Participativo Integrado na Bacia do Córrego Fundo propiciaram condições de Gestão Participativa, buscou-se no decorrer da metodologia que os participantes se coloquem como responsáveis e cúmplices do desenvolvimento mais harmônico e sustentável da bacia.

O planejamento turístico deve respeitar a legislação ambiental federal, estadual e municipal, visto que a legislação tem o intuito de conservar e preservar os recursos naturais.

O modelo de planejamento turístico, proposto para o presente trabalho, não considera o ecoturismo como um tipo de turismo, mas sim como princípio filosófico de sustentabilidade ambiental. Nessa perspectiva, o ecoturismo é a busca pelo desenvolvimento de atividades turísticas sustentáveis que interajam com outras atividades econômicas, que também sejam permeadas com os mesmos valores e princípios, que gerem reduzidos impactos negativos, que aperfeiçoe seu uso e que as ações gerem benefícios não só para os empreendedores, mas também para a comunidade local.

O turismo na bacia do Córrego Fundo pode vir a ser uma atividade de complemento de renda e assim, ser determinante para a fixação da população nas propriedades, evitando-se o êxodo rural.

A partir da operacionalização da metodologia, percebe-se que os atores externos do sistema, poderiam participar das oficinas, enriquecendo as discussões, em especial na visualização dos diversos pontos de vista sobre a realidade local, municipal, cenário estadual, federal, mundial e as possíveis ações para viabilizar o desenvolvimento da bacia. Porém, a experiência do PDRs, mostrou que, esses agentes em sua grande maioria não participam de tais oficinas, sobre tudo, ex-prefeitos, políticos aposentados, grandes empresários, entre outros.

Contudo a metodologia proporcionou reflexões aos participantes das oficinas e do Delfos e assim, as informações coletadas possibilitaram a construção do plano. Assim, o plano turístico da bacia do Córrego Fundo foi construído de forma participativa, apesar de não ter sido possível a participação de todos os moradores e proprietários da bacia e dos agentes externos que exercem influência na bacia.

A participação maciça dos moradores e dos proprietários da bacia deu-se somente quando estes foram abordados em suas residências, durante as oficinas de sensibilização.

Dentre todas as oficinas, a oficina de construção do plano foi a que teve menor participação. Assim, os principais interessados no desenvolvimento da área não participaram dessa etapa, a mais significativa do processo de planejamento participativo.

Alguns procedimentos metodológicos aplicados no planejamento turístico da bacia do Córrego Fundo podem ser repensados e adaptados a diversas realidades.

A atividade turística na bacia do Córrego Fundo tem grande potencialidade de atrativos, infra-estrutura e sociedade, porém os proprietários não trabalham de forma integrada e planejada, desrespeitam a natureza, a legislação ambiental e trabalhista, desvalorizam a cultura e a história local, não possuem identidade com a terra, que apenas possui valor monetário. Seus rios assoreados, entulhados de solo, com águas contaminadas e povo sofrido, comprometem as belezas cênicas, as vegetações residuais, as inscrições rupestres, as corredeiras, as aves e os poucos animais terrestres. Sem solo, não há pastagens e sem pastos, não há boi e sem boi, não há pecuarista e nem pião. A busca do lucro rápido, não sustentável, desvaloriza as propriedades, a produção e amplia a pobreza econômica e cultural.

A bacia do Córrego Fundo tem, principalmente no seu subsistema natural e construído, grande potencial para o turismo. Apesar da atividade turística na bacia ser desenvolvida, muitas vezes, de forma não planejada e sem grande expressividade, vale considerar, que o sistema bacia do Córrego Fundo possui recursos necessários para o desenvolvimento de diversas atividades turísticas.

A falta de planejamento e de interesse na atividade turística na bacia construiu o cenário atual de baixo fluxo de turistas e falta de diversificação e qualidade dos produtos. Outra questão relevante, é que as áreas de maior concentração de recursos naturais de interesse turístico estão nas grandes propriedades, que com exceção da fazenda UEMS, tem como principal atividade a pecuária extensiva de corte e não tem interesse algum pelo desenvolvimento da atividade turística.

Observando o turismo na bacia do Córrego Fundo, é notável a busca pelo desenvolvimento turístico de forma isolada, partindo da Chácara Aniz e Fazenda UEMS. Em contrapartida o Sítio Tavares desenvolve o turismo de pesca apenas

para a complementação de renda, sem grandes perspectivas para o desenvolvimento do turismo.

Um ponto em comum entre as três propriedades que desenvolvem turismo na bacia é a preocupação ambiental, mas que na prática, muitas vezes, não se concretiza, ou por falta de informação ou de condições de implantação de atividades menos degradantes.

O GEMAP na fazenda UEMS tem uma proposta de conservação e educação ambiental, mas passa por problemas ligados ao desenvolvimento das atividades práticas da própria UEMS, que tem que atender os cursos de Agronomia e Zootecnia. Além de ser um Grupo que não tem fins lucrativos e que conta com os recursos de pesquisas e projetos de extensão para o desenvolvimento das atividades propostas.

O UEMS tem papel fundamental para o desenvolvimento da bacia, como centro educacional e de difusão técnico/científica, por isso deve interagir mais com os proprietários, promovendo cursos de extensão sobre uso e conservação de solos, formas mais adequadas de disposição dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela produção e pelos domicílios da bacia, além de promover a continuidade das oficinas de planejamento participativo, buscando cada vez mais, a ampliação da cumplicidade dos produtores, moradores, funcionários, alunos e usuários da bacia no seu desenvolvimento sustentável. Atividade esta, que certamente melhorará a qualidade do ensino/pesquisa, como dará aos alunos e todos os demais participantes a visão de cidadania e de amor ao seu território.

De forma geral, a busca pelo desenvolvimento sustentável na bacia esta nas mãos dos proprietários, funcionários, moradores, alunos, professores e agentes externos a bacia. Esses atores locais é que vão propiciar o desenvolvimento sustentável, pois são eles que interagem de forma direta com o subsistema natural e se organizam socialmente para produzir o espaço e determinar à dinâmica do subsistema social, produtivo e construído.

A sensibilização é a chave da participação no processo de planejamento e conscientização ambiental dos atores locais, e assim, é a etapa fundamental para a eficiência do planejamento participativo integrado em qualquer localidade ou sistema, pois é o momento em que os indivíduos se comprometem por vontade própria e consciente a fazer parte do planejamento.

Desta forma, o planejamento participativo integrado pode propiciar formas de desenvolvimento sustentável a partir da sensibilização e participação efetiva dos atores locais e externos ao sistema, pois estes são os responsáveis pelo equilíbrio dinâmico do sistema.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - Implantação da Prática de Gerenciamento Integrado de Bacia Hidrográfica para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai ANA/GEF/PNUMA/OEA: Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai: Relatório Final/ Agência Nacional de Águas – ANA ... [et al]. – Brasília: TDA Desenhos & Arte Ltda, 2004.

ALVARENGA, S. M.; BRASIL, A. E.; DEL`ARCO, D. M. Geomorfologia. In: Projeto RADAM BRASIL. Folha Sp. 21. (Levantamento de Recursos Naturais, 28). Campo Grande. Rio de Janeiro. Ministério das Minas de Energia, 1982.

ASSAD, E. D.; SANO, E. E. Sistema de Informações Geográficas: Aplicações na Agricultura. Planaltina: EMBRAPA, 1993.

ÁVILA, V. F. *et al.* Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudos em grupos e análise de conceitos. Campo Grande. Ed. UCDB. 2000.

BARRETTO, M. Planejamento e Organização em Turismo. Campinas , SP: Papyrus, 1991.

BENI, M. C. Análise Estrutural do Turismo – 7ª ed. – São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

BENI, M. C. Política e Planejamento de Turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.

BISSOLI, M. A. M. A.; Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação. São Paulo: Futura, 1999.

BORDENAVE JR., D. O que é Participação. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOTELHO, R. G. M. Planejamento ambiental em bacia hidrográfica. In: Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações. Antônio José Teixeira Guerra et al. (org.). P. 268-300, Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

BRANCO, S. M. A Água e o Homem. In: Hidrologia Ambiental. São Paulo: Edusp. V. 3, Cap. 1 pág.3 - 26. 1991.

BRAVO, R. Conciliação entre Atividade Turística e Produção. In: OLIVEIRA, C. G .S; MOURA, J. C.; SGAI, M. (Edit.) Turismo – novo caminho no espaço rural brasileiro. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Pág. 09-20. Fealq, Piracicaba, 2000.

BUARQUE, S. Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários com Foco Microrregional. Recife: IPEA, junho, 2000.

CAPPI, N. Implicações do Uso e Ocupação do Solo na Qualidade das Águas Subterrâneas das Bacias dos Córregos Fundo e Santa Maria/ MS. 113 f. Qualificação (Mestrado em Geografia) UFMS, Campus Universitário de Aquidauana, 2002.

CAPRA, F. A Teia da Vida. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, E. M. Condições das Infra-Estruturas Sanitárias das Bacias do Córrego Fundo e Santa Maria (Relatório Final de Iniciação Científica/UFMS/CNPq) – Aquidauana, 2004.

CARVALHO, E. M. Carta de Riscos Ambientais da Bacia do Córrego Fundo, Aquidauana-MS. Qualificação de Mestrado em Geografia: UFMS, Campus de Aquidauana, 2006.

CRISOSTOMO, F. R. Turismo e Hotelaria. São Paulo:DCL, 2004

CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo, Edgard Blücher, 2ª edição, 1980.

CHRISTOFOLETTI, A. A significância da teoria de sistemas em geografia Física. In: Boletim de geografia Teorética, Rio Claro, v.16 – 17, n. 31-34, p. 119-128, 1987.

CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de Sistemas Ambientais, São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 1999.

DANTAS, O. O Planejamento como Instrumento de Desenvolvimento Regional: O Caso do Plano Regional de Desenvolvimento da região Sul-Fronteira . Dissertação de Mestrado em Geografia, UFMS, Campus de Aquidauana, 2004.

DARBELLO, D. de M. Monitoramento das águas superficiais da bacia do Córrego Fundo, Aquidauana/MS. 55 f. Relatório Final de Iniciação Científica. UFMS, Campus de Aquidauana, Aquidauan/MS, 2006.

DENCKER, A. F. M. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo – São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. Planejamento do Turismo: Políticas e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR. Manual de Municipalização do turismo. Brasília: Embratur, 1998.

ESPÍNDOLA, E.L.G. et. al. – A Bacia Hidrográfica do Córrego Monjolinho. RIMA. USP- Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, 2000.

FARIA, D. S , CARNEIRO, K.S. Sustentabilidade Ecológica no Turismo – Brasília, Ed. UNB – Universidade de Brasília, 2001.

FAUNDEZ, A. O Poder da Participação. São Paulo. Cortez Editora. 1993.

FENNELL, D. A. Ecoturismo: Uma introdução.São Paulo:Contexto, 2002.

FERRETTI, E. R. Turismo E Meio Ambiente- Ed. São Paulo. Editora Roca, 2002

IRVING, M. A. Participação e Envolvimento Comunitário: Garantia Ética de Sustentabilidade em Projetos de Desenvolvimento. Espaço e Geografia, Departamento de Geografia da UNB - Programa de Pós-Graduação em geografia. Ano 2, nº1 (1999), 135-148 – Brasília: Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1998.

IRVING, M. A. Turismo e Desafio da Sustentabilidade. , p.69-92. São Paulo: Futura, 2002

KINKER, S. Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais. Campinas-SP: Papirus, 2002.

KULLOCK, D. Planificação Ambiental Urbana. Buenos Aires: CIAM, 1994.

LAGE, B.H.G., MILONE, P. C. Turismo Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MAMEDE, V. S. M. D. Participação: Sejamos Capazes de Imaginá-la e Vivê-la. In: MARTINS, C. (org.) Turismo, Cultura e Identidade. São Paulo: Roca, 2002.

MARCONDES, J. F. Utilização do geoprocessamento na análise da susceptibilidade à erosão no Assentamento São Manoel em Anastácio-MS. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Universitário de Aquidauana, Aquidauana/MS, 2002.

MARTINS, J. C.de O. (Org.) Turismo, Cultura e Identidade. São Paulo: Rocca, 2003.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N.5, p.51-59, Set. 2002.

MATTOS, S. H. V. L. de; PEREZ FILHO, A. Inter-relações entre sistemas físico-natural e sócio-econômico e qualidade ambiental na bacia hidrográfica do córrego do Piçarrão (Campinas – SP). Anais do XV Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. USP, 2005.

MENDONÇA, T. C. M.; IRVING, M. A. Projeto Turístico de Base Comunitária: Reflexão Inicial sobre Participação na Prainha do Canto Verde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO. Turismo com Responsabilidade Social. Coletânea do XXIII CBTUR 2003. pág. 644-656. Edit. ROCA. São Paulo, 2004.

MOLINA, S.; RODRIGUEZ, S. Planejamento Integral do Turismo. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

NISHIYAMA, Luiz. Procedimentos de mapeamento geotécnico como base para análises e avaliações ambientais do meio físico, em escala 1:100.000: aplicação no município de Uberlândia – MG. Escola de engenharia de São Carlos, Campus de São Carlos, 1998.

PETROCCHI, M. Turismo – Planejamento e Gestão. São Paulo: Futura, 1998.

PINTO, A. L. Saneamento básico e suas implicações na qualidade das águas subterrâneas da Cidade de Anastácio (MS): Tese (doutorado em Geociências). Rio Claro: USP, 1998.

PINTO, A. L., CARVALHO, E. M de, SILVA, P. da. Contribuição do subsistema biofísico e sócio-produtivo no planejamento territorial e gestapo ambiental da bacia do Córrego Fundo. In: VI Encontro Nacional da ANPEGE. Fortaleza, 2005. Anais.... Fortaleza: UFC, 2005.

PORTUGUEZ, A. P. Pressupostos para a Gestão Participativa do Turismo com Base Local. Espaço - Geografia, Departamento de Geografia da UNB e Programa de Pós-Graduação em Geografia. Ano 2, nº1 (1999), 111- 119 – Brasília: Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1998

RADAMBRASIL. Folha SF – 21. V. 28. Campo Grande. Levantamento de Recursos Naturais. Rio de Janeiro. 1982.

REIS NETO, José Francisco. Planos de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul:Investigação dos Seus Atributos Relevantes.Dissertação de Mestrado. UFRGS/PPGA, Porto Alegre-RS, 2000.

ROCHA, J.D.; BURSZTYN, M.A. A Importância da Participação Social na Sustentabilidade do Desenvolvimento Local. In: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol.7, N.11, p45-52, Set. 2005.

RUSCHMANN, D. Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papyrus, 1997.

SACHS, I. Estratégia de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.) Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANT'ANNA NETO, J. L. O Caráter Transicional do Clima e a Diversidade da Paisagem Natural na Região de Aquidauana. In: II Semana de Estudos Geográficos: Desenvolvimento e Geografia 2, Aquidauana. Anais...UFMS/CEUA, v.1, p. 118-128, 1993.

SANSOLO, D.G. Turismo: Aproveitando da Biodiversidade para a Sustentabilidade. In: IRVING,M.A. Turismo e Desafio da Sustentabilidade. , p.69-92. São Paulo: Futura, 2002.

SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo. Nobel. 1992.

SEABRA, L. Turismo sustentável: Conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2003.

SILVA, J. X., SOUZA. M. J. C. Análise Ambiental. Editora da UFRJ – Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, A. L. R. Trilhas Interpretativas no GEMAP. Monografia de Conclusão do curso de Bacharelado em Turismo. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, Departamento de Geociências. Aquidauana, 2003.

SILVA, P. V. Inventário do patrimônio ambiental turístico: estudo de caso da Bacia do Córrego Fundo de Aquidauana/MS. Turismo/UFMS (Monografia). Aquidauana-MS. 2004.

SOUSA, C.A. A. Turismo no Meio Rural e Sustentabilidade Ambiental. In: OLIVEIRA, C. G. S; MOURA, J. C.; SGAI, M. (Edit.) Turismo – novo caminho no espaço rural brasileiro. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Turismo Rural. pág. 03-08. Fealq, Piracicaba, 2000.

SOUZA, M. J. L. Planejamento Integrado de Desenvolvimento: natureza, validade e limites. São Paulo, Terra Livre nº 10, 123-139, AGB-SP, 1992.

SWARBROOKE, J. Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

TORRES, L. Empreendimentos e Atividades Turísticas da Bacia do Córrego Fundo, Aquidauana-MS. Monografia de conclusão do curso de bacharelado em turismo, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, Departamento de Geociências. Aquidauana, 2004.

TRICART, J. A. A Geomorfologia nos Estudos Integrados de Ordenação do Meio Natural. In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, out./dez, 1976.

TROPMAIR, H. Sistemas – Geossistemas - Geossistemas Paulistas - Ecologia da Paisagem. UNESP, Rio Claro –SP, 2004.

TUAN, Yi-fu - Topofilia - Um estudo da percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. DIFEL. São Paulo, 1980.

TYLER, D.; YVONNE, G; MARTINS R. (org.) Gestão de Turismo Municipal: Teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos. São Paulo: Futura, 2001.

UENOYAMA, R. H. S. Desenvolvimento do Turismo com responsabilidade Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO. Turismo com Responsabilidade Social. Coletânea do XXIII CBTUR 2003. pág.03-14. Edit. ROCA. São Paulo, 2004.

VALENTE, M.A. – Potenciais Pontos Ecoturísticos do Distrito de Camisão e Aquidauana/MS, Monografia (Especialização em Geografia) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Universitário de Aquidauana, 1999.

APÊNDICE

Apêndice 01

QUESTIONÁRIO DELFOS

Este trabalho visa a elaboração do Plano de Gestão e Manejo da Bacia do Córrego Fundo, faz parte de uma dissertação de mestrado que utiliza metodologia de planejamento participativo.

Uma das metodologias de trabalho utilizada é a pesquisa Delfos. Essa metodologia visa captar o cenário atual, intermediário e futuro de acordo com sua percepção. O cenário atual constitui-se exatamente pelo presente, os problemas e potencialidades existentes na área. O cenário intermediário trata das ações e estratégias para se alcançar um futuro desejado e o cenário futuro é a visão do que se deseja para a área no futuro. Nesse processo define-se qual futuro se deseja e como construí-lo.

Com o planejamento busca-se alternativas de fixação da população, utilização sustentável dos recursos, melhoria da qualidade de vida da população e diminuição dos impactos ambientais.

A bacia do Córrego Fundo, localiza-se no município de Aquidauana, à leste da cidade. Ocupa uma área de 4.609 ha, abrange 15 propriedades, dentre elas a Fazenda UEMS, sendo cortada pela rodovia MS-450, trecho Aquidauana, Distrito de Camisão. A principal atividade desenvolvida na bacia é a pecuária extensiva de corte, e em menor escala a suinocultura, avicultura, piscicultura, agricultura de subsistência e o turismo.

A opinião do Sr. (a) será fundamental para definir as linhas básicas do Plano de Gestão e Manejo da Bacia do Córrego Fundo e será confrontada com a visão de varias outras lideranças, que tem relação com a bacia, fornecendo informações importantes para o trabalho.

Solicitamos que o senhor (a) responda o questionário em anexo, caso tenha dúvidas no preenchimento do questionário estamos a disposição para maiores esclarecimentos, em breve entraremos em contato para retorno do material. Estaremos a sua disposição nos telefones (67) 3241 0400, (67) 3241 0412 ou (67) 99434924.

As respostas às perguntas do questionário devem ser realizadas pensando na área da Bacia do Córrego Fundo.

Antes de preencher, recomenda-se observar o quadro explicativo abaixo de cada pergunta que esclarece sobre os conceitos e as formas de apresentação das respostas.

Certos de contar com a sua contribuição
Atenciosamente,

Priscila Vargas da Silva

André Luiz Pinto

Representação (cargo/função): _____

Endereço: _____ Fone: _____

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1 – No entendimento do (a) Sr. (a) quais os principais **problemas e estrangulamentos** que impedem o desenvolvimento da **Bacia do Córrego Fundo**?

Indique apenas **três principais**.

Problemas ou Estrangulamentos

Problema e estrangulamentos devem ser entendidos como uma realidade indesejada ou fatores que emperram ou dificultam o desenvolvimento da bacia: evite uma formulação muito geral e vaga, tal como “saúde”, “transporte”, que não são problemas e sim setores onde estaria existindo um problema; evite também apresentar como uma ação, tal como “política de transporte”, que representa algo capaz de enfrentar algum problema; evite, finalmente, formular como a falta de uma ação, tal como “falta política de energia”, não esclarece que problema esta política teria que enfrentar ou incentivo e crédito apoiar.

2 – No entendimento do (a) Sr.(a) quais os principais **problemas e estrangulamentos** que impedem o desenvolvimento do **TURISMO** na **Bacia do Córrego Fundo**? Indique apenas **três principais**.

Se achar conveniente, fundamente a sua opinião.

3 – No entendimento do (a) Sr.(a) quais são as principais **potencialidades** que podem facilitar o desenvolvimento da **Bacia do Córrego Fundo**? Indique apenas as **três principais** potencialidades.

Potencialidades

Potencialidades devem ser entendidas como os fatores existentes na realidade que podem ajudar ou facilitar no desenvolvimento futuro da Bacia (uma situação positiva, não aproveitada, ou pouco explorada): evite uma formulação muito geral e vaga, tal como “recursos naturais”, “transporte”, que

4 – No entendimento do(a) Sr.(a) quais são as principais **potencialidades** que podem facilitar o desenvolvimento do **TURISMO** na **Bacia do Córrego Fundo**? Indique apenas as **três principais** potencialidades.

Se achar conveniente, fundamente a sua opinião.

5 – Como o(a) Sr.(a) descreveria o **futuro da Bacia do Córrego Fundo que gostaria de deixar para os seus descendentes** ? Indique os **três principais** componentes que devem constituir a sociedade local dos seus sonhos (procure pensar no longo prazo, explicitando o que deve ser diferente e considerando as potencialidades da bacia).

Futuro Desejado

O futuro desejado não deve ser descrito como uma ação, mas sim como o que se pretende alcançar no futuro com tais ações; assim, deve ser descrito como a realidade que se espera ter em algum momento no médio e longo prazo.

6 – No entendimento do(a) Sr.(a) quais são as principais **potencialidades** que podem facilitar o desenvolvimento do **TURISMO** na **Bacia do Córrego Fundo**? Indique apenas as **três principais** potencialidades.

Se achar conveniente, fundamente a sua opinião.

7 – No entendimento do Sr.(a) que **ações** devem ser implementadas para o desenvolvimento sustentável da **Bacia do Córrego Fundo** e para o alcance da visão de futuro desejado pelo(a) Sr.(a)? Indique apenas as **três principais ações** (o que não pode deixar de ser feito)

Ações

Procure ser concreto e direto na formulação das ações. Evite formulações muito gerais e vaga, tais como, “elaborar plano de desenvolvimento local”. Por outro lado, evite apresentar propostas muito pontuais e específicas. Não se limite a ações de responsabilidade dos governos (federal, estadual e municipal).

8 - No entendimento do Sr.(a) que **ações** devem ser implementadas para o desenvolvimento do **TURISMO** na **Bacia do Córrego Fundo** e para o alcance da visão de futuro desejado pelo(a) Sr.(a)? Indique apenas as **três principais ações** (o que não pode deixar de ser feito)

Se achar conveniente, fundamente a sua opinião.

Apêndice 02

QUESTIONÁRIO

1. Dados da Propriedade

1.1- Nome da propriedade _____ -Área ___ ha

1.2- Nome do proprietário _____ Tel _____

1.3- Nome de quem gerencia a propriedade _____ Tel. _____

1.4 - Localização da propriedade em relação ao córrego Fundo:

- () na margem direita () na margem esquerda

- () no alto curso () no médio curso () no baixo curso

1.5-Algum curso fluvial corta a propriedade?

() sim () não Qual? _____

Se sim, este é: () perene () temporário () intermitente

1.6- Localização da sede em relação ao córrego Fundo:

- () na margem direita () na margem esquerda

- () no alto curso () no médio curso () no baixo curso

1.7 –Estradas de acesso a propriedade, forma de pavimentação e manutenção das estradas?

Estrada	Forma de Pavimentação	Manutenção
() MS 450	() Pavimentada () Não Pavimentada () Cascalhada () Não cascalhada	() boa () regular () péssima
() AQN 03	() Não Pavimentada () Cascalhada () Não cascalhada	() boa () regular () péssima
() Vicinal	() Não Pavimentada () Cascalhada () Não cascalhada	() boa () regular () péssima
() Outras	() Não Pavimentada () Cascalhada () Não cascalhada	() boa () regular () péssima

2. Características Físicas da Propriedade

2.1 - Tipo de material inconsolidado (solo), quanto à textura predominante na propriedade:

() argiloso () arenoso () areno/argiloso () argilo/arenoso

2.2 - Possui afloramento rochoso na área: () sim () não

3.3- Em que porção da propriedade, em relação à sede:

() Norte () Sul () Leste () Oeste

3. Uso, Ocupação, Manejo e Técnicas Conservacionistas da Área da Bacia

3.1- A quantos anos a área foi desmatada _____ anos

3.2- Qual a primeira atividade desenvolvida após o desmate? (faça um breve histórico das atividades já desenvolvidas) _____

3.3- Qual a atividade predominante atualmente:

() agricultura () pecuária extensiva () pecuária intensiva () outras

- há quanto tempo _____ anos

Agricultura

3.4- Qual é o tipo de agricultura praticada? () subsistência ()
empresarial

Qual o cultivo?

Cultivo	Área	Cultivo	Área

3.5 - Que pratica de controle de pragas é utilizado na propriedade?

() controle biológico () agrotóxicos () rotação de culturas () adubo orgânico () outros _____

Se utiliza Agrotóxicos, quais os tipos utilizados?

Nome Comercial	Princípio Ativo	Frequência

3.6 - Na agricultura utiliza-se adubo, qual é a área cultivada?

() orgânico () inorgânico () outros

Quantidade _____ por ha Se inorgânico, qual a marca _____

3.7 - Se agricultura, sua localização em relação ao córrego: _____ m

() à jusante () mesmo nível () à montante

3.8 - Se agricultura, sua localização em relação ao poço: _____ m

() à jusante () mesmo nível () à montante

Pecuária

3.9- Se pecuária extensiva, sua localização em relação ao córrego Fundo: _____ m

3.10- Se pecuária intensiva,

- sua localização em relação ao córrego Fundo: _____ m

- sua localização em relação ao poço mais próximo: _____ m

() à jusante () mesmo nível () à montante

3.11- Animais confinados :

Animais	Nº	Área de Confinamento	Qual Alimentação*	Quantidade de Alimentação Diária
Bovinos de Corte				
Bovinos de Leite				
Eqüinos				
Ovinos				
Suínos				
Caprinos				
Outros _____				

* ração, silagem, cana triturada, sal mineral, sal boiadeiro, etc.

3.12 - Invernadas

Animais	Nº	Quantidade de Invernadas	Área Média das Invernadas	Tempo de Permanência dos Animais	Qual Alimentação *	Quantidade de Alimentação Diária
Bovinos de Corte						
Bovinos de Leite						
Eqüinos						
Ovinos						
Suínos						
Caprinos						
Outros _____						

* ração, silagem, cana triturada, sal mineral, sal boiadeiro, etc.

Como é feito o manejo do gado? _____

3.13 - Limpeza dos Currais, Pocilgas, Galpões, etc

Animais	Forma de Limpeza*	Periodicidade da Limpeza*	Destino da Água Utilizada*	Destinação dos Resíduos Sólidos
Bovinos de Corte				
Bovinos de Leite				
Eqüinos				
Ovinos				
Suínos				
Caprinos				
Outros				

* varredura, lavagem, raspagem, etc.

* Diária, 2x semana, 3x semana, etc.

* Fossa Negra, Rudimentar, séptica, córrego, lagoa, lago, represa, etc.

3.14 - Pastagem

Tipo de pastagem	Area	Tipo de Manejo*	Periodicidade do Manejo	Técnicas conservacionistas*	Utiliza adubo químico	Quantidade de Adubo
Cultivada						
Nativa						

*Limpeza mecânica, controle de pragas, replantio, queimadas, descompactação

* Terraceamento, Curvas de nível

Desenvolve outras atividades	Area (ha)
Horta	
Pomar	
Criação de aves	
Piscicultura	
Outras	

3.15- Utiliza esterco animal como adubo? () sim () não

Se sim, qual é a proporção _____

3.16 - Qual a destinação das embalagens de fertilizante e pesticida utilizado na propriedade?

() enterrada () queimada () estocada

() estocada e devolvida ao fornecedor () joga no lixo da cidade () outros

3.17 - Quais as técnicas conservacionistas utilizada na propriedade e quais as áreas que abrangem?

() curva de nível _____ () terraços _____ () outras _____

3.18- A mata ciliar permanente na localidade preservada. () sim () não

Se sim, área _____ ha

3.19 - Qual é a área de reserva legal da propriedade?

Quantos hectares: _____

3.20 - Existe na propriedade feições erosivas? () sim () não

Se sim, que lugar _____ em quantos hectares _____ ha

3.21 - Quais as dimensões dessa erosão? () pequena () média () grande

3.22- Utiliza-se de alguma técnica de combate ou controle do fogo na propriedade.

() sim () não Se sim, quais _____

4. Dados Referentes ao Abastecimento de Água

4.1- Quais são as fontes de abastecimento de água da propriedade

() poço freático () poço tubular () nascente () rio

() represa () lago () outras _____

- 4.2 - Como ocorre a captação da água
 bombeamento balde declividade outros_____
- 4.3 - As residências possuem ligação interna de água
 sim não
- 4.4 - Quantos poços possui a propriedade_____
- 4.5 - Qual a idade dos poços_____
- 4.6 - Profundidade do poço_____metros
- 4.7 - A quantos metros o poço interceptou a rocha:_____m.
- 4.8- Para quais fins são utilizadas a água do poço
 domiciliar horta animais aves
 irrigação piscicultura outros_____
- 4.9 - A propriedade possui poços inativos: sim não quantos:_____
- 4.10- Com relação à tampa de proteção do poço
 sem tampa de proteção tampa de madeira tampa de concreto
 outras_____
- 4.11 - O comportamento da água do poço: temporário permanente
 Se temporário, em que meses ele seca _____
- 4.12 - Localização do poço em relação à casa :_____m
 à jusante mesmo nível à montante .. outras_____
- 4.13 - Localização do poço em relação à fossa:_____m
 à jusante mesmo nível à montante outras_____
- 4.14 - Localização do poço em relação a suinocultura:_____m
 à jusante mesmo nível à montante outras_____
- 4.15 - Localização do poço em relação ao curral:_____m
 à jusante mesmo nível à montante outras_____
- 4.16 - Localização do poço em relação ao pomar:_____m
 à jusante mesmo nível à montante outras_____
- 4.17- Localização do poço em relação à deposição de resíduos sólidos (lixo)_____m
 à jusante mesmo nível à montante outras_____

5. Dados Referentes ao Destino dos Resíduos Sólidos e Líquidos

- 5.1 - Qual o destino dado ao esgoto domiciliar
 fossa séptica fossa rudimentar fossa negra céu aberto direto no rio outro_____
- 5.2 - Quantas fossas possui a propriedade_____
- 5.3 - Profundidade da fossa:_____m
 Se houver mais que uma indique a profundidade de todas_____
- 5.4 - Qual o destino dado aos resíduos sólidos
Orgânico enterrado queimado a céu aberto coleta seletiva outros_____
- Inorgânico* enterrado queimado a céu aberto coleta seletiva outros_____
- Domiciliar* enterrado queimado a céu aberto coleta seletiva outros_____
- Produtos Agropecuários* enterrado queimado a céu aberto coleta seletiva outros_____

6. Sócio- econômico

6.1 - Quantas residências possui a propriedade _____

6.2 - Quantas pessoas moram na propriedade _____

6.3 - Qual é a forma de relacionamento para a produção:

() empregado fixo () parceiro () diarista
() meeiro () semanista () outros _____

6.4 - O Proprietário reside na propriedade? () não () sim

Se não, quantos dias da semana se desloca para a propriedade: _____ dias

6.5 - Qual o capital aplicado na propriedade?

a) na terra R\$ _____

b) nas benfeitorias R\$ _____

c) nos animais R\$ _____

d) outros _____

6.6 - Quais suas ocupações na propriedade?

Quais: _____

Que área abrange: _____

Qual a sua participação nos lucros da propriedade: _____

Além da atividade agropecuária da propriedade, o dono possui outra atividade econômica: _____

6.7 TABELA SÓCIO - ECONÔMICA														
	Grau de Escolaridade								Sexo		I	Ocupação Funcional	Tempo que exerce tal função	Faixa Salarial (S. M)
	Anaf.		E F		E F		E F							
Nome	S	N	I	C	I	C	I	C	F	M				

7. Potencialidades Turísticas

7.1- Há piscosidade nesta parte do córrego? () sim () não

Em qual Córrego? () Fundo () Santa Maria

Quais as principais espécies de peixes encontradas? _____

7.2- Você acha viável os seus vizinhos explorarem a atividade turística ?

() Sim () Não

Por que? _____

7.3- O que você acha de utilizar sua propriedade para atividades de day use?

7.4- Você acredita que sua propriedade possui um potencial turístico?

() não () sim

Desenvolveria alguma atividade turística?

() sim () não () Já desenvolve

Por que? _____

7.5- Precisa desenvolver obras de infra-estrutura/melhoria ou mudança na propriedade para receber ou se já recebe turistas?

() SIM

Quais? _____

() Hospedagem (quartos, apartamentos)

() Alimentação (refeitório)

() Lazer (piscina, sala de jogos, etc)

() Passeios (trilhas, estábulos, chalanas)

() Outros _____

Porque não as realizou? _____

() NÃO

Por que? _____

7.6 - Que lugar (es) da propriedade considera que possui belezas naturais e que poderiam atrair turista e receber visitaçãõ? _____

7.7- Quais as modalidades de turismo podem ser desenvolvidas na propriedade?

() turismo de aventura- Rapel, boiá-cross, etc

() turismo rural- Cavalgada, etc

() ecoturismo- trilhas, etc

7.8 - O que vai mudar no dia-a-dia da propriedade com a implantação do turismo?

7.9- Quais atributos encontrados em cada um dos lugares acima apontados:

() sítio arqueológico () corredeira () cachoeira () caverna () fauna () flora () mirante

() morraria c/ belezas cênicas como paisagem () morraria c/ belezas cênicas (dentro propriedade)

() piscosidade do rio () outros _____

7.10 - Quais espécies animais são mais facilmente encontradas em sua propriedade?

() lobinho () capivara () arara () cobras () tamanduá bandeira () tatu

() gambá () tucano () veado () pica pau () outros _____

7.11 - Quais as espécies da flora encontradas na propriedade chamariam a tenção do turista?

7.12- Quais frutas nativas são encontradas na propriedade? _____

8- Propriedade que desenvolve atividade turística

8.1- Qual a classificação deste empreendimento?

() pousada () hotel () pesqueiro () hotel fazenda () outras _____

8.2- Descreva a infra-estrutura do empreendimento _____

8.3- Possui cadastramento junto à EMBRATUR: () não () sim

Se Sim: Qual a Razão Social, e nome fantasia? _____

8.4 - Qual a data do início das atividades turísticas? _____

8.5- Houve um planejamento para a implantação? () sim () não

Se NÃO, Por que? _____

Se SIM: ocorreu conforme o planejado? () sim () não

Porque? _____

8.6 - Quais as alterações no meio ambiente que foram necessárias à implantação do empreendimento?

8.7 - Quais impactos ambientais podem ser observados, comparando a propriedade antes da implantação do turismo e atualmente? _____

8.8 . O gerenciamento da atividade turística é exercido: () proprietário () capataz

() gerente preparado para tal função () outro _____

Quantos funcionários trabalham no empreendimento turístico? _____

E qual a divisão de cargos? _____

8.9- Qual (is) os meios de divulgação utilizados para promover o empreendimento?

() placas indicativas () agência em Aquidauana () folder () rádio

() outras agências _____ (

) outros _____

8.10 - Além do Turismo qual outra atividade econômica é desenvolvida na propriedade?

() piscicultura () pecuária () agricultura () outras _____

() nenhuma () pretende desenvolver futuramente -

Qual? _____

Dentre todas as atividades, qual é a principal? _____

Por que? _____

8.11 – Geralmente qual a procedência dos turistas?

8.12 - Qual a capacidade de carga:

Hospedagem - Leitos _____

Camping _____

Atrativos (por produto) _____

Descreva os produtos e serviços oferecidos e seus respectivos preços:

8.13 - Qual é a média de fluxo de turistas semanal?

Alta Temporada _____ Baixa Temporada _____

8.14 - Quais meses do ano podem ser considerados de:

Alta temporada _____

Por que? _____

Baixa temporada _____

Por que? _____

Qual (is) os feriados em que o fluxo de turistas aumenta?

8.15 - Nos últimos tempos houve aumento ou queda no fluxo de turistas?

() aumento () queda

Se *queda* - Na sua opinião qual o principal motivo: _____

Se *aumento* – Houve melhorias? () não () sim: Em que setor?

() infra-estrutura () RH () Equipamentos () outros _____

Na sua opinião qual o principal motivo: _____

8.16 - Quais são as atividades oferecidas aos turistas?

() passeio de barco () pesca esportiva () trilhas () esportes radicais

() cavalgadas () pesque e solte () outras _____

Existe a intenção de oferecer outras atividades futuramente aos turistas?

() não () sim

Quais? _____

Por que? _____

8.17 - O empreendimento oferece alguma atividade fora da propriedade?

() Sim: Qual (is)? _____

() Não

Existe anseio de ter parcerias, com outros proprietários com o fim de melhorar o atendimento aos seus Turistas: () Sim () Não

Por que? _____

8.18 – Que tipo de lixo é deixado pelos turistas? ()lata ()plástico ()papel ()outros

Quantidade _____

Qual é a forma de depósitos desses resíduos _____

9 - Se Empreendimento Pesqueiro

9.1 - O empreendimento faz limpeza periódica na beira do rio/córrego para recolher o lixo deixado pelo turista ()sim ()não Por que? _____

9.2 – Existe controle em relação à medida do pescado capturado?

() Não ()Sim

A propriedade faz este controle? () Sim () Não () Outros

9.3 – Exige-se a apresentação e licença para pratica da pesca esportiva?

()sim ()não

Se, Sim () Pesca de Barranco

() Pesca de Barco

9.4 – Os barcos utilizados pelos turistas e piloteiros:

() são do empreendimento ()é terceirizado () Pescadores ()outros

Por que? _____

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)